



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER**

REGILANE FERNANDES DA SILVA

**BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR – CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE ATER NA PROMOÇÃO
DE TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS**

BRASÍLIA/DF, 2018

REGILANE FERNANDES DA SILVA

**BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR – CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE ATER NA PROMOÇÃO
DE TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB – Campus Planaltina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eric Sabourin

BRASÍLIA/DF, 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSI586b Silva, Regilane Fernandes da
BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR - CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE ATER NA PROMOÇÃO
DE TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS / Regilane Fernandes da
Silva; orientador Eric Sabourin. -- Brasília, 2018.
137 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Desenvolvimento Rural Sustentável. 2. Territórios
Rurais. 3. Bases de Serviço de Comercialização. 4.
Agricultura Familiar e Economia Solidária. 5. Assistência
Técnica e Extensão Rural. I. Sabourin, Eric, orient. II.
Titulo.

REGILANE FERNANDES DA SILVA

**BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR – CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE ATER NA PROMOÇÃO
DE TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS**

Banca Examinadora

Planaltina-DF, 29 de maio de 2018

Prof. Dr. Eric Sabourin

Orientador

Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

Profa. Dra. Laura Duarte

Membro Interno

Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

Profa. Dra. Emilie Coudel

Membro Externo ao Programa

CIRAD e Universidade de Brasília – CDS

Prof. Dr. Stéphane Guéneau

Examinador Suplente

CIRAD e Universidade de Brasília – CDS

"O sentido de optar pela coletividade
é produzir comunidades humanas felizes.
Pensar felicidade a partir da economia é o que há de mais
revolucionário que poderíamos fazer das nossas vidas".

(Paul Singer)

Dedico este trabalho a todas às mulheres e homens da agricultura familiar camponesa, aos povos dos diversos biomas, das águas e das matas, que fazem de sua existência, e de suas formas de resistência, o horizonte para se vislumbrar o novo jeito de ser coletividade, de ser comunidade planetária.

Dedico também ao querido Professor Paul Singer, mestre, referência, chefe, amigo, segundo pai e eterno “vovô” da minha Bruna. Com imensa gratidão por me oportunizar compor sua equipe de direção da SENAES, até que o golpe contra a Democracia brasileira, em 2016, interrompesse nossa convivência diária. Com pesar por sua morte, durante a escrita deste trabalho, abraço o compromisso de, como militante, servidora pública e pesquisadora, seguir honrando seu legado intelectual, moral e humanitário.

E à minha mãe que, em sua luta pessoal pela vida, nos dois últimos anos, ensinou-me a não desistir e a acreditar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e inspiração para continuar o exercício de engrandecê-la.

À Bruna, minha filha, que me inspira a sonhar e lutar por um Brasil mais justo, solidário, democrático e por compreender, tão amorosamente, minha necessidade de brincar menos juntas, por este tempo de estudo.

Ao meu esposo Vital Filho, pelo amor partilhado a dois, pela luta partilhada nos espaços dos movimentos sociais e do governo, ao longo dos anos; pelos inúmeros aprendizados pessoais e profissionais.

À minha mãe e meu pai, por compreenderem minhas ausências em momentos que mais precisavam, e por me ensinarem a lutar contra as adversidades, impulsionando-me a seguir.

Às minhas irmãs, irmão, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, por se fazerem minha sustentação, por terem a capacidade de acolher meu momento e cuidarem dos meus pais, para que eu pudesse manter o foco na conclusão da pesquisa.

À amiga/irmã Luciana Oliveira, pelo incentivo para minha inserção no Mader e pelo estímulo durante todo o curso.

A todos os agricultores e agricultoras que aceitaram disponibilizar seu olhar e seus acúmulos para que eu pudesse fazer as análises que o estudo se propunha.

Aos gestores públicos nacionais, Humberto Oliveira e Vital Carvalho Filho, pela oportunidade de fazer parte da implantação das BSC no Brasil, de 2007 a 2011, ajudando-me a entender e pensar os caminhos de proposição de políticas públicas, alinhadas às necessidades do Brasil Rural.

Aos companheiros e companheiras hoje envolvidos na gestão e nas políticas da Prefeitura de Remígio, que deram todo apoio logístico, de informações e de estímulo para realização do estudo. Em especial, ao Prefeito Melchior Batista, a Marenilson Batista, Marenildo Batista, Antonio Souto, Antonio Júnior, Tatiana Oliveira, Amália da Silva, Ranyfábio Macêdo, Diógenes Fernandes e demais que me acolheram e aceitaram ser entrevistados.

Aos membros da banca, Professoras Dras. Laura Duarte e Emilie Coudel que, desde a qualificação do projeto de pesquisa, forneceram contribuições preciosas para o foco mais acertado desta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eric Sabourin, pelas inúmeras vezes em que impediu que eu ingressasse no caminho da desistência, em função dos desafios pessoais; pelo saber

disponibilizado para que meu próprio conhecimento fosse ampliado; pela paciência e tolerância com minhas dificuldades; pelas elaborações teóricas disponibilizadas.

À amiga/irmã Maria de Fátima Pereira, pelas contribuições na revisão final do trabalho.

À Raimunda Nonata Carlos Ferreira (Ramona), amiga/irmã, que me incentivou durante todo o percurso do mestrado e ajudou-me na revisão final dos textos.

À querida Luisete Bandeira, pelo apoio na formatação final do trabalho.

A toda equipe da Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na figura da ex-Coordenadora Geral, Janine Giuberti Coutinho, da atual Coordenadora Geral, Mariana Carvalho Pinheiro e da Diretora, Patrícia Chaves Gentil, por todo apoio, incentivo, compreensão e liberação em momentos cruciais da pesquisa.

RESUMO

Segundo registros da I e II Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável, o acesso a um serviço de assistência técnica especializado, adequado e focado na comercialização dos produtos da agricultura familiar tem sido demanda forte para as políticas públicas do governo federal, ao longo dos últimos 12 anos. A constituição da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004, abriu perspectivas fundamentais para o alinhamento da ATER às novas demandas do rural brasileiro, pelo reconhecimento de novas formas organizativas da agricultura familiar, onde temas e práticas como agroecologia, economia solidária, redes de cooperação solidária, desenvolvimento territorial, dentre outros, ganham espaço. A dissertação propõe uma análise das Bases de Serviço de Comercialização (BSC), constituídas em 2007, na ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como tentativa de resposta às demandas dos territórios rurais, em consonância com a PNATER. O referencial teórico aplicado no estudo de caso da BSC do Território da Borborema, na Paraíba, considera três dimensões de análise: a ação coletiva e a participação dos agricultores; as práticas de economia solidária e autogestão; e as inovações em termos de ATER territorial. A metodologia associa bibliografia, análise de documentos e entrevistas a gestores e beneficiadores dessa política. A pesquisa mostra as contribuições de um lado e do outro, as dificuldades e limitações de recursos da BSC no Território da Borborema para poder consolidar a concepção de ATER proposta pela PNATER. No entanto, o estudo de caso mostra a importância da assistência técnica específica em matéria de acesso a mercados e comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar em territórios rurais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios, Bases de Serviço de Comercialização, Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural, Construção Social de Mercados.

ABSTRACT

According to records from the 1st and 2nd National Conferences of Sustainable Rural Development, access to a specialized technical service, adequate and focused on the commercialization of family farming products has been a strong demand for public policies of the federal government, over the past 12 years. The creation of the new National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), in 2004, opened fundamental perspectives for the alignment of ATER to the new demands of the Brazilian rural, for the recognition of new organizational forms of family agriculture, where themes and practices such as agroecology, solidary economy, solidarity cooperation networks, territorial development, among others, gain space. The present study proposes an analysis of the Marketing Service Bases (BSC), constituted in 2007, by the Department of Territorial Development (SDT), of the Ministry of Agrarian Development (MDA), as an attempt to respond to the demands of rural territories, in line with PNATER. The theoretical framework applied to the case study of the BSC in the Territory of Borborema, Paraíba, considers three dimensions of analysis: the collective action and farmers' participation; the practices of solidarity economy and self-management; and the innovations in terms of territorial rural extension. The methodology associates bibliography, document analysis and interviews with managers and beneficiaries of this policy. The research shows on one hand the contributions and on the other, the difficulties limited resources of the BSC in the Territory of Borborema in order to consolidate the new design of rural extension proposed by PNATER. However, the case study shows the importance of specific technical assistance in marketing for the strengthening of family farming in rural territories.

Key-words: Sustainable Rural Development, Territories, Marketing Service Bases, Family Agriculture, Technical Assistance, Economic Sociology, Social Construction of Markets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema sobre a estratégia de dinamização econômica dos territórios rurais com evidência dos principais instrumentos adotados.....	60
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Territórios Rurais do estado da Paraíba	49
Mapa 2: Distribuição dos 120 Territórios da Cidadania no Brasil.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Analítica adotada no estudo	46
Quadro 2 – Composição das microrregiões do Agreste Paraibano	49
Quadro 3 – Síntese dos principais resultados da ação das BSC no Brasil	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das organizações de agricultores pesquisados por município.....	52
Tabela 2 – Número de BSC, Técnicos envolvidos e Agricultores Familiares por região.....	61
Tabela 3 – Territórios Rurais priorizados em 2011 no Plano Brasil Sem Miséria.....	63
Tabela 6 – Resultados da ação das BSC no assessoramento para acesso ao PNAE nos territórios rurais da PB:	66
Tabela 7 - Caracterização das organizações de agricultores estudadas.....	72
Tabela 8 - Relação das organizações de agricultores com o CODETER.....	73
Tabela 9 - Elementos da interação entre as organizações de agricultores e o Colegiado Territorial.....	76
Tabela 10 - Caracterização dos serviços prestados pela BSC	88
Tabela 11 - Incorporação das orientações recebidas da BSC.....	89
Tabela 12 - Contribuições das orientações da BSC as organizações dos agricultores.....	90
Tabela 13 - Principais resultados no campo da melhoria na interação entre agricultores e outros atores no Território.	92
Tabela 14 - Visão dos agricultores quanto ao diferencial da ATER da BSC.....	94
Tabela 15 - Caracterização dos arranjos institucionais.	97
Tabela 16 - Percepções dos agricultores quanto à finalização da ação da BSC.....	100

LISTA DE SIGLAS

ACODECA – Associação de Desenvolvimento de Caiana / Remígio

ACOMCA – Associação Comunidade Negra de Camará / Remígio

ADESCO – Associação de Desenvolvimento da Comunidade Chã de Jardim

AF – Agricultura Familiar

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ARCO – Agência Regional de Comercialização

ARRIBAÇÃ – Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar

ASA-BR– Articulação pela Vida no Semi-Árido Brasileiro

ASA-PB – Articulação pela Vida no Semi-Árido Paraibano

ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativos

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BSC – Base de Serviço de Comercialização

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CNAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CRESOL-BASER – Sistema de Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária-Bases de Serviço

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DEGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor

ECOBORBOREMA – Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema

ECOSOL – Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OEAFFs – Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PTC – Programa Territórios da Cidadania

PLANSAN – Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROINF – Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PTCP – Plano Territorial de Cadeias Produtivas

PNE – Plano de Negócio dos Empreendimentos

RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Economia Solidária

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Problemática, justificativa e hipótese	18
1.2 Objetivos	22
1.3 Plano da dissertação	23
2. ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLOGIA	24
2.1 ATER, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil.....	24
2.2 A ação coletiva e a participação dos agricultores nas políticas públicas	32
2.3 Economia Solidária e inovações institucionais como estratégias de fortalecimento da agricultura familiar	35
2.4 Metodologia	45
a) Marco metodológico:	45
b) Contexto do estudo de caso	48
3. BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE ATER PARA TERRITÓRIOS RURAIS	54
3.1 Concepções e processos de constituição nas políticas do governo federal	54
3.2 Alguns resultados das BSC no Brasil até o ano 2011	61
4. BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA/PB.....	67
4.1 A ação da Base de Serviço de Comercialização nos Municípios de Areia, Remígio e Lagoa Seca.....	67
4.2 A Ação coletiva e a participação dos agricultores a partir da ação da BSC nos municípios.....	69
4.3 As práticas de Economia Solidária e inovações institucionais	76
4.4 Renovação da ATER e a participação social a partir da ação da BSC no território83	
4.5 Uma análise dos resultados à luz das perspectivas teóricas mobilizadas	101
a) A ação coletiva e da participação dos agricultores	101
b) A presença da economia solidária.....	108
c) Renovação da ATER e participação social	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS.....	126

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problemática, justificativa e hipótese

Institucionalizado na agenda das políticas públicas há mais de 50 anos, o tema da assistência técnica e extensão rural (ATER), no Brasil, encontra-se em permanente debate e revisão, sobretudo, na sua perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Historicamente, seu surgimento está marcado pelo período que se convencionou chamar de modernização conservadora da agricultura, caracterizada pelo amplo uso de maquinários pesados, tecnologias que tomam por base o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tendo como preocupação central a ampliação da capacidade produtiva da agricultura para atendimento a mercados. Graziano da Silva (1981) lembra que a modernização da agricultura patrocinada pelo Estado foi conservadora e dolorosa, na medida em que beneficiou produtores e áreas, gerando contradições sociais pela expansão do capital.

Somente nos anos 2000, mais especificamente em 2003, com a constituição da Política Nacional de ATER (PNATER), o tema da assistência técnica e extensão rural passou a ser orientado de forma a permitir avanços nas concepções do desenvolvimento sustentável, do reconhecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da valorização da sociobiodiversidade. Em se tratando de concepção, a PNATER estabelece como missão da ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (BRASIL/MDA, 2004, p. 8)

O processo de inovação da ATER, contido na proposta da PNATER, corroborou com a valorização das experiências locais, das referências socioculturais do rural brasileiro, estimulando a adoção de métodos e conteúdos de assistência técnica e extensão rural, orientados ao fortalecimento de modelos mais inclusivos de desenvolvimento.

A partir de 2003, a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), oportunizou a construção de uma estratégia de dinamização econômica dos territórios rurais, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. A ideia central de tal estratégia era o fortalecimento desta agricultura como ente econômico, capaz de se colocar na condição de agente diferenciado nos mercados territoriais, modificando as próprias dinâmicas econômicas dos territórios.

Wilkinson (1999) lembra que, dois dos desafios centrais para o fortalecimento da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas, são justamente a agregação de valor aos seus produtos e a definição de estratégias para inserção de sua produção em mercados. Neste sentido, o tema da assistência técnica e extensão rural (ATER), adequada e focada na comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa, foi se destacando como importante demanda nas conferências nacionais, tanto de ATER, como de Desenvolvimento Rural Sustentável e em outros espaços de interlocução entre governo e sociedade civil organizada.

A 1ª Conferência Nacional de ATER (1ª CNATER, 2010) apresenta, em seu Relatório Final, na proposição 269, uma expressão das demandas de ATER para comercialização:

Incentivar a criação e consolidação de metodologias de gestão e comercialização para promover e desenvolver os empreendimentos integrados na agricultura familiar 44 (conforme nota 1), na reforma agrária, no extrativismo, na pesca artesanal, no artesanato, e em outras comunidades tradicionais (CONDRAF, 2012, p. 43-44)

Por sua vez, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS, 2008) traz na proposição 109, item b, do seu Relatório Final:

estruturar e consolidar o sistema descentralizado e plural de assistência técnica e extensão rural, nos termos previstos pela PNATER, articulado com universidades, instituições de pesquisa agropecuária e florestal e com os sistemas de educação formal e não formal, adequando os currículos e as práticas em função das características territoriais e dos conhecimentos e saberes dos(as) agricultores(as) familiares e camponeses(as), povos indígenas e comunidades tradicionais. (CONDRAF, 2008, p. 75)

Segundo relatos dos gestores da SDT, no período em estudo, as críticas dos movimentos sociais do campo apontaram o sentimento de insuficiência dos modelos tradicionais de ATER, no sentido de não conseguirem incorporar as necessidades das atividades desenvolvidas “para fora da porteira” das unidades produtivas; ou seja, de comercialização. A tentativa de dar respostas a essas pressões sociais levou a SDT a instituir, em suas estratégias de dinamização econômica dos territórios rurais, as chamadas Bases de Serviço de Comercialização (BSC), objeto de estudo da presente pesquisa.

As BSC são definidas como organizações que prestam serviços de apoio à agricultura familiar, com foco na comercialização de seus produtos, realizando ações como: 1) identificação/mapeamento da produção; 2) estudos de mercado, estudos e planejamento de cadeias produtivas, elaboração participativa de planos de negócios das organizações da agricultura familiar; 3) assessoramento/capacitação em temas da dinamização econômica de territórios rurais; 4) identificação e articulação de nichos de mercado para a agricultura familiar; dentre outras.

Seguindo as Referências para Dinamização Econômica dos Territórios Rurais (BRASIL/MDA, 2010), as BSC atuavam sob o pressuposto do fortalecimento das práticas de economia solidária, nos territórios rurais, a partir do viés da comercialização.

A SDT, em seus documentos referenciais das estratégias de dinamização econômica de territórios rurais (BRASIL/MDA, 2010) explicita que, para a inserção sustentável dos produtos da agricultura familiar e camponesa no mercado, as organizações de agricultores precisam dispor de um conjunto de serviços de ATER adequado às suas necessidades.

A Secretaria, numa relação dialógica com representações nacionais das organizações da agricultura familiar, propõe as BSC como um instrumento capaz de operar, mais eficientemente, o apoio à ampliação das capacidades de gestão dos agricultores familiares, nas funções produtivas e comerciais dos seus negócios, de forma sustentável e solidária.

Por meio da interação entre ATER, organizações da agricultura familiar e outros atores territoriais, o processo de constituição e funcionamento das BSC sinaliza contribuições para materializar as inovações pretendidas pela PNATER, quanto aos processos e os métodos de assistência técnica e extensão rural. Analisar os avanços e métodos experimentados, nesta perspectiva, é foco fundamental do presente estudo.

Dentro do universo das políticas setoriais articuladas no fomento aos territórios rurais, a análise das BSC possibilita dialogar com diversos temas estratégicos, como: o fortalecimento econômico da agricultura familiar; o processo educativo para a construção de práticas de autogestão; o estímulo à produção agroecológica; e a gestão social, como elemento para a participação nos processos de desenvolvimento territorial.

Um levantamento inicial dos arquivos existentes, relativos ao período de 2007 a 2011¹, possibilitou identificar registros positivos dos resultados das BSC, que serão descritos neste estudo. Todavia, os levantamentos de dados demonstraram que, com a mudança de gestão de governo, em 2011, houve finalização do fomento às BSC nos territórios rurais, pela ação do governo federal, o que resultou no enfraquecimento e posterior desaparecimento da ação, em vários territórios, nos anos seguintes. Fato que aponta o nível de fragilidade da experiência na agenda pública nacional.

O processo de encerramento da ação das BSC aconteceu sem um estudo mais profundo, que pudesse subsidiar a SDT ou outras estruturas de governo quanto à sua importância. Faltou uma avaliação quanto aos resultados, possibilidades e limites da

¹ Este é o recorte temporal do presente estudo, em função de ter sido este o período em que o fomento às BSC figurou como ação na política de territórios rurais sustentáveis, levada a cabo pela SDT/MDA.

incorporação das BSC, como instrumento de oferta de uma assistência técnica em comercialização, mais articulado com as necessidades e as dinâmicas territoriais.

Portanto, estudar as BSC constitui-se um grande desafio, por se tratar de uma ação de política pública recente e de breve manutenção no escopo da ação do governo federal; e por existir poucos registros de elaboração sobre suas concepções no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

O presente estudo propõe-se a analisar os processos de interação entre as organizações dos agricultores e as novas propostas de ATER, com vistas ao acesso/construção de mercados por parte da agricultura familiar. Para tanto, a análise é realizada a partir de um estudo de caso, sobre a experiência da BSC no Território da Borborema, no estado da Paraíba, fomentada na política da SDT, entre os anos 2007 e 2011.

Ressalta-se que a autora do estudo compôs a equipe nacional da SDT, entre os anos 2006 a 2011, na função de consultora nacional, atuando diretamente no processo de apoio a constituição e implementação das BSC, nos diversos territórios priorizados pela Secretaria. Por um lado, isto facilitou o acesso às informações e contatos com sujeitos estratégicos, para a organização da pesquisa documental e de campo. Por outro lado, tal fato demandou esforço redobrado de observância e manutenção do rigor científico necessário, para que as análises não fossem influenciadas por leituras pré-estabelecidas da realidade.

A escolha do Território da Borborema deu-se, sobretudo, por ter sido este um dos primeiros territórios rurais da política SDT/MDA em que o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)², elegeu o apoio às BSC como um de seus projetos prioritários. Isso foi evidenciado pela iniciativa do Codeter-Borborema de aportar recursos complementares do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) aos recursos nacionais destinados pela SDT, para apoio à implantação e funcionamento da BSC.

Mais do que analisar o resultado da inserção em mercados, a partir da assistência técnica prestada pelas BSC, o estudo examina os processos construídos na interação entre organizações dos agricultores e organizações prestadoras dos serviços de ATER, no marco da ação da política da SDT no fomento às BSC.

² As ações de promoção de territórios rurais sustentáveis, na política da SDT, passavam pela constituição de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) em cada um dos territórios homologados pelo MDA. O Codeter funcionava como a instância de máxima de participação e controle social para o exercício da gestão social, envolvendo ampla representação de atores locais na elaboração e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Nesta perspectiva, o estudo se orienta a partir das seguintes perguntas:

- 1) Como as BSC refletem e contribuem para a consolidação da nova concepção de ATER proposta pela PNATER 2004?
- 2) Como contribuem para uma maior interação entre as organizações dos agricultores e as organizações prestadoras de serviços de ATER?
- 3) Na visão dos entrevistados, por que as BSC foram encerradas, enquanto política pública federal, e quais os possíveis impactos disso para as organizações da agricultura familiar nos territórios?

A hipótese considerada é a de que, ao propiciarem a interação entre ATER, organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, na lógica da economia solidária, as BSC contribuem para a consolidação da nova concepção de ATER, proposta pela PNATER, trazendo elementos para renovar o processo e os métodos de ATER para a promoção de territórios mais sustentáveis.

1.2 Objetivos

O estudo tem por objetivo principal analisar como as BSC contribuem para a consolidação da nova concepção de ATER, proposta pela PNATER 2004, apresentando elementos de reflexão sobre a sua importância, enquanto política pública para o desenvolvimento de territórios rurais.

Este objetivo principal desdobra-se em quatro objetivos específicos, quais sejam: 1) identificar e caracterizar as formas de ação coletiva, que tem favorecido as dinâmicas de organização, de coordenação e de aprendizagem na experiência das BSC; 2) caracterizar as práticas de economia solidária apoiadas pelas BSC, enquanto instrumento de assistência técnica, para inserção das organizações de agricultores familiares em mercados territoriais diversificados; 3) identificar e qualificar as inovações promovidas em termos de métodos e instrumentos de ATER, entre os principais atores do território rural, pelo processo de constituição das Bases de Serviço; e 4) analisar os resultados do estudo de caso da BSC Borborema, à luz do referencial teórico.

Dois tipos de resultados foram almejados no presente estudo: 1) contribuições para o debate acadêmico sobre o tema de ATER para comercialização, em processos de promoção do desenvolvimento sustentável com fortalecimento da agricultura familiar; e 2) sugestões para o exercício de revisão e aperfeiçoamento de políticas públicas de ATER, para acesso da agricultura família a mercados, com abordagem territorial.

1.3 Plano da dissertação

Além deste Capítulo 1, que configura a introdução, a dissertação conta com outros quatro capítulos. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico mobilizado e a metodologia adotada no estudo. O Capítulo 3 apresenta as BSC, como instrumento de ATER para territórios rurais, na ação do governo federal e traz uma visão geral dos primeiros resultados das BSC, sistematizados pela SDT até 2011.

O Capítulo 4 apresenta o estudo de caso da ação da BSC no Território da Borborema, estado da Paraíba, com recorte nos municípios de Areia, Lagoa Seca e Remígio, e analisa os resultados do estudo de caso, à luz do referencial teórico. Finalmente, o Capítulo 5 é dedicado às considerações finais.

As Referências Bibliográficas são apresentadas ao final. Em seguida, os Anexos, que contem tabelas de informações gerais, roteiros de entrevistas, relação de entrevistados, registros fotográficos e outros materiais, destinados a melhor visualizar e entender o estudo realizado.

2. ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLOGIA

2.1 ATER, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil

Historicamente, a ATER tem figurado como uma das mais presentes demandas para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, nos processos de promoção do desenvolvimento de territórios rurais. A noção de agricultura camponesa é, aqui, adotada no sentido de Ploeg (2009), ou seja, aquela agricultura cuja base fundamental é o chamado capital ecológico, ou o que ele chama ainda “a natureza viva”, aliado às características próprias da condição camponesa de luta por autonomia e por um modelo de desenvolvimento que rompa com a perspectiva da subordinação e das desigualdades.

A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), ainda nos primeiros anos do que se convencionou chamar “Era Lula³”, configura-se como uma das grandes conquistas dos movimentos sociais do campo. A implementação da PNATER, em 2004, marca um importante reconhecimento, não só da legitimidade da demanda por uma política nacional de ATER em si, mas das especificidades e diversidades da agricultura familiar e camponesa no Brasil e de suas consequentes demandas por uma política de assistência técnica, capaz de dialogar com seu universo específico, em termos de capacidade organizativa, dinâmicas produtivas e de inserção em mercados.

Em um contexto igualmente histórico de disputa de projeto político de sociedade, sobretudo, no que se referem às lutas travadas no universo do rural brasileiro, conquistas como essas estão para além do campo da mera afirmação de direitos. Antes de tudo, aparecem como resultados significativos das reivindicações e negociações propositivas dos movimentos sociais do campo na disputa do próprio Estado, como agente promotor de desenvolvimento.

A concepção de Estado é aqui tomada de Mendonça (2012), que adota a perspectiva gramsciana em que o Estado:

não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade. Sob tal ótica, ele recupera definições marxistas clássicas, porém as redefine, recriando um conceito de Estado que denomina de Estado ampliado – isso porque estão incorporadas nele tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, em permanente inter-relação. (MENDONÇA, 2012, p. 352)

Para o entendimento de políticas públicas, tomamos como referência os estudos de Jobert e Muller (1987), adotando a noção de “Estado em ação”, ou seja, considerando as

³ Período relativo à gestão de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República do Brasil, indo do ano 2003 a 2010; sendo sucedido pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff.

políticas públicas como as formas de agir do Estado, por meio de programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais.

Consideraremos, no presente estudo, principalmente duas políticas de promoção de desenvolvimento rural: a Política Nacional de ATER (PNATER) e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

No período de sua constituição, a PNATER foi institucionalmente vinculada à ação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nos documentos oficiais, o próprio governo federal (BRASIL/MDA, 2004) reconhece que esta nova responsabilidade do MDA ocorre justamente na convergência do imperativo socioambiental, das novas exigências da sociedade e dos papéis necessários ao Estado, no apoio a estratégias de desenvolvimento sustentável. Essas convergências determinam a urgência de implantação de uma nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil.

Todavia, naquele momento, ao que os registros institucionais e depoimentos coletados neste estudo indicam, o Estado não tratou de dar a devida ênfase à necessária articulação entre a SAF e a SDT, para a adequada constituição de uma política de ATER, alinhada aos pressupostos do desenvolvimento rural com abordagem territorial.

É fundamental dizer que a “nova ATER”, preconizada pela PNATER, é fruto da crítica histórica aos resultados da chamada “Revolução Verde” e dos modelos difusionistas da assistência técnica e extensão rural no Brasil. Tal crítica, oriunda de parcela dos sujeitos sociais do campo – particularmente dos segmentos sociais historicamente excluídos, além de acadêmicos, educadores, técnicos, dentre outros – encontrou inspiração nos trabalhos de Paulo Freire. Em seu livro ‘Extensão ou Comunicação?’, Freire (1968) problematiza a questão da comunicação entre o técnico e o camponês, no processo de desenvolvimento de uma nova sociedade agrária. Para tanto, faz uma crítica à escolha metodológica dos educadores por processos “difusionistas” e apresentando a noção de educação constituída pela troca, pelo diálogo, pela comunicação e pelo aprendizado mútuo.

É importante lembrar que, nos anos 1990, período de avanço das políticas neoliberais e de instauração do chamado Estado Mínimo⁴, as políticas de ATER passaram por um

⁴ O chamado Estado Mínimo está ligado à concepção de Estado que caracterizou o pensamento liberal, dos séculos XVIII e XIX, e que ganhou força no surgimento do neoliberalismo, no período pós 2ª guerra mundial. Anderson (1995) lembra que tal concepção tem, como premissa básica, a desconstrução do Estado intervencionista e de bem-estar social, com a redução máxima do poder do Estado na economia e gastos sociais e nas intervenções econômicas, como estratégia fundamental de recomposição das bases de acumulação capitalista.

processo de desestruturação e enfraquecimento, tratadas como sendo de responsabilidade apenas dos governos subnacionais. Somente no início dos anos 2000, ocorreram os primeiros movimentos de “renacionalização” da pauta de ATER, em grande parte, ligados à agenda do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), como política nacional.

Portanto, a PNATER 2004 é fruto das reivindicações contra a precarização da ATER, como serviço fundamental ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, bem como a crítica às práticas pautadas na noção de transferência de conhecimento. O elemento novo, surgido nos anos 2003/2004, que impulsiona esse debate é a ascensão de um governo mais próximo aos movimentos sociais e populares, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, trazendo maior abertura de apoio à agricultura familiar e camponesa.

Fruto deste processo, a criação da SDT, vinculada ao MDA, incorporando a abordagem territorial para políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural, abriu outra importante perspectiva de disputa do Estado e da própria concepção de desenvolvimento.

Correia (2010) lembra que o enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, as bases fundamentais para a conquista da cidadania.

Os estudos de Abramovay (1999), Veiga (2000, 2001) e Echeverri (2002) sobre a abordagem territorial de desenvolvimento, associada ao enfoque do novo rural brasileiro, influenciaram os debates do governo federal. Assim, nos marcos da política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), o território é entendido para além do mero espaço físico, mas como construção social, a partir do componente de identidade – social, cultural, ambiental e econômica – configurando, assim, um ambiente propício para a articulação entre demanda social e oferta de políticas públicas (BRASIL/MDA, 2005).

A incorporação de uma nova perspectiva de percepção do rural abriu margem para políticas de incentivo ao protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para o fortalecimento da participação social na gestão das políticas públicas, oportunizando gerar novos aprendizados e dinâmicas de interação entre os diversos atores territoriais e nacionais.

A esse respeito, Favareto (2010) lembra que a emergência da abordagem territorial, para as políticas de desenvolvimento rural, tem profunda relação com o reconhecimento de novas dinâmicas espaciais, com o realinhamento de instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento e com os debates em torno da redefinição do papel do Estado.

Segundo o autor, a articulação desses elementos pode ajudar a criar as condições, para que os diversos agentes privados possam investir recursos nas regiões de desenvolvimento; bem como contribuem no papel que a sociedade civil organizada e seus movimentos sociais passam a desenvolver, no processo endógeno de desenvolvimento.

Dentro das novas atribuições do MDA, a partir de 2003, de um lado, tinha-se a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) com a tarefa de fomentar e coordenar a PNATER; e do outro, a SDT recebeu a missão de fomentar e coordenar o desenvolvimento de territórios rurais sustentáveis. Essa separação das Secretarias já não favorecia a coordenação entre os seus programas. Por tanto, junto com os avanços alcançados durante os governos do Presidente Lula da Silva, apareceram contradições e limitações no campo da articulação das políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural, no contexto da implementação da PNATER (Sabourin, 2017).

Dias (2007), no seu resgate histórico das políticas públicas de extensão rural no Brasil, chama a atenção para as mudanças de orientação, de ordem conceitual e institucional, que são propostas pelo processo de reestruturação deste serviço público, no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Seu principal mote é a compreensão de que o chamado “difusionismo produtivista” permanece como importante referencial, orientador das concepções e práticas extensionistas, apesar das inovações propostas na PNATER. No entanto, o autor evidencia as oportunidades que a constituição da PNATER representa, para a revisão de concepções e institucionalidades que fundamentam a ATER, sobretudo, no que se refere à formação dos profissionais, que prestam estes serviços nos territórios rurais.

Pettan (2010) analisa as principais percepções e tendências da assistência técnica e extensão rural no Brasil, a partir do advento da PNATER. Apresenta as perspectivas da chamada “Extensão Rural Agroecológica”, em contraposição à “Extensão Rural Convencional” e ressalta as mudanças preconizadas na PNATER, tanto na sua configuração institucional, quanto na ação extensionista.

Para Pettan (2010), o período 2003-2009 foi fundamental, para a implementação de mudanças voltadas a prática de uma ATER mais participativa, numa perspectiva socialmente inclusiva, agroecológica e dirigida à agricultura familiar. Considera necessário se debruçar na identificação de ocorrências de tais mudanças, a partir de uma análise crítica e aprofundada das modalidades concretas da implementação da PNATER.

Todavia, destaca-se, como uma das principais mudanças promovidas pela PNATER, a possibilidade de reconhecimento das organizações sociais, como potenciais prestadoras de

serviços de ATER, rompendo com a lógica tradicional de uma rede institucional constituída apenas pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Essa mudança institucional corroborou para a inclusão de outras concepções e dinâmicas na oferta de serviços de ATER nos territórios rurais.

Os documentos constituintes da PNATER defendem uma ATER que rompa com os conceitos tradicionais de inovação e difusão, como os preconizados no que se convencionou chamar “Revolução Verde”. Sinalizam a necessidade de novas concepções sobre tecnologia e construção/disseminação de saberes, a partir de processos de aprendizagem gerados por interações entre diferentes níveis de governos, organizações de agricultores e organizações não governamentais (ONGs) ou fundações da sociedade civil (BRASIL/MDA, 2004).

Os estudos de Caporal (2006) propõem que a adoção de novas concepções, pela incorporação dos princípios da agroecologia e de suas bases epistemológicas na PNATER, levou à formulação específica de uma metodologia de ATER agroecológica, no seio da SAF.

Apesar desses avanços, os debates entre governo e sociedade civil, já em 2015, no âmbito do CONDRAF, por ocasião dos preparativos para a 2ª Conferência Nacional de ATER (2ª CNATER), evidenciaram inúmeras críticas das organizações sociais, quanto à insuficiência de avanços da implementação dessa nova ATER no Brasil.

Os Documentos Referenciais da 2ª CNATER, apontam a fragmentação tanto dos debates, como das ações sobre ATER e políticas públicas, na ação da SDT e da SAF, sugerindo uma necessária, articulação, com vistas à ampliar o potencial da ATER nos territórios. Tais documentos defenderam, ainda, que a ação da ATER deve ser compreendida para além da organização da produção, mas também como instrumento de mobilização, qualificação e ampliação das políticas públicas (CONDRAF, 2015, pag. 20).

Em temas específicos como o de ATER para acesso a mercados, registram-se especiais insatisfações e demandas ao longo dos últimos anos. Já em 2008, nas Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS) apareceram demandas relativas a uma ATER para acesso a mercados, que considere as organizações coletivas da agricultura familiar, fundadas no associativismo e no cooperativismo. (CONDRAF, 2008)

Não são de hoje os debates em torno da necessidade de uma ATER voltada para a ampliação do poder de governança das organizações da agricultura familiar, no elo da comercialização, dentro de suas cadeias produtivas. Pressupõe-se que é justamente neste elo da cadeia que as organizações da agricultura familiar mais perdem força interventiva e menos

se beneficiam dos bens e riquezas geradas, em suas atividades produtivas. Sobre este aspecto, as políticas de assistência técnica ganham relevância fundamental.

Os estudos de Motta (2007) afirmam que

a inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas se dá de forma subordinada, tornando os(as) agricultores(as) dependentes de decisões e diretrizes sobre as quais não possuem qualquer poder. Devemos considerar as cadeias produtivas não apenas como uma sequência de fases da produção, mas como um lugar social onde os diversos atores sociais dispõem de mecanismos diferenciados de poder. Assim, cada elo da cadeia se apropria de quantidades desiguais das riquezas geradas e conta com poder diferente de decisão. (MOTTA, 2007, p.82)

Todavia, compatibilizar os componentes tradicionais das políticas de assistência técnica, com os novos componentes da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, fortalecendo o protagonismo e autonomia da agricultura familiar, não tem se mostrado um exercício fácil. Antes de tudo, aponta para uma reconstrução profunda dos paradigmas e práticas que permeiam, historicamente, a relação entre construção dos saberes, assistência técnica e promoção do desenvolvimento rural sustentável com gestão social.

Neste sentido, Favareto (2010) aponta a necessidade de uma profunda reforma nas organizações, serviços e formas de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável. O autor lembra que, em sua maioria, as instituições e órgãos atuantes no meio rural são muito antigas. Para o autor, culturalmente, essas instituições não fazem a adequação de suas perspectivas e formas de atuação aos novos contextos e necessidades do rural brasileiro. Cita, por exemplo, o pouco registro de avanços na recuperação das capacidades de órgãos de assistência técnica, nos últimos anos; o que, para ele, impacta na qualidade dos serviços prestados, frente àquilo que é efetivamente a demanda atual.

A renovação de paradigmas e das estruturas de ATER passa, necessariamente, pelo resgate da assistência técnica como processo educativo que, semelhante às concepções de Educação do Campo em Agostini (2012), ganham sentido e perspectiva política somente se entendidos no contexto dos projetos políticos em disputa, levados a cabo pelos distintos sujeitos sociais das lutas travadas no meio rural. Nesse sentido, a economia solidária traz uma contribuição importante, com a incorporação das categorias Autogestão e Cooperação, na construção dos processos de formação e assistência técnica para as organizações dos agricultores familiares.

Essas perspectivas estão visíveis nas resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária, cuja Resolução 74 sinaliza que:

a economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a

formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. (CNES, 2010, p. 30-31).

As críticas e demandas à PNATER, no sentido de uma maior convergência com as políticas de desenvolvimento rural sustentável, com abordagem territorial, não são fenômenos isolados. Coudel (2010,) lembra que a implementação do processo de descentralização de políticas públicas, na realidade brasileira, revelou inúmeras carências, do ponto de vista da formação de competências, saberes e conhecimentos necessários para o protagonismo dos atores locais, no estímulo a projetos de desenvolvimento territorial e sua concretização.

De fato, no próprio tema da dinamização econômica dos territórios rurais, e da consequente pauta do acesso a mercados para a agricultura familiar, a política de desenvolvimento rural sustentável trouxe novos e importantes paradigmas impulsionadores de novas práticas sociais, para as quais são demandados processos educativos alinhados à abordagem territorial.

Abramovay (2003) trata da importância da noção de territórios para a agricultura familiar no Brasil. Para ele, os territórios seriam, sobretudo, lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas; o que pressupõe novas formas de coordenação entre as organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos. Estas formas de coordenação seriam estabelecidas de acordo com a história e especificidades de cada lugar.

O referido autor destaca uma dupla importância da noção de territórios para o meio rural. Em primeiro lugar, propõe uma revisão da compreensão sobre desenvolvimento, com superação das abordagens setorializadas, mobilizando uma ampla gama de protagonistas. Neste sentido, Abramovay (2003) considera que a diversificação das economias rurais constitui um resultado importante do desenvolvimento territorial, em localidades pouco povoadas.

Em segundo lugar, o autor destaca o fato de que o processo de desenvolvimento tem relação direta com a forma como cada localidade vai relacionar-se com os ecossistemas integrantes. Mais do que uma nova perspectiva de reorganização espacial da agricultura familiar, a abordagem territorial do desenvolvimento, preconiza processos endógenos de organização das potencialidades locais e a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis nos processos produtivos.

De fato, o documento intitulado “Referências para a Dinamização Econômica nos Territórios Rurais” (BRASIL/MDA, 2010) afirma que a proposta de desenvolvimento sustentável, preconizada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de

Territórios Rurais (PRONAT), só faz sentido e tem efetividade se articular novos paradigmas e práticas qualificadoras e reorientadoras das políticas de fomento ao desenvolvimento.

O documento aponta ainda a necessidade de articulação e ressignificação de, pelo menos, cinco dimensões principais do desenvolvimento: a) na dimensão ambiental, a Agroecologia imprimindo novos sentidos para a organização produtiva da agricultura familiar; b) na dimensão social, a Gestão Social como método e perspectiva na relação entre Estado-sociedade nas políticas públicas; c) na dimensão econômica, a Economia Solidária numa construção contra hegemônica, imprimindo caráter democrático à economia territorial, a partir de uma nova lógica que considera o trabalho coletivo, cooperativo e autogestionário; d) na dimensão política, os arranjos institucionais, parcerias e ações em Redes, como novas dinâmicas entre os sujeitos sociais e as organizações estatais; e e) na dimensão cultural, a valorização das identidades e saberes como elementos aglutinadores dos sujeitos, para atuarem como coparticipantes dos processos de promoção do desenvolvimento no território. (BRASIL/MDA, 2010)

As instituições tradicionais de ATER não incorporavam o tema da comercialização, na perspectiva da economia solidária, como um campo de ação. Portanto, a criação das BSC, como resposta negociada entre representações de agricultores familiares e gestores públicos – numa articulação entre demanda e oferta, como elementos constituintes de políticas públicas – aproxima-se da reflexão explicitada por Coudel (2010), quando se refere à necessidade de formação de competências adequadas a políticas de desenvolvimento rural, com abordagem territorial.

Esse desenvolvimento de novas competências, para a SDT, parece dialogar não somente com a necessidade de construção de competências no campo da gestão social dos territórios; mas, sobretudo, no campo da dinamização econômica dos territórios rurais, com a necessidade de construção ou fortalecimento de uma nova lógica de compreensão de organização econômica, de interação e/ou criação de mercados, de geração de trabalho e renda no campo.

Não por acaso, a Economia Solidária (ecosol) constitui uma perspectiva defendida para as BSC nas “Referências para a Dinamização Econômica nos Territórios Rurais” (BRASIL/MDA, 2010). Essa proposta está na base das inovações, nos processos de ação coletiva e de aprendizagem, promovidas no contexto do fortalecimento da agricultura familiar nos territórios rurais.

A SDT parece incorporar as perspectivas discutidas na 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2ª CONAES, 2010), em que a economia solidária, para além de novas

formas de organização econômica, é entendida também como um princípio educativo, na construção de novos conhecimentos e de novas relações sociais, por meio de ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, na construção de processos de emancipação humana.

Os documentos da 2ª CONAES (2010) evidenciam que:

A formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. (CONAES, 2010, p. 28)

2.2 A ação coletiva e a participação dos agricultores nas políticas públicas

Os avanços nas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural brasileiro têm raízes profundas nos processos de enfrentamento, liderados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados em movimentos populares de resistência no campo.

De fato, para Sabourin (2017), é importante considerar que, políticas como as de reforma agrária e agricultura familiar são, essencialmente, o resultado de conquistas sociais acumuladas; com construções marcadas por conflitos sociais, cujo processo leva a um reconhecimento e satisfação, progressiva ou parcial, de determinados setores, grupos sociais ou grupos de interesse.

Entender a trajetória e configuração de uma política pública, implica no estudo da relação entre o que Kingdon (2006) chama de “formação de agenda” e “decisão”, no campo do ciclo das políticas. Ou seja, a compreensão do nível de complexidade de fatores, que fazem um tema passa a ser de “interesse público”, compondo a agenda das políticas públicas.

O referido autor defende que um problema ou um tema somente se torna agenda nas políticas públicas quando consegue reunir diferentes elementos, que permitam garantir sua sustentação. São os fatores que possibilitam pautar sua construção como proposta de solução e desenvolver a ação política, como resposta ao problema. Isto pressupõe que governo e sociedade possam superar os fatores que obstaculizam ou impedem a implementação daquela política pública.

Frey (1997) chama atenção para o fato de que, uma análise adequada da trajetória e configuração de uma política pública requer um olhar sobre três dimensões da política, quais sejam: a) a dimensão institucional (*polity*), que se refere à ordem do sistema político e às instituições do sistema político-administrativo envolvidas; b) a dimensão processual (*politics*) que se debruça sobre o processo político, geralmente, de caráter conflituoso que permeia a

conformação das políticas públicas, no que se referem aos objetivos, conteúdos e decisões da distribuição; e c) a dimensão mATERial (*policy*) que se refere aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A análise documental e de depoimentos, em torno das BSC, aponta a amplitude dos debates ocorridos com diversos atores, interessados no desenvolvimento de uma estratégia específica de organização e oferta de serviços de assistência técnica, voltados à comercialização.

Neste processo, destaca-se o papel das entidades representativas da agricultura familiar e camponesa, entre elas a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que abrange um amplo universo dos empreendimentos econômicos solidários (EES), presentes no meio rural.

O conceito de EES é aqui tomado da própria definição oficial, posta na política nacional de economia solidária (BRASIL/MTE, 2005), como sendo as formas de organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, cujos participantes exercem, coletivamente, a gestão e realizam atividades de produções de bens, prestação de serviços e fundos de crédito.

Porém, sobre as dinâmicas de diálogos sociais nos processos de construção de políticas, Avila et al. (2013) trazem uma crítica importante, fazendo alusão ao que chamam de “participação escalonada”, em que somente uma parcela privilegiada dos atores territoriais participam, sendo a legitimidade dessa participação muito ligada a capacidade de representar os interesses das comunidades de agricultores, das quais são procedentes.

A crítica dos autores refere-se à tendência de monopolização desses espaços por determinados grupos, bem como o fato de que, nos mecanismos participativos definidos na política de desenvolvimento territorial da SDT – onde perfeitamente pode se encaixar uma análise sobre as BSC – os espaços de definição dos projetos de políticas públicas são fragmentados, permeados da presença de agentes de outras esferas, que não o local, alterando, assim, o objetivo de promoção do desenvolvimento endógeno.

Sabourin (2010), em sua abordagem sobre a gestão dos recursos comuns, resgata as concepções de reciprocidade em Ostrom (1990), para caracterizar situações de interdependência entre atores heterogêneos, onde a ação coletiva é implementada com o uso de instituições, definidas como um conjunto de regras e normas, efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos, para organizar as suas atividades.

O autor lembra que

As normas correspondem a valores internos ao grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior. Eventualmente, a violação das normas gera sanções (OSTROM, 1998). A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento. (SABOURIN, 2010, p.144-145)

Os estudos de Ostrom (1990), sobre o manejo de recursos ou bens de propriedade comum, mostraram que o funcionamento da ação coletiva não segue as hipóteses habituais da economia neoclássica. Ostrom (1998) traz a crítica aos pressupostos da Teoria da Escolha Racional (RAT) de Olson (1966), alegando que, na prática, esses modelos são raramente validados, uma vez que os atores, em situação real, fazem opções melhores em termo de ganhos coletivos, em relação ao que seriam os ganhos previstos pelas teorias da escolha racional.

Para Ostrom (1998, p. 10), não há cooperação sem reciprocidade, retorno ou compartilhamento por parte dos envolvidos; todos os atores se reconhecem como possíveis cooperadores. A cooperação ocorre entre os que manifestam intenção de cooperar, havendo até mesmo sanções para os que traem a confiança dos outros. Todavia a reciprocidade não deve ser reduzida a um jogo do “toma lá, dá cá”, pois a confiança mútua é o seu elemento fundante.

Nesta perspectiva, a confiança é elemento determinante, atribuída por um ator a outro, para que uma ação seja realizada. Referindo-se às aplicações dessas perspectivas para o campo da partilha de conhecimentos e aprendizagens, Hess e Ostrom (2007) propõem considerar o conhecimento e os saberes locais como sendo bens comuns ou compartilhados.

Em seus estudos sobre as estruturas de partilha de saberes comuns, presentes na experiência da Universidade Camponesa no Brasil, o autor lembra que, eram notadamente destacados pelos agricultores, os valores éticos gerados por relações de reciprocidade simétrica e de compartilhamento de recursos, como o respeito mútuo entre educador e educando, a capacidade de escuta e a confiança quanto às capacidades do grupo e de cada ator nos processos de interação.

Sobre este aspecto o autor ressalta a importância da confiança, em si e no outro/grupo, como elemento que nasce de experiências coletivas, que colocam cada um em situação de paridade frente aos outros, apesar dos papéis diferenciados de educando-educador.

Freire (2014) ajuda a lembrar que, na teoria do Capital Social, a confiança interpessoal é enfatizada como um facilitador da cooperação entre os indivíduos, sendo fundamental não só para a formação de organizações autônomas da sociedade civil, como para o engajamento dos indivíduos em questões de interesse público.

2.3 Economia Solidária e inovações institucionais como estratégias de fortalecimento da agricultura familiar

Apesar dos avanços nas políticas públicas para a agricultura familiar, nas últimas décadas, Schmitt (2011) chama a atenção para o fato de não se ter conseguido romper com a lógica de produção e consumo de massa, com o monopólio de grandes empresas multinacionais. Isto impõe à agricultura familiar o desafio de desenvolver formas organizativas, capazes de romper com o papel de subalternidade que lhe foi, historicamente, imputado, ao tempo em que fortaleçam as oportunidades de sua participação direta nos mercados.

As últimas décadas, porém, parecem ter sido determinantes para o avanço das estratégias organizativas dos agricultores e agricultoras familiares, na superação destes desafios e no desenvolvimento de suas capacidades econômicas; sobretudo, pelo desenvolvimento das concepções e práticas de economia solidária nos territórios rurais brasileiros.

Fazendo uma crítica às concepções e práticas da economia capitalista pautada na competição como elemento determinante, Singer (2002) apresenta a economia solidária como concepção e prática mais aproximada das novas práticas de desenvolvimento local/comunitário, em que a solidariedade figura como elemento aglutinador das forças sociais necessárias, para a urgente construção de uma sociedade mais igualitária.

Propondo a substituição do paradigma da competição pelo da solidariedade, Singer defende que cada ator presente na comunidade/território tem papéis diferenciados e complementares nos processos de produção, comercialização e consumo, afirmando que “a chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9).

Para ajudar na compreensão da incorporação da economia solidária como perspectiva estratégica para a agricultura familiar brasileira, os dados do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES), mapeamento nacional realizado pelo Governo Federal entre os anos 2010-2013, e do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), sistematizados no Atlas ECOSOL (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>), apontam que existe um total de 10.899 (dez mil oitocentas e noventa e nove) organizações da agricultura familiar que se reconhecem como economia solidária (55,3% dos empreendimentos do SIES).

É importante dizer que as informações constantes no SIES são autodeclarativas; o que significa que, as unidades produtivas da agricultura familiar, visitadas pelos pesquisadores do SIES, se reconhecem e se autodeclaram como economia solidária. Embora, possivelmente,

muitos assim o façam muito mais movidos pelo processo induzido da entrevista, ao serem apresentados a um conjunto de elementos que caracterizam a economia solidária (tais como a ação cooperada, a autogestão, a solidariedade nas relações internas e externas dos ambientes produtivos, etc), do que por consciência absoluta do conceito de economia solidária. Este é um processo semelhante ao que ocorre com a identificação das práticas agroecológicas, por exemplo.

No entendimento de Singer (2002), a economia solidária é um modo de produção que coexiste com o modo de produção capitalista e tem, como princípios básicos, a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, indo na contramão das concepções de propriedade privada e de acumulação privada do capital, para a acumulação do lucro na base do modo capitalista de produção.

Assim, o autor problematiza a necessidade de construção de novos valores e práticas na divisão social dos lucros e do acesso a bens e serviços, colocando a democratização do poder e a autogestão como componentes determinantes para a superação das tendências capitalistas pela organização das cooperativas, associações e empresas solidárias.

Neste aspecto, Singer (2002) pontua a economia solidária como perspectiva fundamental das lutas emancipatórias, para a qual é necessário conceber processos de formação política, que forneçam elementos à classe trabalhadora para a construção de uma nova mentalidade e de uma nova cultura. Sendo assim, a radicalização da democracia no campo da economia, pode gerar novas perspectivas para a divisão social do trabalho e para o desenvolvimento sustentável.

Sem deixar de reconhecer que parte significativa dos trabalhadores insere-se na economia solidária como alternativa de inserção no mercado, no sentido do enfrentamento de suas condições de pobreza, Singer (2002) reforça o caráter mais amplo da economia solidária, como parte de um projeto político de construção de uma nova sociedade. Desta forma, seus conceitos e práticas aproximam-se das principais concepções sobre desenvolvimento e sustentabilidade, presentes nos debates e políticas de promoção de territórios rurais sustentáveis.

Pela análise dos documentos referenciais da SDT/MDA, a organização em redes de cooperação solidária, organizando coletivos de empreendimentos de agricultores familiares, tem sido relevante como importante estratégia para a agricultura familiar brasileira (BRASIL/MDA, 2010).

A estratégia da economia solidária, com mecanismos para organização da atuação em redes, dos mercados de proximidade, de circuitos curtos de comercialização, socialmente

controlados, e do estímulo a manejos sustentáveis, não é um fenômeno isolado do conjunto de transformações pelos quais passou o rural brasileiro. Apresenta-se como uma tentativa de resposta a algumas das novas condições da realidade no campo e aos desafios e potencialidades da agricultura familiar, nas dinâmicas econômicas territoriais.

A economia solidária concebe os mercados como construções sociais, onde agricultores e consumidores podem interagir mais diretamente. Portanto, as redes de cooperação solidária, podem se constituir como elementos fundamentais, para a construção de novas identidades e novas culturas locais, onde o senso da coletividade, da ética ambiental, do pertencimento e da corresponsabilidade sejam o tom das interações territoriais.

A título de exemplo, a própria SENAES (BRASIL/MTE, 2012) cita a experiência da Justa Trama, como instrumento de organização da economia solidária na cadeia do algodão agroecológico. Tal Rede é composta 600 agricultores e outros trabalhadores cooperados/associados, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. Sua estratégia básica é a articulação em rede, a partir de uma Cooperativa Central e a promoção das práticas do comércio justo e solidário, em um processo que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo.

É neste ponto que emergem as discussões de uma assistência técnica alinhada às concepções e práticas da Ecosol, para entender e dinamizar as economias territoriais fora da lógica tradicional do capitalismo excludente. Passa, sobretudo, pela incorporação de práticas de organização em redes de cooperação solidária, tendo, como um dos principais focos, a inserção da produção da agricultura familiar em mercados. Esta, por sua vez, é feita, prioritariamente, pelo desenvolvimento dos chamados circuitos curtos de comercialização, que possibilitem a relação mais direta entre produtores e consumidores, otimizando os ganhos dentro das cadeias produtivas, em relações éticas entre quem produz e quem compra.

Redes para o fortalecimento de organizações, em especial nas disputas de mercados, não é um fenômeno novo e, muito menos, está circunscrito ao campo da agricultura familiar. Pelo contrário, mundialmente, as redes despontam como estratégia própria de organizações capitalistas urbanas ou da agricultura patronal, frente às novas dinâmicas das economias globalizadas. Isto porque, também estas, requerem, igualmente, novas formas organizativas, capazes de otimizar seus resultados, reunindo características como: maior flexibilidade, ampla ramificação das capacidades instaladas, maior capacidade de articulação de agentes internos e externos, dentre outras.

As pesquisas de Amato Neto (2000), por exemplo, apontam que, em todo o mundo, as redes de cooperação entre empresas têm sido adotadas, enquanto estratégia de ampliação das oportunidades de mercado e do potencial competitivo, em especial para pequenas empresas. O autor define, como alicerces para a construção das redes, o desenvolvimento da cultura da confiança, da competência e das tecnologias de informação.

Na perspectiva de Mance (2000), para organizações historicamente excluídas dos processos de desenvolvimento, como no caso da agricultura familiar, um conceito central a ser incorporado para o avanço de novas formas organizativas, como as redes, é a concepção de colaboração solidária. Esta é definida pelo autor como sendo o estabelecimento de relações diferenciadas, que tem como foco a democratização do bem-viver.

Assim, o autor entende as redes de colaboração solidária como modelo organizativo, imbuído de estratégias próprias das organizações, que estejam empenhadas no enfrentamento à globalização capitalista e às suas repercussões para a vida das populações mais marginalizadas. Para o autor, uma rede é uma conexão de iniciativas isoladas que, uma vez articuladas, potencializam suas atividades e podem vir a se multiplicar.

Ainda pelas referências de Mance (2000), a construção de redes solidárias possibilitaria, para as organizações como as da agricultura familiar, agregar poder, acumulando forças, para uma revolução que ele diz ser além do campo da disputa econômica, sendo também social, política e cultural. Isto porque, para ele, as redes solidárias estabelecem novos paradigmas, que afetariam, pelo menos, cinco áreas fundamentais de organização da vida:

- a) socialização e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos; b) difusão de uma nova ética centrada na colaboração solidária que visa promover as liberdades públicas e privadas; c) difusão de uma nova política; d) difusão generalizada de práticas artísticas mediadas pelas mais diversas linguagens, promovendo a livre expressão; e) utilização dos mais variados mecanismos de comunicação por parte do conjunto da sociedade, possibilitando a cada pessoa exercer um papel ativo no processo de emissão e recepção de mensagens. (MANCE, 2000, p. 39)

Por sua vez, Schmitt (2011) faz alusão às redes locais de produção, como mecanismos de construção de uma lógica diferenciada de mercado, pela aproximação entre produtores e consumidores. Para a autora, os anos 1990 são marcados pela expansão de iniciativas diferenciadas de produção e comercialização, em vários países, cuja ideia central é a revisão dos padrões dominantes nas relações de produção e consumo.

Segundo a autora, os debates em torno do uso de agrotóxicos e de transgênicos, o surgimento das redes de comércio justo, a disseminação das práticas da agricultura orgânica e o fortalecimento da Agroecologia como abordagem sociotécnica, entre outros fatores,

convergir para a revisão das bases da relação produtor/consumidor; e repercutiram na ressignificação dos mercados locais. (SCHMITT, 2011, p. 04)

Os estudos de Schmitt (in IPEA, 2010) fornecem elementos para compreender melhor as motivações e caminhos de relação entre a agroecologia e a economia solidária no fazer da BSC. A autora compreende que se tratam de dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas, frente às emergentes mudanças de paradigmas de desenvolvimento local e global. Mas, lembra que são marcados por trajetórias recentes de articulação nacional, portanto, ainda não foram, suficientemente, construídas suas estratégias de articulação local.

Para a autora, enquanto movimentos que, frequentemente, se organizam em redes ou espaços de articulação e diálogo, entre diferentes movimentos sociais e organizações, há uma estreita relação entre Agroecologia e Economia Solidária. A interface entre elas está no fato se relacionarem com uma problemática que supera o mero debate da “geração de trabalho e renda” ou a “viabilização econômica da agricultura familiar”, colocando em sua agenda temas relacionados aos caminhos para a construção de modos de vida sustentáveis (SCHMITT, 2010).

As experiências vivenciadas pelos empreendimentos de economia solidária e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais. (SCHMITT, in IPEA 2010)

Assim, a autora entende que, por um lado, essas práticas possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes; por outro, buscam garantias de sobrevivência de trabalhadores, no seio de uma economia capitalista. As redes de cooperação solidária constituídas em vários territórios rurais do Brasil, normalmente, são expressão concreta dessa articulação entre esses movimentos e práticas.

Na presente pesquisa, adota-se a concepção definida nas políticas públicas do Governo Federal, no escopo das concepções da extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em que as Redes de Cooperação Solidária são formas de organizações rurais e urbanas, constituídas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como estratégia de fomento às cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, com vistas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável e à superação da pobreza (BRASIL/MTE, 2012).

Esta é também a concepção adotada por organizações da agricultura familiar no Brasil. A Unicafe, por exemplo, em encontro nacional realizado com as suas cooperativas

articuladas em torno do que chama Cooperativismo Solidário, debateu temas relativos à sustentabilidade institucional e comercialização, atrelados à sua estratégia de fomento e fortalecimento de “redes de cooperação solidária em nível territorial, estadual e nacional” (UNICAFES, 2015).

À revelia das diferenças de terminologia, os autores que debatem as, aqui chamadas, redes de cooperação solidária para a agricultura familiar apresentam como características comuns das mesmas: as trocas de informações, saberes e tecnologias; a constituição de relações econômicas diferenciadas da lógica tradicional capitalista; e a articulação política, em nível local/territorial e regional, em torno da incidência nos processos de desenvolvimento sustentável.

Essa perspectiva leva a repensar os desafios e possibilidades da organização de redes de cooperação para a agricultura familiar. Supõe conceber a AF em seu caráter profundamente heterogêneo, marcado por diversidades multidimensionais, desde o campo da identidade dos sujeitos que a compõem (mulheres, juventude, quilombolas, quebradeiras de coco, etc), até os aspectos da dimensão produtiva das redes, no tocante à tipologia, qualidade, escala e tecnologia de produção.

Segundo informações do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), em todo o Brasil, existem mais de 4 (quatro) milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Apesar do grande número de agricultores familiares, o censo aponta que os mesmos ocupavam, naquele ano, uma área de 80,25 milhões de hectares; ou seja, somente 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Para o IBGE (2006), tais resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e a dos não familiares, de 309,18 hectares”. (IBGE, 2006, p. 19)

Essas informações podem inferir na dedução de que a maioria dos empreendimentos coletivos da agricultura familiar (que aqui chamamos de “organizações da agricultura familiar”) tende a ser composta por unidades de pequeno porte e pouco estruturadas, nos mais diversos sentidos (do ponto de vista de gestão, de logística, etc).

Isoladamente essas organizações tendem a ter pouca força de sustentação econômica. Com uma produção dispersa e pouco articulada, a inserção de sua produção em mercados aparece como grande desafio, em função de elementos como escala de produção, constância na oferta dos produtos/serviços, qualidade, aspectos legais, padrão de consumo dos territórios,

etc. Esses indicativos podem sinalizar as motivações para que as organizações da agricultura familiar queiram ou procurem se articular na forma de redes de cooperação.

No entender do próprio governo federal (BRASIL/MTE, 2012), a análise dos processos de organização da ecosol, no Brasil, revela que são muito variadas às motivações dos EES para a formação de redes solidárias. Essas motivações vão desde a articulação de ramos afins dentro de uma mesma cadeia produtiva, com vistas a ganho de escala; passando pela necessidade de intercâmbios de tecnologias; abastecimento mútuo de insumos; otimização de custos, etc. Mas, as necessidades comuns de assistência técnica e de estruturação de logística são, também, reconhecidas como elementos impulsionadores de ação em rede.

Adotando-se essa perspectiva, é possível dizer que políticas de fomento à organização de redes de cooperação solidária tendem a corroborar com a superação da realidade de dispersão e desarticulação da produção na agricultura familiar. O planejamento das cadeias produtivas, bem como dos sistemas produtivos da agricultura familiar, pode sinalizar o conjunto de empreendimentos produtores de insumos, as unidades produtivas que podem atuar no processo de transformação e aperfeiçoamento do produto primário, as estruturas de logística disponíveis ou necessárias para a organização da produção, da comercialização e do consumo. Ou seja, mapear e entender as estruturas de funcionamento das cadeias e sistemas produtivos, pode evidenciar potenciais redes de cooperação estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios rurais.

Para Mance (2002, p.1) a rede de colaboração solidária é uma categoria analítica, fruto da reflexão sobre as práticas de atores sociais contemporâneos, que se inserem no campo da teoria da complexidade e da filosofia da libertação. Para o autor, enquanto categoria estratégica, a Rede de Colaboração é um elemento central do que ele chama de revolução das redes, onde as ações de caráter econômico, político e cultural se articulam, de forma a subverter os padrões e processos hegemônicos, com vistas à construção de uma globalização solidária, em contraposição à globalização capitalista.

Em suma, ao articularem estratégias coletivas de produção, comercialização e consumo, sobretudo pela aproximação produtor/consumidor – ou, em última análise, agricultor/comunidade – as redes de cooperação solidária apresentam o potencial de imprimir novas perspectivas e uma nova cultura à visão de mercados. Estes passam a ser concebidos como socialmente construídos que, assim sendo, podem e devem partilhar concepções inovadoras do território e do meio rural brasileiro, fundadas em elementos de identidade,

reciprocidade, pertencimento e corresponsabilidade na construção de processos diferenciados de desenvolvimento, em patamares de sustentabilidade.

Explorar essa potencialidade, ao mesmo tempo econômica e social, das redes de cooperação solidária não é apenas possibilitar avanços econômicos para a agricultura familiar. É também caminho para a consolidação de novas práticas nos territórios, adequadamente alinhadas aos avanços alcançados nos últimos anos, sobre a concepção das políticas públicas de desenvolvimento para o Brasil rural.

Raud-Mattei (2005) apresenta reflexões importantes para a compreensão do fenômeno da construção social de mercados a partir do resgate de concepções fundamentais de Durkheim e Weber a respeito do mercado; porém, sem pretender resolver os dilemas e contradições ainda presentes entre a velha e a nova sociologia econômica.

A autora lembra que os estudos sociológicos do mercado enquanto construção social, iniciados por Durkheim e Weber, contribuíram, diretamente, para a emergência da nova sociologia econômica na década de 1970, uma vez que ambos “refletiram sobre o papel das instituições na orientação do comportamento do ator econômico e, portanto, na regulação do mercado, com conclusões, frequentemente, semelhantes.” (RAUD-MATTEI, 2005, p. 128)

Em seus argumentos, Raud-Mattei aponta a classificação feita por Weber, em contraposição a Durkheim, que sinaliza a existência de diversos tipos possíveis de regulação do mercado. Segundo a autora, Weber explicita quatro tipos de causa para a regulação de mercado: tradicional, convencional, jurídica ou voluntária.

A partir dessa tipologia, é possível abordar os temas da tradição, das regras morais e das regras jurídicas, indo até à análise do papel do Estado, para além da esfera do Direito, extrapolando a regulação direta da economia e avançando na difusão de valores sociais fundamentais. A importante contribuição da autora é, portanto, a definição sociológica do mercado, que implica a análise da dimensão socializadora do mesmo.

Em convergência com esta abordagem, Sabourin (2009) examina a dimensão mercantil da atividade econômica da agricultura familiar de natureza camponesa, onde se situam as imposições de mercado e a necessidade crescente de recursos monetários. Isto leva o camponês a participar mais ativamente da comercialização, nas diversas categorias de cadeias produtivas nas quais pode se inserir: local, territorial, regional, nacional e internacional; pública e privadas, curtas ou longas.

Entretanto, o autor trabalha a partir da interação e tensão dialética entre duas lógicas econômicas e de distribuição dos produtos: a troca mercantil capitalista, de um lado e, do outro, a lógica da reciprocidade e da redistribuição pública, que correspondem às práticas

contempladas pela economia solidária. Essa segunda lógica deve ser entendida para além da remuneração de um capital, integrando a construção do patrimônio para a sobrevivência das famílias e da própria comunidade camponesa.

Sabourin (2009) analisa, ainda, elementos complementares regulados pela lógica de solidariedade e reciprocidade, tais como: o autoconsumo, as dádivas e redistribuições intra e interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais, formas de cooperação e ajuda mútua. O autor considera que a venda direta, ou em circuitos curtos, socialmente controlados pelos produtores, permite associar a lógica da reciprocidade para compensar ou reduzir os efeitos da competição, próprios da troca mercantil capitalista.

Assim, Sabourin (2009) elabora como princípio explicativo da reprodução camponesa, no Brasil, a articulação dialética entre as lógicas da troca mercantil e as práticas de reciprocidade. A teoria da reciprocidade permite analisar as práticas de solidariedade prevalentes nas famílias e comunidades; sobretudo na construção da vida social, onde a produção e a partilha de bens sinalizam a construção de uma identidade coletiva, na qual predominam sentimentos de pertencimento, que geram valores afetivos e éticos compartilhados.

O nosso estudo tenta qualificar e analisar novas formas de organização que profissionalizam essas relações e papéis, como, por exemplo, as cooperativas e associações, que vão formar o que o autor chama de “redes sociopolíticas e sociotécnicas”, que contribuem para a atualização da dinâmica de manutenção ou até de expansão da regulação social e econômica pela lógica da reciprocidade.

Neste aspecto, Sabourin (2009) agrega reflexões sobre as interações entre as organizações e movimentos sociais do campo com o Estado, influenciando as políticas públicas, de forma a internalizar as práticas presentes na atividade mercantil da agricultura camponesa. O autor entende que isso é o que explica, por exemplo, a introdução de concepções alternativas do desenvolvimento rural, comunitário, sustentável, territorial na agenda pública.

No âmbito das economias territoriais, essas interações entre movimentos sociais e Estado são responsáveis por tensões em torno das necessidades de ruptura da perspectiva essencialmente capitalista, para que a ação do Estado fomente dinâmicas econômicas dos territórios pautadas em novos entendimentos sobre a reciprocidade, como uma prática capaz de construir formas mais incluídas de produção.

Segundo Sabourin (2011), a teoria da reciprocidade baseia-se em quatro elementos teóricos fundamentais: o primeiro, é o entendimento do conceito do ponto de vista sócio-

antropológico, onde o princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva / contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. E, portanto, do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, para além de uma categoria econômica diferente da troca mercantil, um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca (Sabourin, 2009, p. 30).

O segundo elemento teórico apresentado pelo autor é que a reciprocidade pode assumir três principais formas: a forma positiva (a reciprocidade das dádivas), a forma negativa (a reciprocidade de vingança) e a reciprocidade simétrica, na qual as relações são mais equilibradas e podem gerar valores afetivos e éticos.

O terceiro elemento teórico seria o entendimento de que as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico do termo. Por exemplo, a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica geraria, para o autor, um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo geraria o valor de equidade ou de justiça. De igual forma, relações simétricas estabelecidas em outros tipos de estruturas poderiam gerar outros tipos de valores.

E, finalmente, o quarto elemento teórico da teoria da reciprocidade corresponde aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos, para o quais Sabourin (2011, p. 31) destaca três níveis específicos, sendo eles o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Ainda segundo Sabourin (2013)

Podemos opor a dádiva e a reciprocidade à troca, já que são dois princípios econômicos diferenciados ou até mesmo contraditórios. Em contrapartida, é um contrassenso opor dádiva e reciprocidade “ao mercado”, e menos ainda “aos mercados” no plural, ou então, convém precisar que se trata do mercado capitalista ou dos mercados de troca livre. (SABOURIN, 2013, p. 6)

A economia solidária recorre também à obra de Polanyi (1957), que define a reciprocidade como um modo de integração social e de relação econômica interpessoal, um movimento de retribuição de dádivas, sem que isso seja um ato de constrangimento ou obrigação; um fenômeno de força social, elemento para constituição das relações humanas e do humano com o mundo; o princípio pelo qual a produção é dada aos outros num sentido de solidariedade, onde a obrigação moral de apoio mútuo e os interesses da comunidade sejam mais determinantes que os interesses pessoais.

Essas e outras concepções vão corroborar com o entendimento do surgimento, concepções e práticas das Bases de Serviço de Comercialização e dos resultados destas, na construção de saberes coletivos para as organizações da agricultura familiar e para as

instituições prestadores de serviços de ATER, como ponto de partida para problematizar a política de ATER, na sua interface com os processos de promoção do desenvolvimento de territórios rurais sustentáveis.

2.4 Metodologia

a) Marco metodológico:

A abordagem qualitativa de caráter descritivo e analítico foi a perspectiva fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. A abordagem metodológica mobilizou a combinação de três perspectivas teóricas: 1) a análise da ação coletiva (Olson, 1986 ; Ostrom, 1990 e 1998) e participação social dos agricultores (Ávila et al, 2013); 2) o enfoque da economia solidária e das possíveis inovações institucionais, decorrentes de sua introdução como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, na dinâmica econômica territorial (Singer; 2010, 2005 e Sabourin; 2009, 2011); 3) a renovação da ATER na perspectiva de Dias (2007) e Pettan (2010);

Essas três perspectivas de análise orientaram o levantamento e cruzamento dos diferentes olhares de sujeitos envolvidos com a política, desde representantes da gestão da SDT, passando por consultores que atuavam como articuladores regionais/estaduais de dinamização econômica, os técnicos e gestores de BSC, até representantes das organizações de agricultores familiares atendidos com a ação das Bases.

A metodologia aqui adotada teve como base a Teoria Fundamentada de Strauss e Corbin (2008), com a construção de um esquema analítico, ou uma matriz de análise, para estabelecimento da relação teoria/prática/teoria, a partir do levantamento e análise de dados secundários; coleta e análise de dados primários (entrevista com sujeitos sociais estratégicos); levantamento bibliográfico e correlação de conteúdos.

Tal matriz de análise foi estruturada na observância entre os objetivos do estudo, as categorias fundamentais que embasam a perspectiva teórica posta, e os elementos da realidade da atuação das BSC nos territórios, extraídos na pesquisa de campo, conforme quadro que segue (Quadro 1).

Quadro 1 – Matriz Analítica adotada no estudo

OBJETIVO 1: Identificar e caracterizar as formas de ação coletiva que tem favorecido as dinâmicas de organização, de coordenação e de aprendizagem na experiência das BSC			
PERSPECTIVA TEÓRICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	VARIAVEIS	COLETA DADOS
A análise da ação coletiva e da participação dos agricultores (OLSON; 1986 e OSTROM; 1990, 2008; FAVARETO, 2010, AVILA et al, 2013)	<p>Para responder a situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada mediante instituições definidas como um conjunto de regras e normas colocadas em prática. (Ostrom, 1990)</p> <p>Participação nas políticas públicas (Favareto, 2010; Sabourin, 2009 e 2011)</p> <p>Componente da confiança, em si e no outro/grupo; Relações de poder: capacidade de nas relações territoriais e com as políticas públicas.</p> <p>Hess e Ostrom (2007) conhecimento e saberes locais como bens comuns ou compartilhados.</p>	<p>Formas de organização</p> <p>Origem, trajetória</p> <p>Funcionamento</p> <p>Modos de coordenação da ação coletiva, no âmbito das organizações da agricultura familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagem - Delegação de responsabilidades - Estabelecimento de normas <p>Formas de participação</p> <p>Conhecimento da política pública</p>	<p>Análise documental, grupo focal e entrevistas semiestruturadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entidades Prestadoras de Serviço (EMATER) • Entidade atuante como BSC • organizações da agricultura familiar • entidades representativas da agricultura familiar (FBES UNICAFES) • Colegiados Territoriais • Gestores MDA/SDT
OBJETIVO 2: Caracterizar as práticas de economia solidária apoiadas pelas BSC, enquanto instrumento de assistência técnica, para a inserção das organizações da agricultura familiar em mercados territoriais diversificados			
PERSPECTIVA TEÓRICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	VARIAVEIS	COLETA DADOS
Enfoque da economia solidária na dinâmica econômica territorial (SINGER; 2010, 2005 e SABOURIN; 2009, 2011)	<p>Processos de construção de novos valores e solidariedade econômica pelo cooperativismo (Singer, 2002)</p> <p>Democratização do poder e autogestão (Singer, 2002); Cooperativismo rural e da agricultura (Singer, 2005)</p> <p>Reciprocidade e mercados da agricultura familiar e camponesa (Sabourin, 2009): Dispositivos coletivos e reciprocidade (Sabourin, 2010)</p>	<p>Práticas de economia solidária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajuda mutua - Construção social de mercados - Redes de cooperação, mercados proximidade circuitos curtos ou socialmente controlados 	<p>Grupo focal e entrevistas semiestruturadas com atores sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades ATER - Entidade atuante como BSC - Organizações da agricultura familiar - Colegiados Territoriais

OBJETIVO 3: Identificar e qualificar as inovações promovidas, em termos de métodos e instrumentos de ATER, entre os principais atores do território rural pelo processo de constituição das BSC.			
PERSPECTIVA TEÓRICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	VARIAVEIS	COLETA DADO
Renovação da ATER na perspectiva de DIAS (2007), CAPORAL (2006) e PETTAN (2010);	Políticas Públicas. Construção de agenda Desenvolvimento territorial Coordenação na ação dos gestores públicos	Inovações na ATER - ATER para acesso a mercados - ATER territorializada e para des. sustentável - ATER para agroecologia - Métodos de formação e pedagogia - Relações de proximidade e confiança técnicos extensão e agricultores	Análise documentos PNATER, PRONAT e BSC Grupo focal e entrevistas semiestruturadas: <ul style="list-style-type: none"> • Entidades ATER • Entidade atuante como BSC • Organizações da agricultura familiar • Organizações das cooperativas AF • Colegiados Territoriais

Fonte: Bibliografia e formatação própria da autora.

Assim, a metodologia de estudo compreendeu as seguintes etapas:

- 1) Estudo bibliográfico, com levantamento de bibliografia teórica de referência, levantamento documental, sistematização e análise das referências;
- 2) Preparação do estudo de campo, com definição da amostra para entrevista, mobilização dos atores estratégicos e organização dos instrumentos de coleta;
- 3) Estudo de caso a campo, com a realização das entrevistas semiestruturadas e sistematização dos dados coletados;
- 4) Análise dos resultados do estudo, com análise preliminar dos dados sistematizados e a interpretação dos resultados da pesquisa de campo, à luz do estudo bibliográfico;
- 5) Conclusão da pesquisa, com elaboração da dissertação e apresentação dos resultados.

b) Contexto do estudo de caso

O estudo tem como foco a análise qualitativa das experiências das Bases de Serviço de Comercialização (BSC), implementadas no escopo da política da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos anos 2007 a 2011, com recorte nos territórios rurais da Paraíba, Região Nordeste do Brasil, por ter sido esta a região que concentrou o maior número de BSC.

Mais especificamente, o estudo estabeleceu como recorte o Território da Borborema, onde a *Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar (Arribaçã)* atuava como Base de Serviço de Comercialização, fomentada pela política da SDT.

Tal escolha deu-se por duas motivações básicas: a primeira foi o fato de que, provavelmente, por sua forte trajetória de organização dos agricultores, as informações preliminares que se teve acesso apontavam ter sido este o território em que a política de fomento à BSC mais ganhou ressonância no ambiente do Colegiado Territorial, responsável pela gestão social dos territórios. Ou seja, a BSC teriam ocupado importante espaço de debate na agenda do colegiado, repercutindo na destinação de orçamento próprio dos territórios para apoio às mesmas.

A segunda motivação foi em função de aspectos logísticos. Uma vez que o presente estudo não tem uma fonte de financiamento específica, pelo conhecimento da implementação da política no contexto local e pela maior facilidade de localizar os atores estratégicos no período em estudo, o Território da Borborema, na Paraíba, apresentaria maior facilidade de acesso às informações, bem como a mobilização de atores para a coleta de dados empíricos.

O Território da Borborema está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano, abrangendo uma área de 3.341,7 Km², ocupando cerca de 23,1% do estado; limitando-se, ao Norte, com o estado do Rio Grande do Norte e, ao Sul, com o estado de Pernambuco, tendo como principal centro urbano o município de Campina Grande.

O território é constituído por 21 municípios, sendo eles: Alagoa Nova, Algodão de Jandaira, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea. A mesorregião do Agreste Paraibano organiza-se em subagrupamentos municipais que definem a existência de 05 microrregiões.

Quadro 2 – Composição das microrregiões do Agreste Paraibano

Microrregião	Municípios integrantes
Brejo Paraibano	Alagoa Nova, Areia, Borborema, Matinhas, Pilões, Serraria
Campina Grande	Campina Grande, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas, Serra Redonda
Curimataú Ocidental	Algodão de Jandaíra, Arara, Remígio
Curimataú Oriental	Casserengue, Solânea
Esperança	Areial, Esperança, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça

Fonte: Dados da pesquisa e formatação própria da autora.

Mapa 1: Territórios Rurais do estado da Paraíba

Fonte: Sistema de Informações Territoriais do MDA

Segundo diagnóstico contido no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) da Borborema (SDT/MDA, 2010) as condições socioeconômicas, educacionais, culturais, ambientais e político-institucionais, enfrentadas pela população do Território da Borborema, não se difere das condições presentes em grande parte do Brasil rural, com uma faixa de pobreza extremamente marcante e uma oferta limitada de serviços essenciais para a melhoria das condições de vida local.

Entretanto, merece destaque o grande potencial ecológico do Território que, não por acaso, hoje é conhecido como o “Território Agroecológico”, onde a agricultura familiar e camponesa se apresenta com uma produção essencialmente voltada para o plantio de feijão, milho, mandioca, onde se incluem produtos da fruticultura, banana, manga e caju; além da

pecuária de leite e corte em praticamente todos os municípios do território; bem como a produção de galinha, com foco no atendimento do mercado local.

Ainda segundo os dados do PTDRS (SDT/MDA, 2010), a atividade de assistência técnica e extensão rural nos municípios que compõem o Território da Borborema é prestada às famílias de agricultores familiares, através da EMATER, dentro do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ao todo, existem escritórios locais nos 21 municípios existentes no Território Borborema. Soma-se a isto, o apoio institucional ofertado via Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES.

A formação sociopolítica e institucional do Território da Borborema é fortemente marcada por um histórico de organização em rede dos/as atores sociais, ligados com o fortalecimento da agricultura familiar. Sobretudo, pela constituição do Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, ainda no início da década de 1990.

A luta pela organização política e econômica da agricultura familiar e camponesa, bem como pela efetivação do direito à previdência rural, pela preservação ambiental e combate ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos na região, dentre outras lutas, foram bandeiras que consolidaram o Pólo Sindical como importante ente aglutinador das forças presentes no seio das organizações da sociedade civil.

Essa capacidade de articulação em rede das organizações representativas do campo e de definição de prioridades mobilizadoras de diferentes sujeitos contribuiu para que, ainda em 2003, a região fosse reconhecida como Território Rural de Identidade, segundo as premissas da SDT/MDA. A rápida adesão à política de promoção de territórios rurais sustentáveis contribuiu para que, de todos os territórios do Nordeste, o da Borborema estivesse entre aqueles que mais rapidamente apresentava resultados nas ações de política fomentadas pelo governo federal, entre elas, a ação de Bases de Serviço de Comercialização.

Já no ano de 2008, o Território da Borborema passa a compor o Programa Territórios da Cidadania. Segundo informações da SDT, entre os anos 2003 a 2007 (ainda no primeiro ciclo da política de desenvolvimento territorial do MDA), o Território da Borborema recebeu apoio financeiro, que somou um montante de R\$ 1.628.227, em projetos ligados ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Articulando-se, sobretudo, via Pólo Sindical, o território conta também com a presença de importantes organizações não governamentais e movimentos sociais, tais como: a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativos (ASPTA), a Articulação pela Vida no Semi-árido (ASA-BR e ASA-PB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Rede de Educação do Campo do Território da Borborema, a Rede de Educação

do Semiárido Brasileiro (RESAB), além das universidades, escolas agrícolas e outras institucionalidades, que compõe um forte e dinâmico tecido social no território.

Todo esse histórico, contribuiu para a escolha do Território da Borborema como estudo de caso da presente pesquisa. Porém, considerando-se a ampla extensão geográfica do Território, a ausência de financiamento para o presente estudo, bem como o limitado tempo para desenvolvimento da pesquisa, tornava-se inviável realizar o estudo abrangendo toda a área de atuação da BSC no Território.

Desta forma, levando em conta que a pesquisadora contava com relações que podiam favorecer o deslocamento e o acesso a informações, foram priorizados os municípios de Areia, Lagoa Seca e Remígio, para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Assim, o estudo analisou a atuação da Base de Serviço em três Microrregiões de realidades distintas (Brejo Paraibano, Campina Grande e Curimataú Ocidental, respectivamente).

Em cada um destes municípios, foram entrevistados membros de organizações de agricultores que haviam sido assessorados pela BSC. Inicialmente, pretendeu-se entrevistar 3 (três) organizações em cada município. Entretanto, não foi possível localizar todas elas. Por outra parte, o grande número de membros da maioria das organizações (algumas reunindo mais de cem integrantes) inviabilizou a proposta inicial de entrevistas individuais, reorientando a ação para um diálogo com grupos focais. Assim, foram pesquisados nove grupos, sendo, em cada um, na forma de uma entrevista coletiva (grupo focal) e uma entrevista individual aplicada junto aos seus respectivos presidentes.

A definição destes grupos deu-se a partir do diálogo com um grupo focal, formado pelos assessores técnicos da BSC, no período em estudo, e integrantes locais da política de desenvolvimento de territórios rurais; tendo em vista que a pesquisadora teria grande dificuldade em localizar as organizações ainda existentes e de mobilizar os agricultores e agricultoras para a entrevista.

Foram levantadas as seguintes organizações da agricultura familiar para a entrevista, nos municípios selecionados:

Tabela 1 – Distribuição das organizações de agricultores pesquisados por município

Microrregião	Município	Empreendimento	Nº de membros envolvidos	Nº de pessoas entrevistados
Brejo Paraibano	Areia	Associação para o Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim (Adesco)	200 famílias em 07 empreendimentos articulados	02 entrevistados
		Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim (Quilombolas)	28 famílias	02 entrevistado
Campina Grande	Lagoa Seca	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema (Ecoborborema)	260 sócios	02 entrevistados
Curimataú Ocidental	Remígio	Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (Acodeca)	70 sócios	09 entrevistados
		Associação Comunitária de Camará (Acomca)	43 sócios	02 entrevistados
		Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Queimadas (Assentamento Queimadas)	100 famílias	12 entrevistados
	Esperança/ fronteira com Remígio	Associação para Polpa de Frutas em Camará (souberam da entrevista e insistiram em participar)	16 mulheres	01 entrevistada
Total				30 entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa e formatação da própria.

Portanto, alcançou-se entrevistar membros e responsáveis de 7 (sete) organizações de agricultores, envolvendo um total de 30 (trinta) agricultores familiares ouvidos, por intermédio do método de grupo focal ou entrevista coletiva.

Além de representantes das organizações de agricultores, foram entrevistados os seguintes atores estratégicos: dois gestores nacionais da política de BSC (Secretário e Diretor da SDT); membros do Grupo de Trabalho nacional, constituído pela SDT como espaço de interlocução na constituição das BSC; representantes do MDA/SDT no estado da Paraíba (delegado estadual, articulador estadual e articuladora regional de dinamização econômica); os assessores técnicos atuantes na BSC no período estudado; o dirigente da Arribaça; e representantes do Colegiado Territorial (representante da EMATER e da Câmara Temática de Comercialização).

Tabela 2 – Lista de atores estratégicos entrevistados

Tipos de Atores	Instituições	Área de atuação	Critério
Assessores Técnicos da BSC	Arribaça	Território Borborema	Equipe técnica que atuou na BSC no período
Representante institucional BSC Arribaça	Arribaça	Paraíba	Presidente da Arribaça, entidade que atuou como BSC no Território da Borborema
Colegiado Territorial (Codeter)	Núcleo Dirigente	Território Borborema	Dirigente mais atuante, conforme indicação dos gestores locais, à época
	Câmara Técnica de Comercialização	Território Borborema	Representante mais atuante, conforme indicação do dirigente do CODETER
Gestores locais	Articulador Dinamização Econômica no estado	Paraíba	Ocupante do cargo à época
	Delegado do MDA	Paraíba	Ocupante do cargo à época
Entidades Parceiras locais	EMATER	Paraíba	Dirigente Institucional à época
	Pólo Borborema	Território Borborema	Interlocutor pelo Polo Sindical no Codeter na época
Gestores Nacionais	Secretário Nacional SDT/MDA	Brasil	Ocupantes do cargo à época
	Diretor de Fomento	Brasil	
	Articuladora Regional de Dinamização Econômica	Região Nordeste	
Grupo de Trabalho nacional de interlocução na constituição das BSC	Unicafes Nacional	Brasil	Assessores/ consultores técnicos representantes nacionais no Grupo de Trabalho de concepção da política de fomento à BSC
	Fórum Brasileiro de Economia Solidária	Brasil	
	SAF	Brasil	

Fonte: Dados da pesquisa e formatação da própria.

3. BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE ATER PARA TERRITÓRIOS RURAIS

3.1 Concepções e processos de constituição nas políticas do governo federal

A necessidade de uma política de promoção de uma assistência técnica específica às organizações da agricultura familiar, com foco no ganho de mercados, segundo coleta de depoimentos preliminares dos gestores entrevistados, foi elemento fundamental para a constituição das Bases de Serviço de Comercialização (BSC) nos territórios rurais, sobretudo, do Nordeste, entre os anos 2006 a 2011.

Segundo informações coletadas junto aos gestores nacionais da política na SDT, as entidades representativas da economia solidária e agricultura familiar reivindicavam a necessidade de uma assistência técnica mais próxima da abordagem territorial. Porém, em um primeiro momento, a SDT/MDA aportou recursos para as já existentes ARCO – Agências Regionais de Comercialização, com um formato que pressupunha uma Agência Nacional (Arco Nacional), a qual recebia recursos e repassava às estruturas regionais. Entretanto, este formato não dialogava com o recorte territorial da política de desenvolvimento rural.

As Arcos eram instrumentos já existentes no Governo Fernando Henrique. A ideia inicial de apoiá-las era não reproduzir práticas de descontinuidades de políticas, em mudanças de governo, por marca de gestão. As Arcos vinham dando algum resultado. Mas as críticas ao desenho, pelas organizações representativas da agricultura familiar e um problema operacional de prestação de conta, que provocou paralisação das ações, nos impulsionou a buscar um modelo mais próximo da abordagem territorial, a partir de entidades de proximidade de cada território. Foi quando conhecemos o modelo de BSC do cooperativismo de crédito da Cresol-Baser, no Sul do país (Vital Carvalho Filho, dirigente na SDT/MDA, no período de 2003 a 2011)

Segundo os gestores entrevistados, com a inviabilidade de adotar as ARCOS como estruturas de ATER para comercialização, no âmbito da agricultura familiar dos territórios, definiu-se pela constituição das BSC, na ação da SDT, a partir da adaptação de tecnologia social de Bases de Serviço, desenvolvida pelo Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário (CRESOL), no estado do Paraná.

No início dos anos 2000, o Sistema Cresol teria organizado sua estratégia de apoio técnico-gerencial e jurídico ao conjunto de suas cooperativas filiadas, na forma de Bases de Serviço (Cresol-Baser), constituídas por coletivos de assessores técnicos, que atuavam em territórios, junto a um conjunto de cooperativas locais, fortalecendo a relação em rede entre as mesmas.

Conhecendo a experiência da Cresol-Baser no Paraná, a SDT abriu um ciclo de diálogos com diversos atores sociais, representativos da agricultura familiar e dos territórios, com vistas à incorporação desta metodologia para a realidade da comercialização, no contexto da agricultura familiar e camponesa.

Todavia, a definição de adotar a metodologia de BSC, extraída das práticas do cooperativismo de crédito do Sul do país, não foi suficiente para resolver as pressões das organizações do campo sobre a SDT/MDA. A Unicafes – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar, que tinha sido criada dentro do Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário – Base de Serviço (Cresol-Baser), pressionou quanto à incorporação de uma tecnologia social desenvolvida pelo cooperativismo solidário nas políticas públicas. O argumento era que, historicamente, o Estado se apropria das construções dos movimentos sociais e, normalmente, a descontinuidade das ações das políticas públicas promove desgaste das tecnologias sociais apropriadas, dificultando a continuidade de seu uso pelas organizações sociais.

Num primeiro momento, não estivemos de acordo. Embora conhecêssemos as intenções de Humberto e Vital, como dirigentes da SDT, não tínhamos convicções de como as BSC funcionariam no campo da Comercialização, muito menos nos mecanismos burocráticos da ação do Estado. Temíamos que houvesse um desgaste da tecnologia social criada por nós, por equívocos de desenho ou por interrupção de recursos. Enfim, só depois de muito diálogo chegamos a um consenso de apoiar e fazer parte da experimentação de BSC no campo da ação da SDT para fomento a comercialização. (Christiane Almeida – assessora institucional da Unicafes, representante da mesma nos espaços de diálogo com SDT sobre o tema, entre 2006 e 2011)

Pelos depoimentos dos gestores da SDT/MDA, a concordância da Unicafes com a introdução da lógica de BSC na política de desenvolvimento territorial era fundamental. Isto porque uma das premissas básicas traduzidas em grandes áreas de resultado do PRONAT era exatamente a gestão social, que pressupunha a participação da diversidade de sujeitos presentes no território, onde a Unicafes, como organização representativa do cooperativismo da agricultura familiar, poderia exercer importante papel.

Por outro lado, segundo Vital Filho, dirigente da SDT/MDA, no período em estudo, também para dentro do governo a relação era permeada por impasses políticos, que exigiam cuidado no trato dos mesmos. De um lado, a SAF, como estrutura do MDA responsável pela política de ATER, precisava ser convencida que as BSC não estariam nos territórios em conflito com as áreas atendidas pelas EMATER. Do outro, o Departamento de Fomento a Economia Solidária da SENAES apresentou desconforto, pelo fato das BSC entrarem no meio rural, com financiamento federal, para trabalhar comercialização na perspectiva da economia solidária, sendo este um tema liderado pela SENAES, no governo.

Para a resolução desses impasses foi fundamental a constituição de um grupo de diálogo nacional, composto tanto por representantes de outros setores do governo, a exemplo da SENAES e SAF; como por representações das organizações da sociedade civil, dentre elas, a Unicafes, o FBES e a FACES – Plataforma Nacional de Articulação do Comércio Justo e Solidário no Brasil. Estas duas últimas, contribuíram para que, tanto a Unicafes, quanto os setores do governo, entrassem em consenso, no reconhecimento e apoio a implantação das BSC nos territórios.

Como estratégia de redução de possíveis conflitos, no nível territorial, a SDT definiu o Codeter de cada território, enquanto espaço onde deveriam ser feitos os acordos em torno das BSC, em cada localidade, considerando que, na composição do Codeter, estavam presentes tanto as organizações de agricultores, quanto gestores públicos e entidades territoriais, parceiras em potencial no tema da dinamização econômica dos territórios.

Assim, segundo documentos de referência da SDT e informações prestadas por seus gestores, o Codeter teria o papel não só de fazer as definições iniciais sobre o processo de implantação da BSC, mas de fazer a gestão estratégica da mesma, acompanhando e avaliando seus resultados no ambiente de Câmara Temática de Comercialização (ou estruturas similares), constituída no âmbito de CODETER.

Tanto os documentos oficiais (relatórios técnicos e documentos de orientação), como os depoimentos dos gestores nacionais, nas entrevistas, apontam os seguintes fluxos de instituições e papéis:

- a) A equipe nacional/regional/estadual de dinamização econômica da SDT, contaria com consultores, contratados para orientar a ação das BSC. Estes acompanhariam a constituição dos pactos necessários, atuando nas mediações necessárias e no monitoramento / acompanhamento e articulação da ação das BSC. Além disso, nacionalmente havia uma equipe de acompanhamento e fiscalização de convênios, para orientar, prevenir ou se posicionar sobre eventuais desvios de ação.
- b) A delegacia estadual do MDA, atuaria, na figura do Delegado, como instância de coordenação dos processos de priorização de projetos territoriais e no apoio à destinações de recursos e de arranjos locais para funcionamento da política.
- c) O Colegiado Territorial, como instância máxima de gestão e controle social das BSC, incluindo a participação de entidades representativas da agricultura familiar. Estas, por sua vez, do lugar de beneficiários da ação das Bases, teriam no Colegiado a oportunidade de evidenciar eventuais desvios, insuficiências ou equívocos na ação das BSC.

- d) A entidade contratada (no caso, a Arribaça), que assumiria a composição da equipe de agentes que atuariam como assessores técnicos da BSC junto aos empreendimentos. Para a SDT, a entidade contratada como BSC, teria evidentemente o papel de qualificar a ação dos técnicos, para que sua ação estivesse alinhada com os princípios das estratégias de dinamização econômica dos territórios, que tinham na Economia Solidária sua referência fundamental.

Superado o primeiro impasse com a Unicafes, dada a convergência e os consensos mobilizadores em torno da urgência em desenvolver uma estratégia organizativa de ATER para comercialização, os atores nacionais entrevistados indicam que não surgiram outros grandes conflitos na construção dos caminhos de adaptação das bases de serviço do sistema de cooperativismo para as Bases de Serviço de Comercialização.

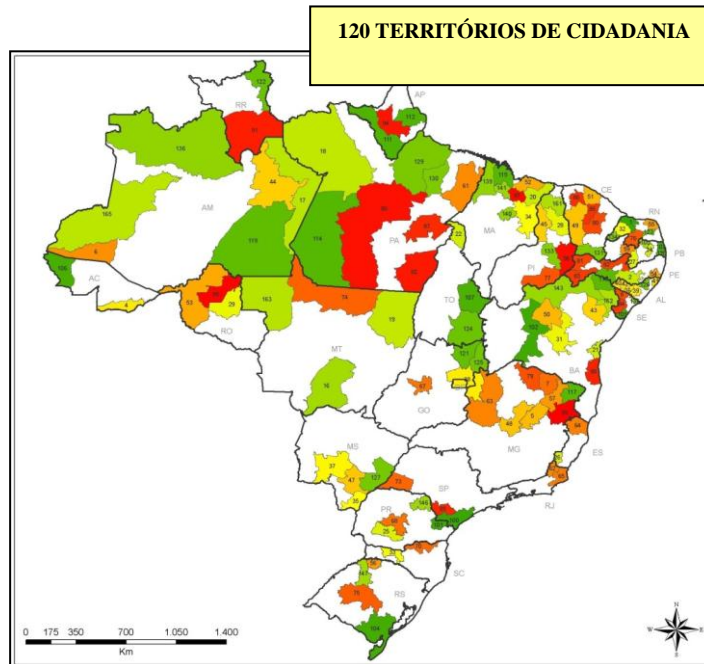
Isso é o que Grisa (2010) qualifica na abordagem cognitiva das políticas públicas de “referencial central”, ou seja, corresponde ao conjunto de ideias e representações específicas dominantes, capazes de enquadrar os debates, gerar estabilidades nas trocas e favorecer o reconhecimento entre os atores.

Segundo Silva (2007), o foco da ação das BSC oportunizou a constituição de dois grupos distintos de base: a) BSC Territoriais, cuja ação estaria circunscrita a prestar serviços de ATER em comercialização para organizações da agricultura familiar em determinado território; e b) BSC Estaduais, atuando diretamente no apoio ao conjunto de bases de serviço de um estado, possibilitando assistência técnica e acompanhamento às BSC Territoriais, para qualificação de suas ações, potencializando a articulação em Redes de Bases de Serviço.

De acordo com o Coordenador Geral de Negócios e Comércio da SDT, entre os anos 2007 e 2011, a Secretaria chegou a contabilizar mais de 90 (noventa) BSC territoriais, distribuídas entre os 120 (cento e vinte) territórios rurais, inclusos no Programa Territórios de Cidadania. Estas contavam com apoio tanto no custeio, para composição de suas equipes técnicas, como na aquisição de infraestrutura mínima para seu deslocamento e atuação dentro dos territórios. O financiamento dava-se a partir de recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e da Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

No Mapa 2, é possível verificar o mapa dos Territórios da Cidadania no Brasil, até o ano 2011, oportunizando reconhecer as espacialidades prioritárias da ação das Bases de Serviço de Comercialização, em todo o país.

Mapa 2: Distribuição dos 120 Territórios da Cidadania no Brasil



Fonte: SDT/MDA – 2011

Dois instrumentos principais da política de desenvolvimento territorial da SDT foram mobilizados nas estratégias de constituição das BSC nos territórios: o PRONAT e o próprio PROINF, oportunizando a descentralização de recursos; sobretudo, de custeio e algum recurso de infraestrutura, para a circulação dos assessores técnicos, nos territórios. Um percentual desse recurso vinha do orçamento que estava diretamente sob a gestão da Coordenação Geral de Negócios e Comércios da SDT; outro percentual era definido a partir dos projetos aprovados nos territórios rurais, pelos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento (Codeter).

Ou seja, a direção nacional da SDT e o Codeter partilhavam responsabilidades sobre o financiamento das BSC. Mas, no geral, poucos recursos eram destinados às BSC, que contavam com um orçamento médio anual em torno de 75 (setenta e cinco) mil reais por BSC; o que era suficiente apenas para a contratação do número ínfimo de dois técnicos por Base, para atuar em territórios de reconhecida extensão geográfica, em especial, no Norte e Nordeste brasileiros.

Um traço importante da política de fomento as BSC é a incorporação do princípio da Gestão Social, tão preconizado nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável da SDT. Sobre o tema da gestão social, as análises de Avila et al. (2013) lembram que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) estruturou um sistema participativo. Essas arenas são lugares de aprendizagem do discurso, expressão de necessidades, formalização de projetos, mobilização de recursos em benefício de categorias.

Segundo Silva (2007), os Colegiados Territoriais tinham grande importância no funcionamento da política de BSC, exercendo o papel de gestão e controle social; acompanhando e avaliando a atuação da BSC no território. Por outro lado, as reuniões dos Colegiados Territoriais, teoricamente, funcionariam também como espaço onde as BSC problematizavam as questões em torno da comercialização no território. Eram também espaço onde as BSC forneciam subsídios aos Colegiados Territoriais quanto às estratégias e constituição dos arranjos institucionais e à definição de projetos estratégicos, para o avanço da dinamização econômica dos territórios rurais. Ou seja, as BSC partilhavam de certo poder de influência junto ao Codeter, nas definições das ações para o fortalecimento da agricultura familiar no território.

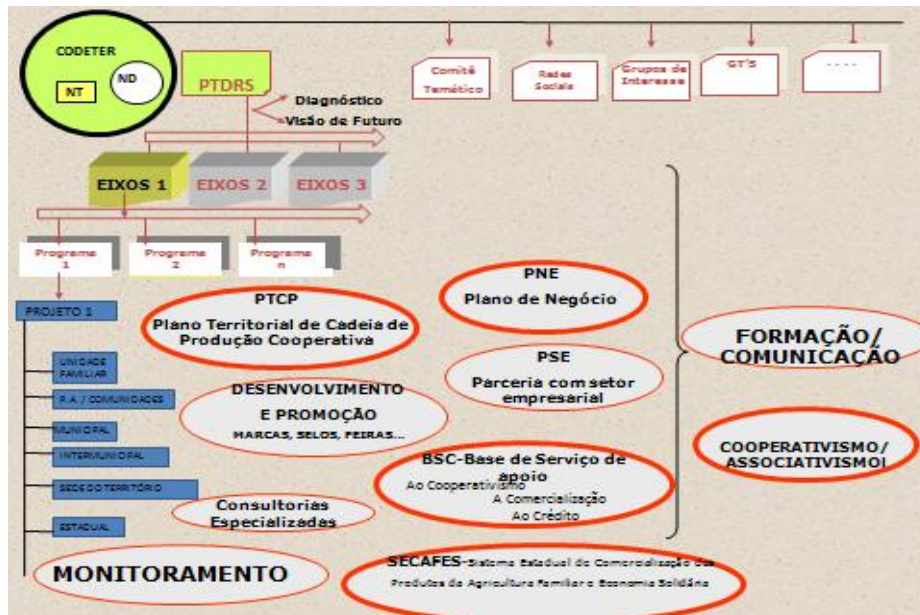
Ainda segundo Silva (2007), a estruturação das BSC tendia a ser uma ação estruturante e estratégica dos territórios. Segundo a autora, com o avanço da política, os Colegiados Territoriais foram percebendo a importância de disponibilizar uma assistência técnica adequada e permanente, para que as organizações da agricultura familiar ganhassem força e influência na dinâmica econômica dos territórios.

Nos documentos sobre as estratégias de dinamização econômica de territórios rurais da SDT (2010), a Secretaria explicita que, para a inserção sustentável de produtos da economia solidária no mercado, a agricultura familiar precisaria dispor de um conjunto de serviços de assistência técnica especializada. As Bases de Serviço se constituiriam no instrumento através do qual poder-se-ia operar, mais eficientemente, no apoio às organizações de agricultores na ampliação de suas capacidades econômicas.

Na Figura 1 é possível visualizar, de forma esquematizada, a estratégia global de dinamização econômica dos territórios rurais, adotada pela SDT, na qual aparecem as Bases de Serviço de Comercialização, como um dos principais instrumentos da política.

É importante perceber que, além da BSC relativa à comercialização, figuravam na estratégia institucional também BSC relativas ao apoio ao crédito e a organização cooperativa da agricultura familiar e camponesa. Contudo, segundo dados dos gestores entrevistados, as experiências de BSC voltadas à organização do crédito e à ampliação do cooperativismo não foram bem-sucedidas, ficando como ações muito incipientes, não ganhando a mesma adesão e amplitude que as BSC voltadas à comercialização nos territórios.

Figura 1: Esquema sobre a estratégia de dinamização econômica dos territórios rurais com evidência dos principais instrumentos adotados



Fonte: SDT/MDA – 2010

Entretanto, o presente estudo apontou que a ausência de mecanismos mais efetivos de coleta de informações e monitoramento dos resultados das BSC, nos territórios, prejudicou uma análise mais profunda da política; fragilizando a percepção e/ou ampliação do papel das mesmas nos processos de dinamização econômica dos territórios rurais.

Até hoje, não houve um estudo mais profundo dessa natureza, que pudesse subsidiar o governo federal, ou mesmo governos subnacionais, quanto ao sentido, possibilidades e desafios de incorporação de BSC como instrumento de oferta de ATER em comercialização, mais articulado com as necessidades e as dinâmicas territoriais.

Flexor e Leite (2007) destacam que, nos processos de análise das políticas públicas, é necessário incorporar a dimensão processual das mesmas, por entenderem que as políticas públicas não dependem somente de processos associados às trajetórias institucionais específicas, mas possuem uma dinâmica própria.

Para tais autores, o modelo heurístico das sequências, proposto por Jones (apud Thoenig, 1985), talvez seja o mais conhecido para dar conta dessa dinâmica. No referido modelo, a produção de políticas públicas é entendida como processo que se origina na identificação de um problema e na construção de uma agenda; onde a tomada de decisão não representaria o ponto de partida da política pública, visto que ela é precedida por uma sequência de ações e processos que originam o tema, que mobilizam os debates e encampam ambiências de embates e conflitos que permeiam a definição da agenda pública.

No caso da BSC implementada no Território da Borborema, mais especificamente pela análise da ação desta nos municípios de Areia, Lagoa Seca e Remígio, a incorporação dessa dimensão processual pode fornecer elementos importantes de análise, como veremos mais à frente (Capítulo 4).

3.2 Alguns resultados das BSC no Brasil até o ano 2011

Apesar da aparente fragilidade no processo de acompanhamento dos resultados das BSC nos territórios, os documentos da SDT/MDA trazem números nacionais e regionais que ajudam a ter uma visão da materialidade deste instrumento de ATER nos territórios rurais. Na Tabela 2, estes dados estão sistematizados.

Tabela 2 – Número de BSC, Técnicos envolvidos e Agricultores Familiares por região

DADOS BSC	BRASIL	N	NE	CO	SE	S
Nº de BSC (com resultados sistematizados)	127	20	56	10	20	21
Nº de Técnicos envolvidos	256	65	65	12	21	93
Nº médio de Agricultores Familiares atendidos por cada BSC	350	288	287	193	118	735
Total de Agricultores Familiares atendidos	44.413	5.751	18.949	1.931	2.351	15.431

Fonte: SDT/MDA, 2011

No decorrer da presente pesquisa, os dados sistematizados em 2011 permitiram, também, localizar as BSC apoiadas pela SDT/MDA em todo o Brasil, no período de 2007-2011, possibilitando visualizar a distribuição das mesmas em cada região e UF. Sendo um volume muito grande de informações, definiu-se por não trazerem aqui detalhadas, por não apresentarem relevância significativa para o estudo do caso específico da Borborema.

É interessante observar o comportamento dos números nas diversas regiões, que podem sinalizar indicativo da forma como o governo federal trata as diferenças regionais nas políticas públicas. Vemos que, à revelia da grande diferença de extensão territorial e das dificuldades de acesso aos municípios/territórios abrangidos, a região Norte recebe o mesmo aporte numérico de BSC que as regiões Sudeste e Sul, totalizando em média vinte BSC para cada região. No caso do Centro-Oeste, este apoio cai pela metade, com aporte de apenas 10 (dez) BSC. Somente o Nordeste apresenta um quantitativo diferenciado para mais, com 56 BSC.

Entretanto, quando analisamos a quantidade de técnicos envolvidos, os números são ainda mais intrigantes e reveladores. No Nordeste, temos o número de somente 65 técnicos, sugerindo que a realidade é de, basicamente, um assessor técnico por Base de Serviço para atender todo um território. O mesmo ocorre com o Centro Oeste e Sudeste, que apresentam um número de técnicos, praticamente, igual ao número de Bases de Serviço (ou seja, um assessor técnico para cada BSC).

Já no Norte do país, o número de técnicos é praticamente o triplo do número de BSC, sugerindo uma média de três técnicos por base, provavelmente em função da característica regional de territórios muito amplos e de difícil acesso. A região Sul é a que se mostra mais abundante em números de técnicos por BSC, sugerindo em torno de quatro a cinco técnicos por base.

Essas discrepâncias na forma de chegada da ATER via BSC nas regiões se aprofunda quando analisamos os números de famílias por BSC. No Norte e Nordeste, onde a média de técnico por BSC é bastante diferente, são atendidas, praticamente, as mesmas quantidades de famílias por base (288 e 287, respectivamente).

Este fato, aponta uma sobrecarga de trabalho presente nas equipes técnicas do Nordeste; embora, possa-se considerar que isto se deva a uma maior dificuldade de acesso aos territórios do Norte, por parte das equipes técnicas. Comparativamente, a Região Centro-Oeste, com metade do número de BSC e de técnicos, atende mais do que a Região Sudeste (com 193 e 118 famílias atendidas por BSC, respectivamente). Somente o Sul apresenta um salto no número de famílias atendidas por BSC, justificando sua diferença quantitativa de técnicos existentes.

Por ocasião do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), instituído no governo de Dilma Rousseff, em 2011, foram priorizados 60 (sessenta) Territórios Rurais para ações da SDT/MDA voltadas ao combate à extrema pobreza. Neste Plano, a SDT priorizou as BSC como um dos instrumentos prioritários de sua ação de enfrentamento à pobreza rural. A SDT/MDA definiu priorizar no primeiro ano do PBSM um total de treze Territórios Rurais, ficando 47 (quarenta e sete) territórios a serem priorizados, em 2012. Portanto, a Tabela 3 apresenta a distribuição dos Territórios Rurais, priorizados em 2011, por UF, nos quais deveriam ser ampliadas as ações de apoio as BSC.

Tabela 3 – Territórios Rurais priorizados em 2011 no Plano Brasil Sem Miséria

TERRITÓRIO	UF	Nº Municípios	Nº Famílias Beneficiárias
Irecê	BA	19	4.480
Velho Chico		15	3.920
Serra Geral	MG	13	1.600
Sertão do Araripe	PE	10	2.160
Baixo do Paranaíba	MA	11	2.080
Cocais		12	1.840
Vale dos Guaribas	PI	22	1.840
Cariri	CE	20	1.680
Inhamuns Crateús		16	1.520
Borborema	PB	12	1.200
Agreste	AL	11	1.120
Alto Oeste	RN	11	880
Alto Sertão	SE	6	720
TOTAL 2011	10	178	25.040

Fonte: SDT/MDA - 2011

No Nordeste, região de referência no presente estudo, por ser a que incorpora o Território da Borborema, foram apoiadas 64 (sessenta e quatro) BSC, garantindo-se, praticamente, uma base por território. Além disso, contava-se com a presença de uma consultoria contratada como Articuladora Regional de Dinamização Econômica, para proporcionar a articulação em rede, entre as mesmas, como estratégia de potencialização de seus resultados.

Na Paraíba, a estratégia das BSC já contava com uma tradição de associativismo no meio rural e um tecido social mais consolidado e qualificado, que se forjou ao longo das décadas de luta dos movimentos sociais do campo em torno das questões agrárias; o que resultou na presença de instituições históricas nos territórios, tais como: a Cooperativa de Prestação de Serviços em Desenvolvimento Sustentável (VINCULUS), nos territórios do Médio Sertão, Zona da Mata Sul e Norte; a Cooperativa de Profissionais Atividades Gerais (COOPAGEL) no território do Cariri Ocidental; a Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar (Arribaça), no território da Borborema; o Serviço Pastoral do Migrante (SPM), no território Cariri Oriental; e o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), no território de Curimataú.

Uma vez que o estudo prioriza a BSC do Território da Borborema, na Paraíba, a Tabela 4 (Anexo 1) traz uma visualização das organizações de agricultores familiares assessorados pela BSC neste período.

O levantamento de dados para o estudo garantiu acesso à síntese dos principais resultados alcançados pelas BSC no assessoramento às organizações da agricultura familiar para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵, que era uma das prioridades da BSC nos territórios rurais da Paraíba. Essas informações, embora não tenham sido exploradas no presente estudo, alcançaram um nível de detalhamento por tipos de produtos, em cada uma dessas transações comerciais articuladas. A título de ilustração, apresenta-se a tabela 5 (Anexo 2), com as informações do acesso a PAA, especificamente no Território da Borborema.

Também o levantamento de dados preliminares possibilitou acesso aos resultados alcançados pelas BSC no assessoramento às organizações da agricultura familiar para acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos territórios rurais da PB. A presente pesquisa também conseguiu acesso a informações mais detalhadas, como tipos de produtos em cada uma dessas transações comerciais articuladas.

Embora a presente pesquisa tenha revelado fragilidades no processo de sistematização de resultados das BSC pela SDT, os estudos de Silva (2011) indicam que, em pouco tempo de implantação das Bases no contexto dos territórios, foi possível alavancar importantes resultados.

Dentre eles, a autora destaca: a) ampliação do número de acessos a PAA em suas diversas modalidades; b) inclusão de empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária dos territórios no PNAE; c) revitalização de espaços de comercialização (como feiras, centrais, galpões da CEASA e outros) para aproximação entre produtor/consumidor, possibilitando trabalhar com preços mais justos para ambos; d) revitalização de câmaras temáticas vinculadas aos Colegiados Territoriais como espaço de aprofundamento das estratégias e decisões territoriais para o fortalecimento do cooperativismo solidário e comercialização solidária; e) ampliação do diálogo para e, em alguns casos, até efetiva articulação de políticas locais para fortalecimento da comercialização solidária; f) visibilidade da importância e volume de demandas por assistência técnica especializada em comercialização, inclusive havendo crescente aposta dos Colegiados Territoriais nas Bases de Serviço, com aprovação de projetos de apoio; e g) incidência em políticas de governo estadual

⁵ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pelo governo federal, em 2003, como resposta às pressões sociais de diversos sujeitos sociais do campo, articulando dois debates importantes da década de 1990 no Brasil: 1) a discussão da segurança alimentar e nutricional, que havia se intensificado no final da década de 1980, tendo avançado nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula, nos anos 2000; e 2) o fortalecimento da agricultura familiar, cuja ênfase estava dada na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ainda em 1996. (MATTEI, 2007)

da Bahia, com ampliação da rede de bases de 13 (treze) para 26 (vinte e seis) em todo o estado.

Alguns resultados alcançados pelas BSC no acesso das organizações de agricultores ao PNAE, nos territórios rurais da PB, podem ser conferidos no quadro abaixo. O presente estudo teve também acesso a informações mais detalhadas como tipos de produtos em cada uma dessas transações comerciais articuladas. Porém, essas informações não foram formatadas para caber na presente tabela.

Quadro 3 – Síntese dos principais resultados da ação das BSC no Brasil

Resultados BSC	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Nº BSC (com resultados sistematizados)	127	20	66	10	20	21
Nº de técnicos envolvidos	256	65	65	1.501	21	93
Nº médio de Agricultores Familiares atendidos por BSC	344	288	287	193	118	735
Média de renda por família/ano através do PAA (R\$)	5.242	8.862	3.041	3.537	6.364	8.107
Média de renda por família/ano através do PNAE (R\$)	4.116	2.947	3.236	1.130	6.604	6.037
Média de renda por família/ano através de venda para mercados diversos (R\$)	29.193	2.091	1.138	2.381	33	47.933
OBS.: O número de Agricultores Familiares atendidos em média pelas BSCs, significa 3 vezes o recomendado pela PNATER, que é de 100 agricultores para cada técnico.						

Fonte: SDT/MDA – 2011

Alguns resultados alcançados pelas BSC no acesso das organizações de agricultores ao PNAE, nos territórios rurais da PB, podem ser conferidos na Tabela 6, que segue.

Tabela 6 – Resultados da ação das BSC no assessoramento para acesso ao PNAE nos territórios rurais da PB:

Nº	UF	Território	Município	Entidade Executora	Ano Letivo	Empreend./ grupo	Agricultores beneficiados	Valor do contrato (R\$)
1	PB	Borborema	Remígio	Municipal	2011	Grupo informal	16	R\$ 1.652,00
2	PB	Borborema	Remígio	Estadual	2011	Grupo informal	9	R\$ 10.723,20
3	PB	Borborema	Remígio	Municipal	2012	Grupo informal	9	R\$ 4.392,02
4	PB	Boborema	Remígio	Estadual	2012	Grupo informal	5	R\$ 827,47
5	PB	Borborema	Massaranduba	Municipal	2011	Grupo informal	9	R\$ 20.515,00
6	PB	Cariri Ocidental	Monteiro	Estadual	2011	COOPERABOM	12	R\$ 55.600,00
7	PB	Cariri Ocidental	Monteiro	Municipal	2012	Associação dos apicultores de Madre Tereza	13	R\$ 55.600,00

Fonte: SDT/MDA – 2011

Embora não se tenha, por parte da SDT, uma análise crítica desses resultados, segundo SILVA (2011), inúmeros desafios perpassaram a atuação das BSC nos territórios, destacando-se entre eles: a) longos períodos de descontinuidades da ação das bases nos territórios em função da burocracia que caracteriza o processo de liberação de recursos; b) o frágil nível de formação dos quadros técnicos das bases ou a alta rotatividade dos mesmos nos territórios; c) a baixa priorização que as bases de serviço alçaram dentro dos processos de definição do orçamento; d) escassez de estruturas disponíveis nos territórios para potencializar os resultados de comercialização (armazenamento, distribuição, entrepostos, etc); e) ausência de uma política de capital de giro disponível às cooperativas e grupos assessorados, para que pudessem ampliar suas ações de produção/comercialização.

Os documentos referenciados e os relatórios técnicos da ação das BSC no Nordeste demonstraram, ainda, a extrema fragilidade, por parte da SDT, de mecanismos de coleta de informações e monitoramento/visibilidade dos resultados nos territórios, como subsídios efetivos para atores locais, em especial os gestores de políticas públicas.

4. BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA/PB

4.1 A ação da Base de Serviço de Comercialização nos Municípios de Areia, Remígio e Lagoa Seca

No território da Borborema, a entidade selecionada, por meio de Edital, para assumir a função de assistência técnica às organizações da agricultura familiar, como BSC, foi a Organização Não Governamental Arribaça – *Associação de Apoio à Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar*.

A Arribaça, criada em 2003, constitui-se numa entidade privada, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Remígio. Foi constituída por um grupo de lideranças locais, que desejavam criar uma entidade, com a possibilidade de desenvolver ações que contribuíssem com a melhoria da qualidade de no campo. O nome, Arribaça, foi escolhido em alusão à importância da ave de mesmo nome no Nordeste brasileiro, que se encontrava em ameaçada de extinção. A fundação da entidade foi realizada em abril de 2003, com o registro do Estatuto Social; mas, somente em fevereiro de 2004 foi constituída legalmente com a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Os sócios fundadores da Arribaça eram já ligados ao universo da assistência técnica e extensão rural ou a pesquisa agrônômica (EMBRAPA) e, na sua maioria, filhos de agricultores familiares da região. Ou seja, desde a sua origem, a Arribaça contava com quadros capazes de articular uma diversidade de saberes que ia do conhecimento e vivência prática das questões que afligem a agricultura familiar e camponesa, até o campo do saber científico. Isto tem contribuído, ao longo dos anos, para a capacidade da Arribaça elaborar reflexões problematizadoras e ações importantes na construção de estratégias de organização socioeconômica dos agricultores familiares.

Destaca-se, ainda, a participação de um núcleo familiar, composto por Marenildo Batista e Marenilson Batista, que conquistou importante capacidade técnica e influência política para incidir nas dinâmicas territoriais. Sendo que Marenilson Batista chegou a ocupar o cargo de Delegado Federal do MDA na Paraíba, por vários anos da política do MDA. Por sua vez, Marenildo Batista participava organicamente das dinâmicas de atuação do Codeter Borborema, já como presidente da Arribaça.

Desde seu nascimento, a Arribaça teve por foco a promoção de processos educacionais voltados à agricultura familiar, à convivência com a seca e com uma área de atuação que abrangesse o nordeste brasileiro.

A missão da Arribaça é definida como “*contribuir com o desenvolvimento sustentável respeitando os princípios da agroecologia, através de políticas educacionais para melhorar a qualidade de vida da agricultura familiar no Nordeste brasileiro*”. (Estatuto Social Arribaça, 2004). A entidade tem como área de atuação os Territórios Rurais do estado da Paraíba; especialmente os territórios da Borborema, do Curimataú, do Cariri Ocidental e Cariri Oriental.

Entre suas principais atividades e/ou ações, destacam-se: (a) Formação de Educadores e Educadoras Rurais; (b) Algodão Agroecológico – “*Uma Escola Participativa*”; (c) Manejo Sustentável da Caatinga – Embrapa/Arribaça; (d) Capacitação dos CMDRS do Território da Borborema; (e) Base de Serviços e Apoio a Comercialização da Agricultura Familiar no Território da Borborema – feiras agroecológicas, PAA, Empreendimentos de Economia Solidária; (f) Dinamização Econômica no estado da Paraíba; (g) Apoio a Política de Desenvolvimento Territorial na Borborema e; (h) Educação do e no Campo com Escolas Rurais.

Seus principais parceiros são: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (na cadeia do Algodão Agroecológico), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), SDT e SAF/MDA, Polo Sindical da Borborema, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretarias de Agriculturas, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Assessoria e Serviços em Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Fundação HSBC, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Prefeitura Municipal de Remígio, o Projeto SEMEAR e outros.

Em 2007, a Arribaça assumiu o papel de BSC, no território da Borborema, assegurando esta função até o ano 2015, em paralelo à outros projetos e frentes de ações. Seu plano de ação, como BSC no Território, foi definido por acordo interno do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Borborema (Codeter-Borborema). Segundo dados levantados, em documentos e entrevistas, ficaram estabelecidas as seguintes prioridades: 1) a inserção de produtos da agricultura familiar agroecológica nas compras institucionais do PAA; 2) o fortalecimento e ampliação das Feiras Agroecológicas no território; 3) o fortalecimento da cadeia do algodão agroecológico da Borborema.

A Arribaça atuou com recursos da SDT/MDA, no valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por ano e um recurso complementar (cujo valor não foi informado), do recurso que vinha do PROINF, destinado aos projetos priorizados pelo Codeter-Borborema. A entidade contratou, com estes recursos, dois assessores técnicos para atuar em todo o

Território da Borborema. Além disso, recebeu, em regime de concessão para uso restrito, infraestrutura de apoio para viabilizar o deslocamento dos técnicos nos municípios componentes do território.

4.2 A Ação coletiva e a participação dos agricultores a partir da ação da BSC

No presente item, centramos esforços na caracterização e análise da ação coletiva em torno da constituição da BSC, no Território da Borborema, a partir da análise das entrevistas de atores sociais nos municípios de Areia, Lagoa Seca, Esperança e Remígio.

As seguintes organizações da agricultura familiar foram objeto de estudos nos 4 (quatro) municípios: No município de Areia, foram a *Associação para o Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim* (Adesco), que aqui chamaremos de Chã de Jardim, por ser esta a identidade com que se reportaram os entrevistados e a *Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim*. Em Lagoa Seca, entrevistamos a *Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema*, ou Ecoborborema. Em Remígio, foi a *Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana* (Acodeca), a *Associação Comunitária de Camará* (Acomca) e a *Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Queimadas*, que será aqui chamada de Assentamento Queimadas.

Quanto ao Município de Esperança, próximo ao município de Remígio, embora esta localidade não fizesse originalmente parte do recorte do estudo, entrevistamos a representante da *Associação de Polpa de Frutas do Camará* (no texto Mulheres do Camará). A presidente da Associação alegou que, à revelia de sua localização, o grupo sentia-se parte do município de Remígio, uma vez que foi com este que estabeleceu relação de venda no PAA e fez intercâmbios com outras organizações de agricultores daquela localidade. Por ser a única organização especificamente composta por mulheres, consideramos que poderia trazer uma perspectiva singular aos focos do estudo.

A natureza jurídica das organizações de agricultores envolvidas no presente estudo segue, na sua maioria, o estatuto de Associação (seis dos grupos entrevistados) e somente um (Ecoborborema) tem uma cooperativa constituída, mas, também contendo uma Associação vinculada. Isto porque, inicialmente, a Ecoborborema foi constituída, em 2005, na forma de Associação; mas, segundo os entrevistados, com o crescimento das atividades de comercialização nos anos seguintes, e a necessidade de emissão de notas fiscais, tomou-se a decisão de criar também a figura jurídica de uma Cooperativa Ecoborborema, que funciona de

forma complementar a ação da Associação, no fortalecimento das famílias de agricultores, apoiando-as em suas atividades de venda.

O fato da maioria das organizações de agricultores pesquisada assumir a natureza jurídica de associação é elemento importante; possibilita uma análise das condições de certa fragilidade com que as organizações de agricultores fazem a inserção de sua produção no mercado. Pelo marco legal vigente no Brasil, a cooperativa é o formato jurídico mais adequado para o desenvolvimento de transações comerciais para a agricultura familiar. Isto porque a natureza jurídica de associação apresenta limitações legais para o desenvolvimento de atividades econômicas, por se constituírem como entidades sem fins lucrativos e comerciais; o que impacta nas relações comerciais de compra e venda, caso se queira disputar mercados mais estruturados.

Segundo os gestores envolvidos na política de BSC, a organização dos agricultores familiares na forma de associação estimulou uma prática ainda muito voltada a mercados de maior proximidade, como venda direta ao consumidor – o como é o caso das feiras locais – isem necessidade de passar por processos mais burocraticamente complexos, como seriam as vendas de maior porte para agentes intermediários de mercado. Se, por um lado, este fato ajuda a consolidar práticas de relações mais diretas entre produção e consumo; por outro, não ajuda a superar fragilidades da agricultura familiar para a busca de mercados de maior complexidade e com maior poder aquisitivo, que possibilitariam aumento da renda gerada.

O gestor nacional da política de fomento a BSC, no período em estudo, analisa esta realidade considerando que o cooperativismo, especialmente no Nordeste, foi uma ferramenta muito desgastada, em função de uma ação agressiva do Estado, nos anos de ditadura militar e no período da redemocratização no Brasil. Na época, algum acesso às políticas sociais estava diretamente vinculado a existência de cooperativas, como, por exemplo, o “Programa do Leite”⁶ e outras frentes de ação.

Segundo ele, esse foi um período extremamente danoso para a organização socioeconômica da agricultura familiar, uma vez que um de seus resultados foi o nascimento de um grande número de cooperativas, sem base social, tuteladas pelo Estado ou por políticos locais. Nas palavras do dirigente da SDT, o resultado mais danoso deste período foi o surgimento das chamadas “coopergatos”, que seriam cooperativas fraudulentas, que

⁶ O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC) foi criado em 1986 no Governo Sarney, visando atender as famílias com renda mensal total de até 2 salários mínimos e com crianças de até 7 anos de idade, cuja distribuição se dava às famílias previamente cadastradas por entidades de base, como as cooperativas e associações.

resultaram na dificuldades de incorporação do cooperativismo, por parte dos agricultores, na região Nordeste.

O desgaste do cooperativismo fez com que, nos anos 2003-2004, encontrássemos uma realidade em que, apesar dos inúmeros limitantes para as atividades comerciais, a agricultura familiar tinha ainda na Associação a preferência de natureza jurídica para suas organizações. Somente nos anos seguintes, com o surgimento da CONCRAB, UNICAFES e UNISOL este cenário vai mudar e o cooperativismo como instrumento volta a ganhar adesão no Nordeste e em todo o Brasil. (Vital Carvalho Filho, dirigente na SDT/MDA, no período de 2003 a 2011).

No geral, as organizações de agricultores estudadas reúnem um número de sócios significativo (cinco organizações com mais de quarenta membros), alguns deles chegando a alcançar o total de 200 ou 260 pessoas (Associação Chã de Jardim, no município de Areia; e Associação Ecoborborema, em Campina Grande, respectivamente). Isto chega a contradizer as visões estabelecidas, uma vez que é comum ouvir falar da pouca organização e da dispersão dos produtores, como atributos da agricultura familiar. Levando-se em conta que os municípios estudados são de tamanho pequeno, considera-se elevado o número de membros dos grupos. Somente a associação quilombola do Senhor do Bonfim e o grupo de mulheres do Camará (municípios de Areia e Remígio) apresentaram menos de trinta membros (29 e 16, respectivamente).

Um fato interessante foi observar o tempo de existência das organizações estudadas. A maioria tem na média, 13 (treze) anos de existência, o que coincide com o período de início dos governos Lula da Silva, quando a política pública de apoio à agricultura familiar deu saltos significativos. Somente a Acodeca, em Remígio, apresenta um tempo de funcionamento maior, chegando a 22 (vinte e dois) anos de existência.

Tabela 7 - Caracterização das organizações de agricultores estudadas

	Organizações de Agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Natureza Jurídica	Associação	Associação	Associação	Associação e Cooperativa	Associação	Associação	Associação
Nº de membros	70	43	100	260 e 60 respectivos	200	29	16
Tempo de existência	22 anos	10 anos	15 anos	12 anos	12 anos	13 anos	12 anos
Tipo de produção	Alimentos agroecológicos	Alimentos agroecológicos e tradicional	Alimentos e algodão agroecológicos	Alimentos agroecológico	Alimentos agroecológicos	Alimentos agroecológico	Alimentos agroecológicos e tradicional
Local de atuação	Remígio	Remígio	Remígio	Sede em Lagoa Seca, e atuação em 12 municípios do Pólo Borborema	Areia	Areia	Esperança/ Remígio

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

A maioria das organizações de agricultores entrevistada afirmou não ter nenhum tipo de relação com as dinâmicas do CODETER do Território da Borborema, a instância máxima de gestão local da política de desenvolvimento territorial, onde a ação da BSC foi constituída, o que apontou fragilidade no modelo de gestão social da BSC, definido no desenho original da política da SDT.

Somente a Acomca (Remígio) e a Ecoborborema (Lagoa Seca) acompanhavam a dinâmica de funcionamento do Codeter, por terem assento no mesmo. Isto porque, ambas as organizações, surgiram da articulação com o Polo Sindical da Borborema (PSB). O PSB é uma organização de caráter sindical dos trabalhadores rurais, que articula diversas organizações não governamentais, associações de agricultores, sindicatos rurais e grupos de movimentos sociais, ligados às lutas do campo; em especial, os movimentos voltados à agroecologia na região do Agreste Paraibano e Brejo Paraibano.

No tema da agroecologia, a implantação das Feiras Agroecológicas foi foco prioritário do Polo Sindical, há mais de duas décadas no Território da Borborema; o que culminou na criação da Ecoborborema, como estratégia de articulação da produção e comercialização agroecológica, nos municípios de Remígio, Lagoa Nova, Solânea, Esperança, Campina Grande, Lagoa Seca e Massaranduba.

A produção agroecológica já era forte aqui, pelo estímulo que o Pólo Sindical dava aos agricultores. Precisava de um meio para organizar todas famílias que trabalhavam com esse tipo de produção e que vendiam em feiras. Foi assim que surgiu a Ecoborborema, da necessidade de juntar força para melhorar a produção e conquistar mais o mercado. As pessoas sabem que aqui na Borborema podiam

comprar frutas, verduras, feijão, tudo sem veneno (José Irenaldo – Tesoureiro Ecoborborema).

A tabela a seguir apresenta uma síntese da caracterização dessa relação com o CODETER.

Tabela 8 - Relação das organizações de agricultores com o CODETER

	Empreendimentos coletivos Entrevistados						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Acompanhava às dinâmicas do Codeter	Não.	Sim.	Não.	Sim	Não	Não	Não
Forma de acompanhamento	Nenhuma. Não sabia que existia	Assento no Codeter	Nenhuma. Sabia que existia	Assento no Codeter	Nenhuma. Sabia que existia	Nenhuma. Não sabia que existia	Nenhuma. Sabia que existia.

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Questionados sobre como passaram a ter acesso à assistência técnica em comercialização, via BSC, somente duas organizações (Acomca e a Associação das Mulheres do Camará) disseram ter tido acesso à informação deste trabalho da Arribaça como BSC e, por iniciativa própria, procuraram a entidade. As demais organizações (Acodeca, Assentamento de Queimadas, Ecoborborema, Chã de Jardim e Senhor do Bonfim) disseram ter sido procuradas pela BSC, que lhes ofereceu o seu serviço.

É importante destacar o caso da Acomca (Remígio), que na época não existia legalmente. Ao saber que a BSC assessorava apenas coletivos, as famílias constituíram a entidade para ser atendidas. Porém, questionado sobre esse critério, o representante da BSC, Marenildo Batista, o descartou como uma exigência da política. O que corrobora para a percepção de uma não clareza das organizações de agricultores quanto às regras e normas de funcionamento da BSC, no seu território.

Não era diretriz da política de BSC trabalhar apenas com grupos legalizados. Portanto, poderíamos prestar serviço de ATER a cooperativas, associações ou mesmo grupos informais. Penso que tanto o MDA, quanto o CODETER estavam sensíveis às diversidades de processos organizativos da agricultura familiar. Então, não precisávamos que a Acomca se constituísse legalmente. Talvez o tenham feito por influência da presença das outras associações de agricultores nas redondezas. (Marenildo Batista, Presidente da Arribaça)

Já as Mulheres de Camará afirmam ter buscado a BSC por saber de sua atuação e enfrentar grandes dificuldades de acesso ao PAA em seu município de origem (Esperança).

Éramos um grupo muito isolado. Mulheres que precisavam muito gerar renda com o que sabiam fazer, que era o trabalho com polpa de frutas. Por questões políticas de não se ligar partidariamente à Prefeitura de Esperança, fomos impedidas de vender para o PAA no nosso município. Então ficamos sabendo que a Arribaça estava trabalhando com isso em Remígio e fomos atrás. Pedimos desesperadamente ajuda. A gente nem conhecia a entidade, nem eles nos conheciam. Mas, nos apoiaram na mesma hora. Foram, nos visitaram e disseram ‘vamos apoiar’. Isso fez toda diferença na nossa vida naquela época. E nos dedicamos a aprender tudo com os assessores que vieram. Tudo que orientavam a gente fazia. E começamos a crescer em pouco tempo, vendendo para a Prefeitura de Remígio. (Marizelda Salviano Duarte da Silva, presidente da Associação de Polpa de Frutas de Camará, até 2016).

As organizações pesquisadas foram questionadas sobre o conhecimento da origem da BSC no Território. Foram praticamente unânimes em dizer não saber como se deu o surgimento da base de serviço. Somente a Ecoborborema disse ter conhecimento, alegando que foi fruto de uma decisão do MDA, acolhida pelo Codeter. Porém, mesmo a Ecoborborema não mostrou conhecer o processo intenso de reivindicações e diálogos com as próprias organizações da agricultura familiar, seja em nível nacional ou local, que resultaram na constituição desta ação na política pública federal. Chama atenção o fato da Acomca, mesmo tendo assento no Colegiado Territorial, ter dito desconhecer esse processo de chegada da BSC na dinâmica territorial.

Na mesma intenção de verificar as interações, os entrevistados foram questionados sobre o nível de participação das organizações da agricultura familiar, no tocante às decisões sobre a implantação da BSC no Território. Registrou-se unanimidade, nas falas dos agricultores entrevistados, sobre a afirmação de que não houve participação da agricultura familiar nos processos de definição da Base. Tal desconhecimento, dificultou a compreensão dos beneficiários sobre os acordos estabelecidos para o funcionamento da BSC, no que se refere ao processo de seleção e de contratação da Arribaça, aos recursos destinados, as metas a serem cumpridas, ao plano de trabalho no território, etc.

Ao que os dados coletados indicam, nenhuma destas informações passou a ser de domínio dos beneficiários, quebrando a lógica do que foi preconizado ao nível nacional para a definição de estruturas locais que, numa visão de longo prazo, pudessem vir a ser geridas pelas próprias organizações de agricultores, fortalecendo as práticas de autogestão no território.

Segundo depoimento do coordenador geral da SDT/MDA, à época, a escolha metodológica de constituição das BSC, a partir de instituições territoriais já existentes, teve várias motivações. A primeira delas, foi a intenção de responder à crítica dos movimentos da agricultura familiar, que defendiam que instituições prestadoras de ATER precisam conhecer

e interagir com a realidade territorial, de forma a evitar orientações distanciadas do contexto em que se inserem as principais cadeias produtivas da agricultura familiar.

A segunda motivação, segundo o entrevistado, teria sido no sentido de atender a demanda por um modelo de ATER que fortalecesse o tecido social local. As organizações de agricultores reivindicavam uma ação que fortalecessem as instituições locais, qualificando e ampliando as práticas daquelas que já tinham, em seu histórico institucional, a busca pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esta reivindicação seria uma estratégia para que, em eventuais descontinuidades da política pública federal, os saberes construídos ficassem na comunidade.

A terceira motivação parece ser a mais audaciosa. Estava relacionada a um desejo de construir mecanismo de sustentabilidade das BSC, onde, gradativamente, as próprias organizações pudessem incorporar os serviços de ATER em comercialização, incorporando seus custos, semelhante ao que acontecia nas BSC do cooperativismo de Crédito (na experiência original da Cresol-Baser). Isto permitiria evitar o fim da prestação de serviços com a finalização dos projetos de custeio do governo federal.

Como não conheciam a origem das BSC, as organizações tinham dificuldade de reconhecer seu contexto de atuação no território. No geral, os entrevistados afirmaram não saber da existência de eventuais conflitos em torno da BSC na Borborema, acrescentando que, dificilmente, haveria algum conflito, pois entendiam que nenhuma outra instituição realizava o serviço que a base de serviço oferecia, o que evitava disputa. Somente a Acomca levantou possibilidade de terem havido conflitos, alegando a postura de disputa entre as Ongs locais. A tabela 9, a seguir, traz uma síntese destes elementos que característicos das interações propiciadas com a chegada das Bases nos territórios.

Tabela 9 - Elementos da interação entre as organizações de agricultores e o Colegiado Territorial.

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Sabe como surgiu a BSC no Território	Não	Não	Não	Sim. Por decisão do MDA	Não	Não	Não
Participava das decisões sobre a BSC no Território	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
De que forma participava	Não participava	Não participava	Não participava	Não participava	Não participava	Não participava	Não participava
Conhecimento dos pactos firmados para funcionamento da BSC	Não conhecia	Apenas que recursos vinham do MDA e Codeter	Não conhecia	Não conhecia	Não conhecia	Não conhecia	Não conhecia
Definição sobre a BSC e os acordos a serem firmados	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer
Existência de possíveis conflitos em torno da BSC	Não sabe dizer	Acredita que sim pela cultura de disputa	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer	Não sabe dizer

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

4.3 As práticas de Economia Solidária e inovações institucionais

Esse subcapítulo trata das dinâmicas de economia solidária e eventuais inovações institucionais ou organizativas, decorrentes da ação da BSC nos municípios estudados.

A prática da economia solidária, entre as organizações entrevistadas, é revelada, inicialmente, pelo próprio componente da motivação dos agricultores familiares em organizar-se coletivamente, em associações e/ou cooperativas, superando as práticas de produção individualizada.

Há muito tempo que nós decidimos trabalhar no coletivo, porque cada agricultor cuidando de sua propriedade, sem se ajudar, sem conversar das dificuldades, sem pensar junto, deixa tudo mais difícil. Aqui, nós vimos, logo cedo, que um caminho bom conseguir produzir, vender e sobreviver era criando uma associação onde todos cuidassem tanto da produção, como das vendas, de forma solidária (Alexandre Almeida – Presidente da Associação de Queimadas)

O depoimento do Presidente da Associação de Queimadas é representativo das respostas das demais organizações de agricultores entrevistadas, que destacaram a percepção da força do coletivo, como motivação para não trabalharem mais de maneira individualizada, em suas unidades familiares de produção. Na compreensão expressa pelas organizações estudadas, ao se coletivizarem, os agricultores conseguem fortalecer sua capacidade de organização da produção, desde o plantio até a colheita; bem como as práticas mercantis e não mercantis – de troca e/ou venda de produtos – cuidando para a redução dos desperdícios de alimentos na comunidade.

No geral, o processo de organização coletiva dos agricultores antecedeu a própria ação da BSC no Território. À exceção da Acomca, as demais organizações de agricultores entrevistadas já existiam antes da chegada da Arribaça como prestadora de serviços em comercialização.

O planejamento conjunto da produção, a partilha de força de trabalho para a preparação da terra, o plantio e a colheita na forma de mutirão, já eram práticas de solidariedade e ajuda mútua, anteriores a ação da BSC no Território. As práticas de organização coletiva do trabalho, a cooperação, a solidariedade e a busca pela autogestão – entendida como o exercício da autonomia/autogoverno na direção dos coletivos – já estavam, de alguma forma, presentes nas dinâmicas de vida das comunidades abrangidas pelo presente estudo.

A *Associação para o Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim* (Adesco), por exemplo, teve início em 2006, quando um grupo de 20 jovens se organizou, com o propósito de estimular projetos de geração de trabalho e renda e de ações de desenvolvimento sustentável na comunidade local. A primeira organização coletiva de jovens agricultores na comunidade Chã de Jardim foi a fábrica de polpa de fruta da comunidade, constituída naquele mesmo ano (2006), tendo recebido, posteriormente, o apoio da BSC.

Segundo a sócia-fundadora entrevistada, a fábrica tinha como propósito inserir, no mercado, as polpas de frutas fornecidas pela agricultura familiar da região. Chegou a produzir cerca de 160 quilos de polpa, por dia, no primeiro ano de apoio da BSC. Sua atividade priorizava a valorização de frutas típicas da região, como caju, cajá, abacaxi, acerola, manga, umbu-cajá, goiaba e outras.

Foi com muita consciência que nós, os 05 jovens que iniciaram a Adesco, decidimos que faríamos um empreendimento no meio da comunidade. Era um tempo difícil, os jovens não tinham perspectivas e acabavam indo embora pra capital. Mas nós queríamos permanecer aqui, desenvolver aqui nossa condição de vida e a condição de vida da comunidade. Montar negócios que pudessem organizar a vida dos jovens e suas famílias. (Luciana Balbino – sócia-fundadora da Adesco)

Segundo os entrevistados, os aprendizados obtidos pelos jovens, com a assistência técnica prestada pela BSC, à fábrica de polpa de frutas, permitiram criar uma referência prática, que ajudou, nos anos posteriores ao encerramento do apoio da BSC no município, a constituição de outras dez organizações de agricultores na Comunidade Chã de Jardim.

Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar essa diversidade de organizações de agricultores, surgida no entorno da Fábrica de Polpa de Frutas, tais como: o Restaurante Vó Maria, gerenciado pelos jovens da comunidade; a Casa de Doces Vó Maria; os quintais produtivos, que abastecem o restaurante, com insumos para a produção das refeições servidas (produção animal e vegetal); a Trilha Ecológica, que envolve jovens filhos de agricultores como guias turísticos e realizam rodas de conversa sobre Agroecologia, com o público do turismo ecológico; dentre outras organizações que se pode atestar a existência.

Todavia, é importante observar que a BSC só priorizou o acompanhamento desta comunidade no primeiro ano. Segundo o gestor da Arribaça, como havia um grande número de demandas por ATER no território, com a chegada do Sebrae e de outros parceiros para apoiar o coletivo de Chã de Jardim, a BSC achou por bem priorizar o atendimento a outras organizações que estavam desprovidas de assistência técnica para acesso a mercado.

Mas, no geral, observou-se, no discurso dos entrevistados da Adesco, pouca referência ao grande impacto da constituição de novos empreendimentos coletivos como sendo resultado da BSC. Provavelmente, isto guarda relação com a entrada do Sebrae e o pouco tempo de permanência da BSC junto àquela comunidade. Além de disso, observou-se, nas respostas dos entrevistados, uma narrativa menos focada na economia solidária (abordagem própria da BSC) e mais na noção de empreendedorismo, que é própria do Sebrae. Esse é um aspecto interessante, do ponto de vista da percepção da capacidade de influência das redes sociotécnicas, nos territórios, para a construção de visões de mundo e de perspectivas de atuação das organizações de agricultores no contexto local.

Acho que não chegamos a ter orientações da Arribaça sobre economia solidária. E, até hoje, não lembro de termos discutido, alguma vez, esse tema nos nossos grupos. Então, não posso dizer que nos vemos como empreendimento de economia solidária. Mas, compreendemos a importância do empreendedorismo para que os jovens tivessem mais consciência do tamanho de seu potencial e de sua capacidade para transformar sua vida e da comunidade. Então, somos jovens empreendedores que transformaram a vida de várias famílias aqui no município. (Luciana Balbino – sócia-fundadora da Adesco)

Por sua vez, a *Associação de Polpa de Frutas de Camará*, na Comunidade Cinzas, do município de Esperança, foi criada por um grupo de mulheres, que em 2004 montou uma unidade de beneficiamento de frutas com apoio da Prefeitura de Esperança. A associação

funcionou até 2016, quando terminou o recurso para funcionamento da BSC e a Arribaça deixou de assessorá-los, ficando o grupo bastante frágil e desarticulado. Enquanto existiram, trabalharam com venda de polpas de frutas regionais e seus derivados, tendo como principal foco a venda para o PAA na Modalidade Doação Simultânea.

A gente não tinha conhecimento em economia solidária, nem vendas, nem nada disso. Apenas pensamos em organizar nosso próprio meio de vida através do que a gente sabia fazer. E o que a gente sabia era produzir polpa saudável, sem veneno, dando oportunidade para as mulheres da comunidade verem que podiam ter seu próprio negócio e podiam ser vistas no município. Que mulher também tem vez e voz na agricultura familiar, que não é só homem que pode ter sua renda para manter a família. (Marizelda Salviano – sócia-fundadora e Presidente na época)

A *Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Queimadas*, surgiu em 2002, com produção de milho, feijão, algodão e hortaliças. Em 2006, com o crescimento da cultura do Algodão Agroecológico no Território da Borborema, passou a fazer deste o “carro-chefe” da atividade produtiva do assentamento. Tal decisão permitiu a incorporação de um número maior de famílias na associação, bem como fortaleceu a ação da organização na disputa de mercados, dada a capacidade produtiva do coletivo. O algodão agroecológico constituiu, assim, uma nova oportunidade de geração de trabalho e renda para as famílias assentadas.

O que motivou a formação da associação foi a necessidade mesmo. Sozinho, isolado ninguém chega muito longe, não. Tem muita gente grande no mercado. Se a agricultura familiar não se fortalecer, é engolido. O que motivou a gente se organizar foi ver a capacidade de produção que tinha aqui e como, juntando as famílias, a gente conseguia ser mais forte e melhorar a vida no assentamento. (Alexandre Almeida – Presidente da Associação de Queimadas)

A *Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim* foi criada em 2004, em função da necessidade das famílias locais em somar forças na produção agroecológica de frutas, verduras e hortaliças. Situa-se em uma localidade reconhecida pelo governo federal como Comunidade Quilombola, a única deste tipo no presente estudo. Localizada também no município de Areia, esta comunidade, semelhante ao grupo de Chã de Jardim, também passou pouco tempo assistida pela BSC. Não se conseguiu, na entrevista, levantar o motivo do pouco tempo de assistência prestada. Mas foi notável que isto teve impacto na compreensão da Associação sobre a BSC. Durante a pesquisa, esta Associação não conseguiu expressar memória do significado da ação da BSC naquele período. As respostas recebidas, ao longo da entrevista, demonstraram sempre poucas informações, entendimento ou reconhecimento dos resultados obtidos pela organização de agricultores, a partir da assistência técnica recebida.

A *Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (Acodeca)* em Remígio é uma das mais antigas. Foi criada em 1995, principalmente para a produção de laranjas.

O que motivou foi ver que cada família passava por muita dificuldade sozinha. Na época da safra da laranja era muito desperdício. Ainda tem hoje, por conta de que não temos mais muito para quem vender, mas naquela época era pior. Cada família agia sozinha e ficava na mão dos atravessadores. Quando montamos a associação, conseguimos ter mais força e melhorar as vendas, melhorar a vida das famílias. A comunidade viu a força que tem uma associação, a força que tem quando trabalhamos juntos. Conseguimos vários projetos e isso foi fazendo a gente crescer e beneficiar todo mundo. (Josineide Gomes – ‘Dona Rosa’ – Presidente da Acodeca)

A *Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema – Ecoborborema* foi fundada em 2005. É fruto do potencial da organização a produção agroecológica dos agricultores e agricultoras familiares da Borborema, impulsionada pela ação histórica do Polo Sindical da Borborema (PSB). Portanto, a BSC atuou com o foco no fortalecimento da organização dos agricultores para a participação e promoção das feiras agroecológicas. Por seu histórico de nascimento e funcionamento, pode-se dizer que, comparativamente a outras associações atendidas pela BSC, a Ecoborborema exigiu menos esforços da base de serviço, no tocante à sensibilização dos agricultores para a importância da agroecologia ou do papel político das organizações da agricultura familiar no território.

Por sua vez, a *Associação Comunitária de Camará (Acomca)*, pareceu ter sido fruto de uma dissidência das famílias organizadas na Acodeca, motivada por insatisfações com as lideranças daquela associação. Pelo depoimento do seu Presidente, esta foi a única organização que surgiu especificamente com o propósito das famílias receberem a assistência técnica prestada pela Arribaçã.

Na hora que nós soubemos que tinha essa proposta da Arribaçã apoiar grupos para venda, decidimos criar a Associação e fomos bater na porta da entidade, porque tinha muita produção aqui e as famílias não sabiam direito como se organizar, para quem vender. E a Arribaçã veio e ajudou a ‘arrumar a casa’. Orientou sobre economia solidária, sobre a organização interna, tudo. (Sr. Rivaldo – Presidente Acomca)

Conforme vimos no breve histórico de organização coletiva destes agricultores, a assistência técnica prestada pela BSC não foi a responsável por introduzir práticas de cooperação e reciprocidade nas organizações de agricultores pesquisadas, pois estas já estavam presentes. Mas, nos capítulos seguintes do presente estudo, será possível identificar como a BSC foi ajudando a fortalecer as práticas de solidariedade, de reciprocidade e de autogestão das organizações de agricultores assessoradas.

Aqui, a gente não sabia que o que fazia tinha esse nome de economia solidária, mas depois que ficamos conhecendo, descobrimos que tudo que a gente fazia era economia solidária. Então a Arribaça foi aumentando nosso entendimento, ajudando a organizar melhor o coletivo, a pensar fundo solidário para pagar nossas despesas e outras coisas. Eu quero dizer que solidário a gente já era. Só não sabia que isso era um tipo de economia (Rivaldo Pereira – Presidente da Acomca)

Pelos depoimentos coletados junto a todos os entrevistados, a autogestão, entendida como a capacidade dos agricultores em organizar, coordenar e executar suas atividades, era a prática de economia solidária mais frágil.

A gente tinha muita vontade, mas não tinha ideia de como se organizar para atender as exigências do PAA, do PNAE, da prefeitura e de outros compradores. Toda essa parte da burocracia, quem ensinou para gente foi a Arribaça, porque a gente não entendia muita coisa (Marizelda Salviano – presidente das Mulheres do Camará)

Isso se evidenciava tanto no aspecto da organização gerencial do coletivo, como no processo de organização da produção, chegando até as práticas de comercialização.

Toda essa parte da papelada para se legalizar, foi a Amália da Arribaça que trabalhou com a gente. Tanto para associação estar toda legal, como para organizar os projetos para PAA. Com o tempo e as orientações a gente foi aprendendo a correr atrás sozinho. Mas, no começo, foi muita dificuldade. (Rivaldo Pereira – Presidente da Acomca)

Durante a pesquisa de campo, foi importante reconhecer as relações de proximidade entre os agricultores e técnicos da BSC, dando concretude ao princípio e às práticas de solidariedade e reciprocidade na construção de saberes. Isto ficou bastante marcado, na forma como os entrevistados se referiam aos assessores técnicos. Em vários depoimentos, os entrevistados citavam explicitamente o nome dos técnicos, para falar de como era o trato recebido, a transparência nos diálogos e a confiança estabelecida com a BSC.

Da mesma forma que a cooperação e a autogestão, também as práticas de produção agroecológica, conforme vimos em Schmitt (IPEA, 2010), que marcam significativamente os princípios da economia solidária, já estavam presentes, vindo a ser fortalecidas e ampliadas com o trabalho da BSC, como será analisado nos próximos capítulos deste estudo.

Além do exercício da organização coletiva pela autogestão, foi possível perceber que, embora os grupos já tivessem tendência a práticas de solidariedade, cooperação e reciprocidade, somente com o acompanhamento da Arribaça se consolidaram mecanismos mais concretos.

A título de exemplo, vemos que a Acomca e o Assentamento de Queimadas destacam fortemente a formação de redes de cooperação, como sendo uma prática de economia solidária, adquirida a partir da assistência a técnica recebida. Estas associações citaram,

especificamente, sua atuação na constituição e fortalecimento da Rede Borborema de Agroecologia (RBA). Tal Rede trata-se de uma associação de agricultores familiares que trabalha com produção orgânica/agroecológica. A RBA está constituída na forma de pessoa jurídica, sem fins lucrativos, fundada, principalmente, com vistas à organizar e certificar as áreas de produção orgânica, no Território da Borborema.

A Acomca destaca, ainda, a organização de mutirões para construção da sede, como um aprendizado de prática de reciprocidade aprendida com a BSC. Segundo os entrevistados, a partir da sensibilização feita pela BSC, a comunidade colaborou na construção da sede, entendendo a importância da Associação para melhoria da vida das famílias locais.

A gente se reunia na casa do presidente ou embaixo de uma árvore, mas então a Arribaça ajudou a gente a pensar na oportunidade de ter uma sede. A gente tinha o terreno e, então, com a ajuda da Arribaça, organizamos o mutirão e construímos a sede. Isso foi muito importante, porque a comunidade se viu construindo juntos. Os agricultores hoje olham e sabem que a sede é deles, não tem um dono, é de toda a associação. Isso fortaleceu mais a união. (Rivaldo Pereira – Presidente da Acomca)

Por sua vez, os jovens organizados na Comunidade Chã de Jardim lembram que a Arribaça sempre estimulou pensar na coletividade, embora, em sua fala, não tenham feito alusão explícita a noção de economia solidária. Todavia, a sócia-fundadora, que era a entrevistada mais antiga entre os entrevistados locais, afirma que, embora a constituição do conjunto de outros empreendimentos coletivos, que hoje se articulam em rede, só tenha ocorrido bem depois do encerramento da ação da BSC com a fábrica de polpa de frutas, considera que foi a relação com Arribaça que plantou as sementes necessárias, ao acreditar na capacidade de organização local e coletiva.

O Sebrae foi quem ajudou a transformar a iniciativa de uma fábrica de polpa de frutas em um conjunto de outros empreendimentos dirigidos pela juventude. Mas, se a Arribaça não tivesse chegado antes, nos ensinando a fazer a gestão da fábrica e a aprender a negociar, não teríamos conquistado a credibilidade do Sebrae e, talvez, não tivéssemos tudo que temos hoje. (Luciana Balbino – sócia fundadora da Adesco)

Já as Mulheres de Camará destacaram, como prática de economia solidária, aprendida a partir da BSC, a criação de um fundo solidário. Segundo a Presidente entrevistada, a ideia do fundo solidário veio da própria assistência técnica, que trabalhou a cultura da cooperação no grupo.

A Arribaça dava assistência técnica, mas não dava capital de giro. E quando a gente precisava comprar alguma coisa para casa de polpa, era uma dificuldade. Então a Arribaça ensinou a gente a criar e gerenciar um fundo solidário. Pegamos uma parte do dinheiro de uma das vendas, criamos um fundo, tipo um caixa de reserva. E sempre que precisava comprar alguma coisa para melhorar a produção, a gente usava esse fundo e depois tinha que repor. Era um dinheiro do grupo. A Arribaça só ensinava a gente a gerenciar. (Marizelda Salviano – Presidente das Mulheres do Camará)

4.4 Renovação da ATER e a participação social a partir da ação da BSC no território

Quanto à caracterização dos serviços prestados pela BSC, as organizações de agricultores pesquisadas afirmaram que se caracterizava como uma assistência técnica, essencialmente, focada no coletivo; ou seja, um acompanhamento dirigido ao grupo/empreendimento.

No entanto, a Acodeca e a Ecoborborema afirmam que existiram também orientações individuais, alegando as demandas diferenciadas dos produtores. Mas, segundo os técnicos da BSC entrevistados, estes eram casos de acompanhamento muito esporádicos, em função de alguma dificuldade específica de um ou outro agricultor familiar.

Era uma diretriz da ação da Base o fortalecimento da organização coletiva da agricultura familiar. Portanto, já chegávamos sabendo que teríamos que lidar com grupos, em suas diversidades, potenciais e conflitos. Somente quando alguma questão na unidade familiar poderá vir a comprometer o grupo, realizávamos alguma orientação mais individualizada. (Ranyfábio Cavalcante –assessor técnico da Arribaça, no período em estudo)

As 7 (sete) organizações de agricultores entrevistadas fizeram apontamentos dos principais campos de ação prioritários, na assistência técnica ofertada pela BSC, destacando-se: formação; definição de mercados prioritários; organização para autogestão; organização da logística; definição de preços; adequação às exigências de mercado – onde entram ações de desenvolvimento de produtos, selos/marcas; e acompanhamento da venda.

Através dos depoimentos e entrevistas coletadas, foi possível perceber o processo educativo, desenvolvido com as organizações de agricultores assessoradas. Esses processos se materializavam nas visitas técnicas, nas quais os técnicos incorporavam temas como economia solidária, comercialização solidária, autogestão, redes de cooperação e outros temas, nas orientações aos agricultores sobre estratégias de comercialização no Território.

Para que os grupos entendessem que não se tratava apenas de disputar mercado, mas de uma nova lógica de pensar seu papel econômico e político no território, era preciso que entendessem economia solidária, que entendessem autogestão, que soubessem novas formas de cooperação. Por isso, nunca chegávamos apenas discutindo para onde íamos vender. Sempre contextualizávamos o debate no quem era o grupo e que proposta de desenvolvimento ele acreditava (Amália da Silva – assessora técnica da BSC, no período em estudo)

Também para a direção da SDT, o processo educativo, que perpassava a ação da BSC, mostrou-se tão fundamental quanto o próprio resultado da efetiva inserção dos produtos dos agricultores em mercados:

A sustentabilidade do desenvolvimento territorial não estaria suficientemente abordada se aliado ao resultado econômico de inserção em PAA, PNAE, feiras e outros espaços, não viesse também o resultado de formação de novas consciências sobre o sentido da solidariedade na economia, que era o grande ensinamento de Paul Singer para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis. Por isso, reforçávamos sempre com as BSC a necessidade de formação. (Vital Filho – dirigente na SDT/MDA, no período de 2003 a 2011)

Entretanto, a não existência de uma ação estruturante de formação de formadores para os integrantes das BSC, deixava em risco este resultado pretendido pela Secretaria:

Quem nos formava para formar os agricultores? Olha, eu acho que éramos nós mesmos. Porque a SDT fazia eventos regionais e nacionais, de 3, 4 dias, mas ali não dava para abordar tudo com profundidade que precisávamos. Então, nós pegávamos, em linhas gerais, quais eram as orientações e corríamos atrás de entender os temas, da economia solidária, do cooperativismo, do comércio justo (Ranyfábio –assessor técnico da BSC, no período em estudo)

Na percepção das organizações de agricultores assessorados, o processo educativo desenvolvido pela BSC dava-se tanto nas visitas técnicas, chamadas por eles de “momentos de conversa”, como em eventos específicos, realizados dentro e fora do território, seja na forma de oficinas temáticas, seja na forma de intercâmbios com outras organizações de agricultores.

Os momentos formativos desenvolvidos, durante a própria ação de orientação aos agricultores, foram chamados por eles de “aprender no fazer da comercialização”. Isto caracteriza processos de aprendizagem coletiva, pela experiência e prática compartilhada (Hess e Ostrom, 2007), que considera os conhecimentos e saberes locais como parte dos bens compartilhados entre os sujeitos, onde os valores éticos da confiança, do respeito, do reconhecimento da capacidade do outro estão postos, ajudando a construir um quadro de interações entre técnicos e agricultores.

Todavia, nenhuma organização de agricultores pesquisada apontou a elaboração, por parte da Arribaça, de mATERiais específicos para as formações, tais como cartilhas, livretos ou outros mATERiais do tipo. No geral, somente citaram o uso de cartazes e os instrumentais de organização do trabalho coletivo, tais como as planilhas de controle e formulários de PAA, PNAE e outros formulários de acesso a projetos.

Quanto aos conteúdos abordados, apontaram como sendo temas que facilitavam o entendimento dos caminhos para a inserção dos produtos no PAA. Eram, por exemplo aspectos, voltados a organização interna do grupo; que envolvem processos de gestão, principalmente, nos aspectos burocráticos, relativos à consolidação de contratos de compra e venda; seja do PAA, PNAE ou empresas compradoras do algodão agroecológico.

Toda formação tinha como foco a Comercialização. Trabalhavam a organização interna do grupo, mas sempre com vistas à comercialização. Então, as formações eram feitas através de reuniões e orientações práticas de como fazer projetos para PAA e outros mercados que pudessem comprar o algodão. Eram orientações muito práticas. Não tinham cursos e muitos eventos (Alexandre – Presidente da Associação de Queimadas).

Contudo, Acomca, Ecoborborema e as Mulheres de Camará destacaram formações com foco na economia solidária e autogestão, sugerindo uma abordagem explícita da perspectiva da economia solidária, como estratégia de organização socioeconômica dos agricultores no território.

Sim, fez capacitação em processos administrativos e contabilidade. E depois, junto com Sindicato, a BSC fez formação em Economia Solidária, com foco na autoestima e no trabalho conjunto. Além disso, tinham os momentos de intercâmbio, que também formavam o grupo para entender mais de gestão, cooperação e economia solidária; mas, não lembro agora tudo que era discutido. (Presidente da Associação de Polpa de Frutas das Mulheres do Camará)

Todas as organizações de agricultores entrevistadas, com exceção da Associação Senhor do Bonfim, confirmaram que a BSC os assessorava também na definição de mercados prioritários. Mas, quando se aprofundou o questionamento sobre o tipo de orientação recebida, percebeu-se que a BSC dava prioridade para as compras institucionais do PAA e, eventualmente, as feiras. A BSC só realizou um trabalho de levantamento e priorização de outros mercados, no caso da produção do algodão agroecológico da associação de Queimadas. E, no caso das Mulheres do Camará, aparentemente, a BSC buscou o mercado do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Banco de Alimentos, em Campina Grande, em função da dificuldade da prefeitura de Remígio assumir também as compras da agricultura familiar de outro município (no caso, Esperança, local em que estava sediada a Associação das mulheres)

É importante lembrar que a venda ao PAA, feiras e mercados de proximidade já era definida como prioridade pela própria SDT/MDA, conforme atesta depoimento do gestor local da política, Delegado do MDA na época. Ele lembra que, desde o começo, foi negociado com a SDT que as BSC dariam um foco nos mercados mais evidentes e propícios dos territórios. O PAA e o PNAE eram prioridade, pois haviam leis e decretos que os regulamentavam, como mercado potencial da agricultura familiar.

Esses dois programas foram conquistas das lutas históricas da própria agricultura familiar; portanto, tínhamos uma responsabilidade de ajudar a evidenciar que era plenamente factível operar compras institucionais junto aos empreendimentos de agricultores existentes localmente. Por um processo natural de maturação do programa, o PAA acabou sendo o grande instrumento, pouco se vendeu para o PNAE. Mas, a experiência com PAA deixava um caminho mais claro para os agricultores de como ofertar para compras governamentais. (Marenilson Batista – Delegado Estadual do MDA na época)

A definição do PAA como mercado prioritário para a produção das organizações assessoradas influenciou, sobremaneira, todo o processo de assistência técnica prestada pela Arribaça. Isso se evidenciou quando, praticamente todas as organizações entrevistadas, afirmaram que as orientações sobre organização da logística, definição de preços de venda e exigência de mercados, tinham por foco o atendimento às necessidades e exigências do PAA. Somente o Assentamento de Queimadas, que tinha como atividade prioritária a produção do algodão agroecológico, informou que as orientações eram mais amplas do que o acesso a compras institucionais.

Sobre a negociação dos preços de venda, inclusive, embora a maior parte dos coletivos de agricultores (cinco deles) tenha afirmado receber orientação, o que se observou, foi uma subordinação a tabela de preços do PAA.

É inegável a importância do PAA nos territórios, tanto do ponto de vista de oferecer um mercado efetivo para a agricultura familiar, fortalecendo suas capacidades econômicas, como para a promoção da segurança alimentar e nutricional, com a ampliação da oferta de alimentação saudável. Desta forma, considera-se muito acertada a decisão do Codeter de recomendar que a assistência técnica priorizasse inserção das organizações de agricultores no referido programa.

Entretanto, compreende-se que, se disponibilizasse de melhores condições de funcionamento – com a ampliação do número de técnicos, por exemplo – a BSC poderia ter compatibilizado as orientações para acesso ao PAA, com outras orientações mais abrangentes para as práticas do comércio justo no território. Isso implicaria em investir em orientações aos agricultores quanto à definição de preços justos, visando a inserção de seus produtos também em outras formas de venda direta, como as feiras agroecológicas, outras feiras de agricultura familiar existentes no território os pequenos comércios locais.

Uma orientação mais estratégica sobre o processo de definição de preço justo é componente fundamental para as práticas do comércio justo e solidário, como forma de comercialização na ecosol. Constitui-se, ainda, como um campo de saber importante para ampliação da autonomia e poder de autogestão dos agricultores. Ao que os dados coletados apontaram, no caso do algodão agroecológico, do Assentamento de Queimadas, e da produção agroecológica da Ecoborborema, destinada às feiras, foi dada orientação de observância da média de preços do mercado dos respectivos produtos.

Os agricultores da Acomca deram ênfase à característica da BSC de ser uma assistência técnica que rompia com a tendência de foco exclusivo em inserção em mercados, destacando o apoio recebido para fortalecer a iniciativa dos agricultores em se organizarem

coletivamente na forma de Associação; ou seja, valorizando o papel da BSC para o fortalecimento da autogestão, mais do que inserção em mercados.

Talvez esta ênfase esteja relacionada com o fato de que, originalmente, a Acomca funcionava como grupo informal. Tendo vivenciado seu processo de legalização em período concomitante à chegada da BSC na comunidade, possivelmente a associação recebeu maiores atenções dos assessores técnicos, para superar limitações no processo de organização interna e se consolidarem como organização apta a comercializar.

Os técnicos que vieram, trabalhavam sempre orientando a fortalecer a Associação. Tanto na venda, como na organização interna, na melhoria administrativa, na organização de documentos e no entendimento da importância da Associação na comunidade. As pessoas pensavam muito que associação só servia para organizar o povo para aposentadoria. Mas a Amália e os outros foram mostrando que era para fazer desenvolver o grupo e a comunidade. (Rivaldo Pereira – Presidente Acomca)

Questionados sobre as orientações para acompanhamento das atividades comerciais, cinco dos 7 (sete) grupos entrevistados, disseram que a Arribaça forneceu orientações para o controle de vendas. Isto indica um campo importante de fortalecimento da autonomia dos coletivos. Historicamente, as atividades comerciais das organizações de agricultores são marcadas por relações de alienação e dependência, pelo fato da inserção de seus produtos em mercados ser efetivada pelos chamados entes atravessadores⁷.

Somente as agricultoras do Camará afirmaram que não recebiam esta orientação, enquanto a Associação Senhor do Bonfim não soube responder. O acompanhamento de vendas é um aspecto importante no exercício da autogestão nas organizações de agricultores. Fortalecer a capacidade da organização em acompanhar o volume de recursos gerados, significa ampliar a sua autonomia e o seu poder de decisão sobre a distribuição de renda, o planejamento da produção e o acompanhamento da viabilidade das atividades econômicas desenvolvidas.

Segundo depoimentos do assessor técnico, no período em estudo, esse foi um aspecto trabalhado com bastante cuidado pela BSC, exatamente por ter o entendimento que, no campo da comercialização, é que a agricultura familiar mais se aliena de seu potencial econômico.

⁷ Os atravessadores são sujeitos bastante presentes nas comunidades rurais, que exercem atividades comerciais, colocando-se entre o produtor e comerciantes/consumidores finais. Sua prática de intermediação é, historicamente, marcada pela exploração dos produtores. Isto porque os preços que impõe para a compra, geralmente, não remuneram adequadamente a força de trabalho imprimida; ao mesmo tempo em que não incorporam a justa divisão dos lucros gerados com a venda que realizam.

A orientação para o acompanhamento das vendas era um aspecto fundamental da assistência técnica que prestávamos. Todo o conhecimento sobre demanda do mercado, capacidade de oferta e venda efetivada precisava ser apropriada pelos empreendimentos; caso contrário, estaríamos substituindo a figura do atravessando, mantendo conosco o controle das atividades comerciais dos empreendimentos. Por isso, logo no começo os grupos eram orientados sobre a organização de controles de contratos e vendas. (Ranyfábio Cavalcante, assessor técnico da BSC, no período em estudo)

A tabela abaixo faz uma síntese dos elementos supracitados, característicos do serviço prestado pela BSC.

Tabela 10 - Caracterização dos serviços prestados pela BSC

	Organização de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Formação	Comercialização PAA	Comercialização PAA Ecosol	Comercialização PAA	Comercialização PAA	Comercialização PAA	Não sabe	Gestão Ecosol
Definição de mercados prioritários	PAA	PAA	PAA venda algodão agroecol.	PAA PNAE Feiras	PAA	Não sabe	PAA SESC Banco de Alimentos
Organização para autogestão	Adequação ao PAA	Autogestão	Adequação ao PAA	Adequação ao PAA Autogestão	Adequação ao PAA	Não sabe	Adequação ao PAA autogestão
Organização da logística	Não era orientado	Estratégia coletiva de transporte	Estratégia coletiva de transporte	Estratégia coletiva de transporte	Não era orientado	Não lembra	Estratégia coletiva de transporte
Definição de preços	Tabela do PAA	Tabela do PAA	Média de preço de mercado	Média de preço de mercado	Tabela do PAA	Não sabe	Tabela do PAA
Adequação para exigências de mercado	Não era orientado	Qualidade produção Contratos do PAA	Qualidade produção Beneficiários algodão	Orientações para o PAA Marca dos produtos	Qualidade produção Acesso ao SIF	Não sabe	Qualidade produção Acesso ao SIF
Acompanhamento das vendas	Controle de contratos	Controle de contratos	Controle de contratos	Controle de contratos	Controle de contratos	Não sabe	Não era orientado

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Quanto à capacidade de incorporar, nas dinâmicas de suas organizações, as orientações recebidas, os agricultores entrevistados sinalizaram um bom nível de incorporação. O que demonstrou não existir resistências, por parte dos agricultores, em acolher as contribuições de ATER formuladas pela BSC. A exceção, novamente, foi para a Associação Senhor do Bonfim que, conforme já mencionado, guardava poucas memórias de sua interação com a BSC, pelo pouquíssimo tempo de assistência desta.

Tabela 11 - Incorporação das orientações recebidas da BSC

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Definição de mercados prioritários	Sim. Foco no PAA	Sim. Foco no PAA	Sim. Foco no PAA e mercados para algodão	Sim. Foco no PAA, PNAE e feiras	Sim. Foco no PAA	Não sabe	Sim. Foco no PAA SESC Banco de Alimentos
Organização para autogestão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Sim
Organização da logística	Não era orientado	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Sim
Definição de preços	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Sim
Adequação para exigências de mercado	Não era orientado	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Sim
Acompanhamento das vendas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Não era orientado

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

O depoimento da Acomca mostra a credibilidade depositada nas orientações dos assessores técnicos da BSC, a partir do reconhecimento dos resultados conseguidos:

Todas as orientações que a Amália e os outros técnicos deram foram aplicadas pelo grupo, porque a gente via o resultado. Nossa associação era nova, foi criada mesmo para os produtores receberem esse tipo de apoio. Então, tudo que foi dito foi considerado importante e colocado na prática. Para você ter ideia, em pouco tempo tivemos reconhecimento em todo estado, vinha gente visitar a gente, porque ficamos conhecidos como os mais organizados. Toda parte de papelada, estatuto, controle das coisas, tudo era muito bem acompanhado. Quando a gente tinha mais dificuldade, a Arribaça fazia junto. Mas, então a gente via que eles entendiam do que estavam falando e ficava atento. (Rivaldo Pereira – Presidente Acomca)

Quanto às contribuições efetivas deixadas pela BSC, os entrevistados foram bastante enfáticos em dar exemplos. Em seus depoimentos, relataram mudanças na capacidade de organização interna, na relação com os consumidores e nas relações com outras organizações no território. Destacaram a capacidade de estabelecerem outras parcerias, a partir do apoio recebido. Em momentos seguintes do presente estudo, será possível confrontar esses dados com o que disseram ter sido resultados deixados pela BSC, onde são ratificadas essas percepções de contribuição.

O depoimento de uma agricultora do Assentamento de Queimadas foi bastante expressivo, no sentido de reconhecimento de como a relação com a Arribaça mudou sua perspectiva, tanto no âmbito da associação, quanto a sua visão particular de mundo.

Ter a Arribaçã com a gente aqui naquela época mudou muito nossa vida. Principalmente no trabalho com o algodão agroecológico. Antes, a gente vivia na mão dos outros, sem conhecer os caminhos para negociar diretamente com os compradores. A Arribaçã veio e foi descobrindo junto com a gente onde estava quem podia comprar. Foi organizando o grupo. Os resultados foram trazendo outros que estavam desacreditados. A associação foi ficando forte, ocupando espaço na Rede Agroecológica. E para mim mudou muita coisa. Fui fazer faculdade de pedagogia porque eu vi o poder do conhecimento. Se a gente tem conhecimento, conquista liberdade. Esse aprendizado eu tirei para minha vida. (Agricultora, Assentamento de Queimadas/Remígio).

Tabela 12 - Contribuições das orientações da BSC as organizações dos agricultores

	Organizações de agricultores entrevistados						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Melhoria da organização interna	Capacidade de planejar	Projeção regional	Maior gestão da venda do algodão	Capacidade de planejar	Estímulo para outras atividades produtivas	Não sabe	Capacidade de planejar Autoestima autoconfiança
Melhoria na relação com consumidores	Não sabe	Relação direta	Relação direta	Relação direta Responsabilidade com consumidor	Relação direta Relação com a Prefeitura	Não sabe	Relação com prefeitura, SESC e Banco de Alimentos
Melhoria na relação com outras entidades no território	Parceria com a Prefeitura e as outras organizações	Relação com Pólo Sindical, ASA e Codeter	Parceria com a Prefeitura Relação com EMATER	Ações de comercialização na agenda CODETER	Parceria com SEBRAE, UFPB e BNB	Não sabe	Visibilidade no Território

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Finalmente, quanto aos principais resultados alcançados com o trabalho da BSC junto às organizações de agricultores, os entrevistados indicaram elementos convergentes para a consolidação de práticas em economia solidária.

Por exemplo, no tocante ao fortalecimento da autogestão, a Acodeca, Acomca e as Mulheres do Camará destacaram o alcance de maior organização interna; que, para estas organizações, estava visível em termos de maior controle de documentação legal e de planejamento da produção e das vendas.

Neste aspecto, os jovens de Chã de Jardim destacaram, como maior expressão da capacidade de autogestão, terem conseguido reativar a casa de polpa de frutas. Já o Assentamento de Queimadas e a Ecoborborema disseram considerar os resultados de ampliação das vendas como a maior comprovação do fortalecimento da autogestão.

Quanto ao fortalecimento das práticas de cooperação e solidariedade, Acodeca, Mulheres do Camará e Assentamento de Queimadas destacaram a melhoria, no sentido de harmonia, das relações internas, como maior indicador de ampliação da solidariedade. A Acomca destacou o processo coletivo de construção da sede e de uma cisterna na comunidade, como o símbolo da ampliação da solidariedade. A Ecoborborema indicou o maior envolvimento de todos os agricultores na comercialização, como indício de melhoria da cooperação.

Os jovens de Chã de Jardim falaram do respeito entre produtores e consumidores, para expressar um nível mais amplo de cooperação e solidariedade gerados. Segundo estes jovens, foi sua capacidade de organização, alcançada com o apoio da BSC, que gerou, na comunidade, um sentimento de confiança e respeito à juventude organizada em torno da fábrica de polpa de frutas.

A Acomca, o Assentamento de Queimadas e a Ecoborborema destacaram a participação e o fortalecimento da Rede Ecoborborema de Agroecologia, como um resultado da ação da BSC, que os orientou na formação de redes de cooperação solidária.

Todos os entrevistados manifestaram, ainda, a efetiva inserção dos produtos em mercado, sobretudo o PAA; e o fortalecimento da pauta da agroecologia no território, transformando-o em referência, estadual e regional, em práticas agroecológicas.

Questionados sobre as contribuições da BSC para melhoria da interação entre agricultores e outras organizações no território, os agricultores citaram os seguintes exemplos: a capacidade do território enxergar e apoiar outra lógica de prestação de serviço de ATER, diferente daquele prestado pela EMATER e por outros; a confiança interna fortalecida, a partir dos resultados alcançados, fazendo com que outras famílias quisessem fazer parte das associações; a maior confiança na ATER, a partir do jeito da BSC se relacionar com os agricultores e gerar resultados; o aumento do poder da agricultura familiar no Codeter, para eles materializado no alcance de alguns projetos de apoio às comunidades; os acordos territoriais facilitados, especialmente com as vendas dos produtos às prefeituras; a comercialização ganhando espaço na definição de responsabilidades dentro do Território; a ampliação do acesso a políticas públicas; outros.

Tabela 11 - Principais resultados no campo da melhoria na interação entre agricultores e outros atores no Território.

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor Bonfim	Mulheres Camará
Aprendizagem com nova prestação de ATER	Pensar relação ATER e AF	Distância instituições impediu aprender	Pensar relação entre ATER e AF	ATER para comercialização	papel da ATER na atração de parcerias	Não sabe	Pensar relação ATER e AF
Confiança interna fortalecida	com as lideranças locais	com as lideranças locais	com a Associação	com a Economia solidária	no potencial dos jovens	Não sabe	Com a associação
Confiança nos serviços de ATER fortalecida	Sim. com Arribaça	Sim	Sim	Sim, pelos resultados	Sim	Não sabe	Sim
Aumento do poder da AF no Codeter	Não	Sim. PSB apoio grupo no Codeter	Sim. Assumiram coordenação da RBA	Sim. AF reconhecida	Sim. apoios do Sebrae e outros	Não sabe	Não no Codeter, sim com outros
Acordos territoriais facilitados	Vendas ao PAA	Apoio do governo do estado para miniusina de polpa	Apoio para aquisição da sede	Apoio logística projetos de ecosol.	Novos parceiros (Sebrae, Bnb Univ)	Não sabe	Não houve
Comercialização com mais espaço dentro do Território	Prefeitura compra	Agenda Prefeitura, PSB e Colegiado	Prefeitura compra	Apoio Embrapa Algodão e ASPTA	Apoio Embrapa Algodão e ASPTA	Não sabe	Não houve
Ampliação do acesso a políticas públicas	Somente PAA	Parceria governo do estado	Parceria PNAE e governo do estado	Acesso projetos economia solidária	Projeto de infraestrutura polpa	Não sabe	Acesso ao PAA e Banco de Alimentos

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Quanto à principal inovação, na forma de trabalho da BSC, os agricultores sublinharam a importância de dispor de um serviço de ATER voltado a comercialização, prestado por uma instituição do próprio território, que teria um olhar mais perto de suas realidades e uma presença mais acessível.

Já os gestores locais entrevistados destacaram, como diferencial, uma estratégia de ATER definida a partir de um diálogo conjunto, entre representantes de governo e sociedade, no ambiente do Colegiado Territorial, articulando saberes a partir da economia solidária.

Fez muita diferença contar com uma ATER em comercialização que nasceu de um debate dentro do Codeter. De um lado, fez o Colegiado assumir responsabilidade sobre esta ação, não só do ponto de vista de aportar recurso para a Base, mas de chamar a base para prestar contas, discutir outros projetos prioritários que fazem facilitar as atividades dos agricultores e mobilizar outros atores, no âmbito da Câmara Técnica de Comercialização, para discutir os entraves e possibilidades. Por outro lado, ficou um aprendizado importante para os atores locais. Hoje o município de Remígio discute e apoia bancos comunitários, fundos solidários, cooperativismo, etc, como política local economia solidária. Isso foi fruto do que se aprendeu na

experiência do passado. (Antônio Souto, articulador estadual de dinamização econômica dos territórios, entre 2003 a 2012).

Os assessores técnicos da BSC lembraram, também como inovação, que os saberes em comercialização foram construídos a partir do diálogo entre técnicos e agricultores. Sobretudo, no reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em fornecer alimentos para o mercado, via PAA.

No começo não foi fácil. Fomos aprendendo fazendo, como se diz. Descobrimos as burocracias do PAA, estudando junto com os agricultores, conhecendo as exigências do programa. No caso do algodão, foi mais desafiante ainda, pois se tratava de mercado privado. Era buscar toda informação que pudesse dar luz sobre onde estariam os compradores. A SDT deu as grandes orientações sobre comercialização solidária. Mas, o ‘como fazer’, foi construído lá no território, junto com os agricultores. É muito diferente de você ter um ‘pacote’ de informações prontas, como no caso da assistência técnica para a produção. A comercialização era um universo pouco conhecido dos agricultores. (Antônio Souto, articulador estadual de dinamização econômica dos territórios).

A relação de confiança e a proximidade entre agricultores e assessores técnicos recebeu, igualmente, um importante destaque. Praticamente todos os grupos entrevistados fizeram alusão à confiança e proximidade, como sendo um diferencial da forma de ação da BSC. Pelos depoimentos coletados, entende-se que prevaleceram relações construídas a partir de um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo.

Outras questões mais específicas foram acrescentadas a estas. A Adesco destacou ainda a compreensão do PAA como mercado para a agricultura familiar, pois os jovens dizem só ter conhecido o programa, a partir da BSC. Por outra parte, todas as organizações entrevistadas destacaram que, o entendimento dos processos de apresentação de projetos e contratos do PAA, só foi possível pela presença constante dos técnicos e do diálogo claro com eles.

A Acomca destacou o estímulo à economia solidária, que teria projetado o grupo no cenário nacional, tendo participado de eventos nacionais de economia solidária e terem sido delegados na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília, em 2014. O assentamento de Queimadas complementa esta percepção, com a questão da confiança na capacidade de negociação do grupo.

A Ecoborborema apontou a compreensão do poder de compra dos governos locais, como o outro diferencial trazido pela BSC. Por sua vez, a representante das Mulheres de Camará destacou o fato da base saber olhar para as iniciativas de mulheres de forma diferenciada, bem como a capacidade da assessoria técnica em ajuda-las a ver o papel das ONGs no apoio a grupos produtivos.

Tabela 14 - Visão dos agricultores quanto ao diferencial da ATER da BSC

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor Bonfim	Mulheres do Camará
Inovação no serviço prestado	Saberes em comércio	Saberes em comércio	Técnicas de negociação	Saberes em comércio	Saberes em comércio	Não sabe	Olhar para iniciativas mulheres
	PAA como mercado	Economia solidária	Proximidade e confiança	Poder de compra do governo	Relação EES com comunidade.		Atração de parcerias
	Proximidade e confiança	Proximidade e confiança		Proximidade e confiança			

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Buscando compreender suas percepções sobre as especificidades da forma de atuação da BSC, em relação a outros serviços de ATER disponíveis no Território, perguntou-se às organizações de agricultores se tiveram acesso a outras instituições de ATER, além da BSC. Constatou-se que todas organizações entrevistadas foram, também, assessoradas por outras instituições no território, identificando a EMATER como principal prestadora de serviços; alguns ainda apontaram instituições como Sebrae, Embrapa, AS-PTA, Acade, Cooptera e o Polo Sindical.

Questionou-se, então, se era possível perceberem diferenças entre os serviços prestados por outras instituições e aquele prestado pela BSC. Somente a Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim não soube responder, pois esta não tinha memórias da relação com a base, fazendo alusão constante à outra entidade local que os assessorou.

Todas as outras 06 (seis) organizações de agricultores (Acodeca, Acomca, Queimadas, Ecoborborema, Adesco e Mulheres do Camará) disseram perceber muitas diferenças entre a relação e o tipo de serviço prestado pela BSC e pelas demais instituições que tiveram acesso.

Entre as principais diferenças, destacaram: a maior presença dos técnicos junto aos agricultores; a forma participativa de construção dos conhecimentos em comercialização; a relação de proximidade entre agricultores e técnicos, que materializam a solidariedade, a reciprocidade e a confiança construída; um maior número de visitas técnicas aos coletivos; o foco na comercialização, visto que as demais entidades trabalhavam o processo de organização da produção (à exceção da Embrapa, que apoiava a venda do algodão

agroecológico do Assentamento de Queimadas/Remígio); e a abordagem a partir da autogestão, embora os entrevistados não tenham usado o termo explicitamente, tendo se dirigido como “crença na capacidade do grupo se governar” ou termos similares; a maior participação dos agricultores nas decisões sobre as estratégias de acesso a mercados; e o foco na coletividade e não no indivíduo.

Depoimentos, como os que seguem, dão conta de traduzir como as organizações de agricultores foram elaborando essas percepções, quanto à ação diferenciada da BSC no território. A fala da Acomca é bastante representativa do quanto os empreendimentos valorizaram a relação que a Arribaça estabelecia com os agricultores e seus grupos:

A diferença do trabalho da Arribaça era de 100%. A Arribaça foi como um casamento que deu certo. Trabalhou em muita parceria com os agricultores. Marcava muita presença. Era muito diferente, os técnicos conheciam o grupo e se preocupavam em acompanhar. A gente telefonava quando alguma coisa dava errado e eles atendiam na mesma hora. Vinham com mais frequência. Se não dava para vir aqui, já orientavam por telefone mesmo. Com as outras, os técnicos vinham e sumiam um tempo. Só atendiam com visitas quando podiam, não estavam o tempo todo junto da gente. Era mais distante. (Rivaldo Pereira – Presidente da Acomca).

A Acodeca fez destaque semelhante, afirmando que:

Arribaça dava mais assistência, era mais presente no território, elaborava o projeto de PAA junto com o grupo. A diferença era que a Arribaça veio e ficou. Fez reuniões, orientou, conversou com o grupo, vinha quando o grupo chamava. O grupo conheceu a técnica e se encontrava mais vezes com ela. (D. Rosa – Presidente da Acodeca)

Já o Assentamento de Queimadas, que teve maior acesso a outros serviços de diferentes instituições de ATER, além de destacar a proximidade das relações entre técnicos e agricultores, destacou o tipo de serviços prestados como o diferencial da BSC:

A Arribaça trabalhava para comercializar o conjunto da capacidade de produção do Assentamento. Já a EMATER focava só na cadeia do algodão, principalmente na produção; e não orientava os agricultores a aprender a vender diretamente. O SEBRAE também se limitava a tecnologia da produção do algodão, de maneira a garantir qualidade. (Agricultor do Assentamento Queimadas).

Por sua vez, a Associação de mulheres do Camará apresentou uma visão bastante consciente da metodologia adotada pela BSC, no sentido de trabalhar a coletividade e a confiança interna do grupo, como elemento de fortalecimento da capacidade organizativa e comercial das agricultoras. Para as entrevistadas, isso era conseguido por meio do envolvimento das mulheres, para pensar as questões relativas à comercialização; ou seja, por uma relação, essencialmente, dialógica entre assessores técnicos e agricultoras, no processo de pensar o acesso a mercados:

A Arribaça valorizava muito o agricultor. Envolvia as mulheres, construía o conhecimento junto mesmo. Eram mais presentes, tinha um jeito diferente de lidar. A Arribaça foi a primeira que nos apoiou, mas depois tivemos a EmATER. Aí foi que vimos a diferença. A EmATER não trabalhava o grupo. Só visitava propriedades. Não tinha técnicos e os que tinham vinham com pacote pronto de ensinamentos. Não faziam a gente sentir que a gente também conhecia as coisas. A Arribaça sabia fazer isso e as mulheres ficavam com mais crença nelas mesmas. Isso dava outro 'gás'. A gente se sentia mais forte, mais vista. (Marizelda – Presidente da Associação de Polpa de Frutas das Mulheres do Camará)

Um campo de interesse, explorado na entrevista, foi a caracterização dos arranjos institucionais no processo de funcionamento da BSC. Segundo o desenho global, construído no diálogo entre a SDT e as organizações nacionais da agricultura familiar e camponesa, o Codeter Borborema teria o papel não só de definir as ações iniciais para a implantação da BSC, mas de assumir a sua gestão acompanhando e avaliando seus resultados no ambiente da Câmara Temática de Comercialização. O desenho traçado, nacionalmente, para a implementação das BSC, previa, ainda, um fluxo intenso de articulações institucionais, englobando entre equipes nacionais, regionais e estaduais da SDT, o Codeter, a Arribaça (responsável pela Base), bem como os assessores técnicos e outros sujeitos estratégicos locais.

Apesar dessas definições nacionais, os agricultores entrevistados demonstraram não compreender os arranjos que envolviam a ação da BSC. Quando questionados sobre o que houve de positivo na forma de definição e implementação da BSC no território, as respostas obtidas foram bastante evasivas, voltando-se para uma análise mais no campo dos princípios da atuação dos técnicos (tais como a relação de proximidade, conhecimento em agroecologia, etc), do que dos arranjos que envolviam a definição por entidade local, os papéis estabelecidos na gestão da BSC, as articulações institucionais previstas, a participação dos agricultores, etc.

Questionados sobre os aspectos negativos no modelo de funcionamento da Base, os agricultores, então, mencionaram a insuficiência do número de técnicos e a fragilidade da continuidade da ação, visto que a BSC só contava com dois técnicos, para acompanhar todo o Território da Borborema.

Tabela 15 - Caracterização dos arranjos institucionais.

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
Aspectos positivos do funcionamento da BSC no Território	Maior presença Capacidade de vendas	Maior proximidade e com agricultores	Entidade BSC a favor da agroecologia	Maior presença Relação com a Embrapa	Estímulo à ação juvenil	Não sabe dizer	Visitas e eventos ação com dos filhos de AF
Aspectos negativos do funcionamento da BSC no Território	Distância na relação com EmATER e Sindicato Ruptura	Não superou disputas entre as associações de AF	Falta de técnicos ação descontinua	Falta de técnicos Ação descontinua	Ação descontinua	Não sabe	pouco sobre políticas públicas para mulheres

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Quanto aos principais aprendizados decorrentes do processo de funcionamento da BSC, houve diferentes destaques. A Acodeca indicou os saberes construídos em torno das atividades relativas à prática da comercialização em si, incluindo o reconhecimento dos potenciais compradores, dentro do território, e dos processos de organização de logística, contratos, etc.

Já a Acomca, valorizou como aprendizado, o conhecimento da economia solidária, como oportunidade para a agricultura familiar, por proporcionar a constituição de um fundo solidário e a criação do espaço coletivo da sede, bem como o reconhecimento de grandes organizações fora do território, como os fóruns e conselhos estaduais e nacionais de economia solidária.

O Assentamento de Queimadas afirmou, como um dos maiores, aprendizados, saber assumir a coordenação da Rede Borborema de Agroecologia. Segundo os entrevistados, isto lhes abriu portas para se articular com outros municípios e entender a força que ganha o tema da agroecologia, quando articulada em rede. Destacou ainda o aprendizado da venda direta ao consumidor, superando a figura do atravessador, muito forte na cadeia produtiva do algodão.

A Ecoborborema valorizou o aprendizado obtido sobre os processos de logística e dos caminhos para acesso às outras políticas públicas, como as políticas de economia solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária, bem como os caminhos para acesso a recursos locais do poder público (governos municipais e estadual).

Os jovens da Comunidade Chã de Jardim destacaram a capacidade de pensar a juventude rural permanecendo no seu local de origem, desenvolvendo projetos que fortaleçam

toda a comunidade. E, finalmente, as Mulheres do Camará destacaram aprendizados em torno do desenvolvimento de sua autonomia, seu auto-reconhecimento como mulheres agricultoras e o entendimento do papel das mulheres na agricultura familiar.

O depoimento da Acomca ilustra sobre os aprendizados na economia solidária:

A prática da economia solidária foi o maior aprendizado. Com isso a associação aprendeu a constituir um fundo para a comunidade, que comprou balanças e caixas para transporte dos produtos. Depois conseguiu um espaço coletivo que era a sede. Também o grupo aprendeu a estabelecer regra para trabalhar no coletivo, com penalização de quem não cumpria as regras, tipo ficar fora da próxima venda ou doar produtos para repor. Toda semana era feita reunião só entre o grupo, sem a Arribaça, para fortalecer a gestão própria. (Rivaldo Pereira – Presidente Acomca).

O depoimento do assentamento de Queimadas relata aprendizados em termos da autogestão e de capacidade de negociação:

Aprender a assumir a coordenação da Rede de Orgânicos, gestada quase 100% por agricultores. Aprender a negociar fazendo a gestão dos riscos. Se um contrato não é bem estabelecido, o comprador pode desistir da compra e prejudicar toda a safra. A associação penou muito em fazer negociação direta e se prejudicou em uma das negociações, trazendo grande prejuízo. (Agricultor do assentamento de Queimadas)

As mulheres de Camará sublinham os ganhos em autonomia e igualdade entre mulheres e homens:

Autonomia e autoconhecimento foram os principais aprendizados. Aprender que a pessoa pode ser dona de sua própria voz, gerenciar o que é seu, seu próprio trabalho. Aprender que a mulher não é só uma ajudante do homem na agricultura. Mas, que ela é uma produtora, com um trabalho de mesmo valor que do homem. E que pode vender sua produção e gerar sua renda sem depender do homem. (Presidente da Associação das mulheres do Camará)

Finalmente, buscou-se verificar as percepções dos agricultores quanto aos impactos gerados com a suspensão do fomento às bases de serviço no território. Questionados sobre se a Arribaça ainda atua como BSC no território, os grupos foram unânimes em afirmar que não. Porém, isso é especificamente no que se refere a atuar como base de serviço de comercialização, pois a Arribaça ainda mantém atuação em outros projetos e temas relacionados ao fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar na Borborema.

O Prefeito de Remígio, município-sede da Arribaça, é hoje Melchior Batista, irmão de Marenildo Batista, presidente da Arribaça. Assim, muitos dos trabalhos e resultados da ação da BSC na Borborema foram incorporados à política de fomento à agricultura familiar da Prefeitura local. Segundo o depoimento do Secretário de Agricultura de Remígio, essa incorporação só teve sentido e foi possível porque houve evidência de resultados concretos da economia solidária para agricultura familiar, no período da ação da BSC.

Como justificativa para o fim da atuação como assistência técnica em comercialização pela Arribaça, o conjunto de organizações entrevistadas argumentou a ausência de recursos para custear a ação dos técnicos, uma vez que a SDT não fazia mais o repasse financeiro necessário. Os grupos Acodeca e Queimadas afirmam que a Arribaça ainda se manteve por um tempo, mesmo com a suspensão do repasse de recurso do governo federal. Segundo estes, a BSC usou recursos ainda restantes em conta ou recursos próprios da instituição parceira, que manteve a base atuante, até por volta de 2014.

Quanto ao motivo da suspensão dos recursos para as BSC, quase todos as organizações alegaram o desinteresse ou descaso da gestão atual do governo federal com a agricultura familiar. Somente Acomca e Queimadas tinham a lembrança de que as bases de todo o Brasil tiveram recursos suspensos, ainda em 2011, por força da onda de denúncias que se abateu, contra as relações de parceria entre o governo federal e as organizações da sociedade civil.

Mas, na voz dos gestores da política, um outro argumento ganhou igual relevância:

Além das denúncias, que impactaram os repasses de recursos e puseram muitas BSC em processos demorados de prestação de contas, também houve o fato da saída do Humberto Oliveira da direção da SDT, em 2011. O novo grupo político, que passou a comandar a Secretaria, não mostrou interesse em fortalecer temas ligados à gestão anterior. Creio que não houve um esforço da nova gestão em apoiar as organizações territoriais. Embora as denúncias contra as ONGs tenham implicado numa orientação do centro do governo em dirigir os recursos para os entes federados (estados e municípios), a Senaes, continuou fazendo repasses para organizações da sociedade civil. O Professor Paul Singer e sua equipe fizeram as devidas argumentações, junto ao Ministério do Planejamento, e foram autorizados a repassar. Esse fato evidenciou um componente político de decisão da nova gestão da SDT em deixar morrer as BSC. (Vital Filho, dirigente na SDT/MDA, no período de 2003 a 2011)

Os entrevistados foram coesos em defender que o fim do apoio a BSC trouxe o pior resultado possível para as organizações da agricultura familiar no território, ocasionando a sua desmobilização ou sua redução, o afastamento de outros parceiros que atuavam no campo da organização da produção. Principalmente, denunciaram o retorno da situação em que os agricultores ficam nas mãos dos atravessadores, que conseguem impor os preços de venda.

De fato, no momento da entrevista com o grupo da Acodeca, foi possível verificar a chegada de caminhão enviado por atravessadores, que fazia o recolhimento da carga produzida pelos agricultores, nas unidades familiares de produção, sem passar pela Associação, demonstrando a volta das práticas de vendas individualizadas e, possivelmente, com situações de exploração, em função da prática histórica de baixo preço negociado pelos atravessadores.

No caso das Mulheres de Camará o resultado foi ainda mais drástico, pois o grupo não resistiu à falta de apoio e desmobilização das poucas mulheres que o compunham, tendo encerrado suas atividades.

Ninguém mais do governo federal fala de agricultura familiar, só falam agora de empresários. Então todas as conquistas caíram. Hoje, quem dita as regras de preço e venda são os atravessadores. Uma queda muito grande para agricultura familiar. Há associações pensando em fechar as portas. São mais de 200 famílias que ficaram sem vender de uma hora para outra. (Rivado Pereira, Presidente da Acomca)

Tabela 16 - Percepções dos agricultores quanto à finalização da ação da BSC

	Organizações de agricultores entrevistadas						
	Acodeca	Acomca	Assent. de Queimadas	Ecoborborema	Chã de Jardim	Senhor do Bonfim	Mulheres do Camará
BSC ainda atua	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Porque	Não há recursos	Não há recursos	Não há recursos	Não há recursos	Não há recursos	Não há recurso	Não há recursos
Motivo da suspensão do apoio pelo governo federal	Descaso com AF. Interesse no agronegócio	Denúncias contra ONG em 2011	Denúncias contra ONG em 2011 Descaso com AF	Descaso com AF Interesse no agronegócio	Mudança de governo	Não sabe	O Golpe de 2016
Resultado do fim da ação da BSC	Perda de mercados Desacredita mercados na AF Redução das vendas no PAA Domínio do atravessador	Domínio do atravessador	Perda de mercados Atraso na certificação do algodão	Redução da RBA Perda de mercados Redução das vendas no PAA	Pouco impacto. Sebrae e outros parceiros supriram as necessidades do grupo.	Não sabe	Fim da organização de mulheres

Fonte: dados da pesquisa e formatação própria

Finalmente, as organizações de agricultores entrevistadas indicaram recomendações para um cenário de possível retorno das BSC na agenda pública do governo federal, ou para sua inserção na agenda dos governos locais.

Entre as recomendações apontadas, estas apareceram em, praticamente, todas as respostas:

- 1) a ampliação de recursos para viabilizar o trabalho, sobretudo no que se refere ao deslocamento dos técnicos nos territórios;
- 2) a ampliação do número de técnicos, para possibilitar maior tempo dos assessores para cada grupo e a incorporação de novos grupos beneficiários;

- 3) a ampliação das estratégias de mercado para além da venda no PAA e PNAE, por entenderem que estes mercados dependem das mudanças políticas na gestão pública;
- 4) que junto com a assistência técnica cheguem também os projetos de fomento às atividades produtivas, sobretudo, os ligados a irrigação e infraestrutura;
- 5) que a política seja organizada de forma a não haver descontinuidades que impactem nos grupos;
- 6) que a ATER para comercialização seja estrutura como um direito permanente, assim como ocorre na ATER para produção, com estruturas e orçamentos garantidos.

A síntese dos depoimentos que saíram na entrevista com a Acodeca, neste tema específico das recomendações para políticas futuras, é bastante expressivo das falas dos agricultores nos demais coletivos.

Nossa recomendação é que olhe para a agricultura familiar e invista mais. Que coloque mais técnicos para acompanhar os grupos. E que não venda só para o PAA. Ajude a vender para outros lugares, como o atravessador faz, vendendo a laranja para o RN. Que tenha mais técnico e um apoio mais constante. Que invista no pequeno agricultor o tanto que investem nos grandes. Só que os grandes não produzem sem veneno e não cuidam da saúde de quem come. Isso é só agricultura familiar que faz e o governo não vê. (Agricultores familiares da Acodeca)

4.5 Uma análise dos resultados à luz das perspectivas teóricas mobilizadas

Neste subcapítulo completamos uma análise dos resultados da pesquisa, com base no confronto das perspectivas teóricas, com os dados coletados em campo.

a) Ação coletiva e participação dos agricultores

A constituição das Bases de Serviço de Comercialização, no escopo da ação da SDT/MDA não fugiu ao percurso constitutivo de uma política pública, tal como pautado por Kingdon (2006) e Frey (1997). A política de fomento à BSC foi fruto de um processo intenso de pressão das organizações sociais do campo, na busca por um instrumento de políticas públicas, que pudesse ancorar as organizações de agricultores na superação de desafios para desenvolver suas capacidades econômicas. Sua proposta visava superar a visão da produção somente destinada ao autoconsumo (a chamada “agricultura de subsistência”), vislumbrando o fortalecimento da agricultura familiar, como ente capaz de disputar mercados e atuar na

construção de novas lógicas de relações econômicas, somando-se a outras ações, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Dados das pesquisas documentais e das entrevistas com gestores demonstram que a inovação advinda da criação da SDT, em 2003, foi a abertura da política pública em financiar e dar visibilidade à uma nova lógica de desenvolvimento rural a partir da constituição de outras relações territoriais. Isto trouxe, para as organizações de agricultores, a percepção da oportunidade de fortalecer a agricultura familiar a partir de demandas já em construção nas lutas do campo: o desenvolvimento sustentável com abordagem territorial e a economia solidária, como a estratégia estruturante de processos econômicos nos territórios, onde a agricultura disputasse lógicas e espaços de mercado; um campo de disputa no qual era, tradicionalmente, integrada de forma submetida.

Embora os agricultores da Borborema pareçam não ter sentido, a dinâmica de constituição das BSC foi marcada por conflitos iniciais, em nível nacional, que repercutiram nas orientações locais para a BSC, no território. Os conflitos nacionais foram tanto da ordem da participação dos sujeitos – como, por exemplo, a reivindicação da Unicafes em ser ouvida nas suas preocupações, sobre a incorporação das BSC como ação do Estado – tanto por críticas à insuficiência do desenho operacional proposto, que viabilizava somente uma BSC por território, com um número limitado de assessores técnicos.

Mas, à revelia das críticas e conflitos, a observação empírica demonstra que a SDT conseguiu construir consensos mobilizadores para a incorporação da política nos territórios, especialmente pela manutenção de espaços nacionais e locais de participação dos atores. Em nível nacional, criou-se um Grupo de Trabalho composto por MDA, Unicafes, FBES e SENAES; e, em nível local, a Câmara Temática de Comercialização como estrutura orgânica ao Codeter; o que contribuiu para o envolvimento de atores locais e nacionais estratégicos para constituição da ação nos territórios.

No ambiente do Território da Borborema, não foi possível explorar os conflitos locais vivenciados pelas organizações. Quando questionados sobre a existência de conflitos, os entrevistados, de um modo geral, não souberam dizer ou afirmaram não ter havido conflitos. De fato, a fraca participação da maioria das organizações de agricultores nos espaços do Codeter não permitiu que acompanhassem os momentos de concepção e início da BSC, impedindo-os de atestar os eventuais conflitos que possam ter existido na sua definição e implementação. Da parte das lideranças locais e dos demais atores institucionais do território, é possível supor que o Codeter pode ter se ancorado nos pactos nacionalmente constituídos, para minimizar ou mesmo invisibilizar conflitos.

Isto remete às considerações de Ostrom (1990), quanto ao entendimento de que a cooperação, como valor e como prática partilhada, cria condições para que, mesmo em contexto de conflitos, haja um elo de convergência capaz de mobilizar os atores para uma ação coletiva, como aquela necessária à implementação da BSC nos territórios rurais.

Adotando-se as reflexões de Ostrom (1990) sobre interações entre atores interdependentes e instituições no território, vemos que no nível nacional, havia a preocupação de envolvimento da SAF (responsável pela implantação da PNATER), em função da relação das BSC com as EMATERs. Tratava-se de superar conflitos pela chegada de uma nova institucionalidade prestadora de serviços de ATER. No caso do território da Borborema, a pesquisa revelou a existência de um relacionamento equilibrado e consciente da diferença de papéis entre a EMATER-PB e a BSC.

No capítulo anterior pudemos ver que, praticamente todas as organizações de agricultores entrevistadas, disseram desconhecer conflitos entre a Arribaça e a EMATER ou a Arribaça e outras entidades prestadoras de serviços de ATER. Somente a Acomca, cujo presidente tinha assento no Colegiado Territorial, disse ter havido disputa inicial, em função do que ele chama de cultura das organizações locais, de disputa por recursos que chegavam ao território.

Fizeram sentido as afirmações de não evidência de disputadas de papel ou de modelos de assistência técnica entre a BSC e outras instituições de ATER no território, uma vez que a a SDT se resguardou, constituindo documentos referenciais e delegando consultores técnicos (chamados de articuladores estadual e regional de dinamização econômica) destinados a trabalhar, junto aos territórios, a clareza da diferença de papéis assumidos pela ATER para produção – conduzida no território pela EMATER-PB, Polo Sindical e outras organizações – e a ATER para comercialização, na ação da BSC.

O apoio do CODETER da Borborema, na forma de aporte de recursos complementares do PRONAT à BSC, atesta a clareza do acordo firmado em torno do foco de ação da BSC. Neste sentido, os gestores e assessores técnicos entrevistados valorizaram a decisão do Colegiado Territorial de priorizar que a BSC trabalhasse com foco específico no PAA, nas feiras agroecológicas e na venda do algodão orgânico, de forma a imprimir confiança de que não haveria sobreposição de ações entre a ação da BSC e a ação de outras instituições, prestadoras de serviço de ATER.

É interessante observar como os saberes em dinamização econômica do território, economia solidária, compras institucionais do PAA e outros temas relativos às estratégias de comercialização, se evidenciaram, no presente estudo, como bens comuns partilhados,

conforme sinalizavam Hess e Ostrom (2007), fortalecendo o valor da cooperação como mecanismo de promoção de resultados de interesse comum.

O depoimento do Delegado do MDA no estado, é bastante representativo desta constatação, quando diz que

O tema da dinamização econômica de territórios rurais era algo muito novo para as instituições locais. As vezes era possível ver que as pessoas entendiam o sentido, mas não sabiam exatamente como fazer e se solidarizavam nessa busca do 'como'. A EMATER, o Polo Sindical e outras já atuavam a bastante tempo na região, já sabiam fazer um trabalho muito bom de resultado para seus públicos atendidos. Mas, agora se tratava de dar resultados numa escala territorial, dentro de um Plano de Desenvolvimento que foi pactuado. Então, havia sim, muita partilha de informações e conhecimentos entre nós. Porque ou todos se ajudavam ou o território não conseguiria transformar o Plano em realidade. Seria o fracasso do Território. (Marenilson Batista – Delegado do MDA, até 2012)

O depoimento ilustra com clareza a perspectiva do que Temple (2003) chama de valores éticos gerados pela prática de relações de reciprocidade. De fato, a construção das práticas de reciprocidade em torno da BSC foi, de certa forma alcançada, criando-se um ambiente de participação, confiança e interação entre os sujeitos, mesmo sem a total clareza dos arranjos institucionais, normas, regras e acordos firmados entre os atores territoriais.

Por outro lado, os agricultores sequer tinham ciência de como a ação de BSC chegou ao território e quais eram as definições do CODETER em torno deste tema. Isso contraria Ostrom (1990), que preconiza que a ação coletiva depende da definição e do compartilhamento de um conjunto de regras e normas, que possam efetivamente ser aplicadas pelos grupos de indivíduos, para organizarem suas atividades. É possível dizer que demanda por ATER para acesso aos mercados, na Borborema, apresentava demanda reprimida tão intensa, que as organizações de agricultores não questionaram essa falta de participação e coordenação, pois estavam satisfeitos com os resultados gerados.

No entanto, Ostrom (2010), traz o conceito de governança policêntrica para explicar as fissuras institucionais das estruturas de governança de recursos e bens comuns, destacando a necessidade de múltiplas interações entre Estado e organizações da sociedade, em diferentes níveis de organização social e política. Ou seja, não necessariamente todos os sujeitos precisam estar no mesmo espaço e dispor do mesmo nível de informações para que se caracterize um poder partilhado e uma ação coletiva. O fundamental é que os usuários dos bens e recursos sejam, de alguma forma, envolvidos nas discussões e compartilhem regras de uso.

Neste aspecto, visando a superação dos desafios da participação das organizações de agricultores no Codeter, um caminho possível seria a BSC ter promovido a interação entre as

organizações assessoradas com a Acomca e a Ecoborborema – uma vez que estas tinham assento no Codeter. Isto possibilitaria ao Codeter maior escuta das organizações de agricultores em questões relativas à melhorias e/ou aprendizados na ação da BSC no território.

Analisando o desenho original traçado pela direção nacional na SDT e o que se processava no território da Borborema, é possível perceber certo descolamento entre teoria e prática. Os depoimentos coletados junto às organizações, gestores locais e agentes das BSC permitem confirmar a defasagem entre o desenho operacional/estratégico e o desenho efetivado.

Inicialmente, constatamos que os papéis priorizados para a equipe nacional não dispunham do aparato de recursos e ações suficientes para sustentá-los. A composição da equipe, composta de uma consultora nacional, uma consultora regional e um consultor estadual de dinamização econômica, era extremamente insuficientes para o adequado acompanhamento da ação das BSC (120 Bases nacionalmente, 60 na região Nordeste, das quais sete no estado da Paraíba).

Cabe entender a complexidade da ação da BSC no Território da Borborema, com uma agenda de ações e relações, que ia desde a interação com as organizações de agricultores, passando pelos entes de mercado, os consumidores, o Colegiado Territorial, as entidades parcerias. Imagine-se agora multiplicar essa dinâmica de interação para uma ação articulada com os demais territórios da Paraíba.

Pressupõe-se a dificuldade de tempo para que o Articulador Estadual de Dinamização Econômica pudesse acompanhar, orientar e qualificar adequadamente a ação de cada BSC. A mesma projeção existia para o acompanhamento realizado pela consultora regional de Dinamização Econômica no Nordeste, bem como para a consultora nacional que acompanhava as 120 BSC em todo o Brasil. Portanto, o fluxo de acompanhamento das instituições, papéis e normas firmados era, em certa medida, frágil na relação local/nacional.

Foi possível constatar, ainda, o distanciamento entre as organizações de agricultores com assento no CODETER da Borborema e as associações/cooperativas beneficiárias da assistência técnica prestada pela BSC. Pois, ainda que os Colegiados territoriais contassem com representações de agricultores familiares, não se desenvolveram mecanismos de relação e comunicação suficientes, entre as organizações da agricultura com assento no Codeter e o conjunto de beneficiários das políticas. Na via inversa, eventuais críticas e sugestões das organizações de agricultores sobre a ação da BSC dificilmente chegaria até o Colegiado, quebrando o ciclo de gestão e controle social preconizado pela SDT.

Um outro aspecto a ser observado refere-se a uma evidente fragilidade formativa dos assessores técnicos da BSC. Segundo a Articuladora Regional de Dinamização Econômica, a SDT realizava no máximo três encontros nacionais por ano, com o conjunto das entidades contratadas como BSC, convocando representação de duas pessoas por BSC (um técnico e um dirigente). Eram encontros de três a quatro dias, que dividiam espaço de discussões sobre temas diversos da BSC no Território (dinamização econômica, economia solidária, comércio justo e solidário, dentre outros) e as orientações operacionais para gestão dos convênios (prestação de contas, licitação, relatórios, etc).

De fato, o que a SDT apresentava como percurso formativo de qualificação da ação das entidades, para que estas reproduzissem um papel formador junto aos seus assessores técnicos, era mais um processo de sensibilização, do que de formação propriamente dita. Supõe-se que esta insuficiência de formação impactava na condição de atuação da Arribaça, assim como de outras bases de serviço, para cumprirem o seu papel.

A SDT dava formações gerais sobre desenvolvimento territorial, economia solidária e comercialização. Mas, o grosso mesmo do que precisávamos aprender, tínhamos que buscar de outras formas, participando em cursos locais, articulando com fóruns de ecosol, buscando material para leitura. A parte da formação de fato precisava ser mais priorizada. Fomos aprendendo fazendo. Isso tem uma riqueza, mas também traz limitações. (Amália da Silva – técnica da BSC/Arribaça)

Aqui é importante analisar, também, o componente das relações de poder e de capacidade de delegação de responsabilidades, que também está relacionado com os desafios de interação entre os atores, frente às regras e normas pactuadas. De um lado, os documentos referenciais da ação das BSC designavam o Colegiado Territorial como instância de gestão e controle social da BSC. No entanto a equipe nacional atuava muito mais na formação direta das entidades contratadas com BSC (no caso, a Arribaça), do que na formação dos membros do CODETER da Borborema, de maneira a ampliar seu entendimento sobre as perspectivas de atuação da BSC no território.

A julgar pela ênfase de gestores e assessores técnicos territoriais sobre os encontros nacionais com as BSC, promovidos pela SDT, aparece uma concentração de informações e formações entre SDT e BSC, sem passar pelo Colegiado Territorial, imputando no risco de concentração de poder, quanto aos ajustes necessários à ação das BSC no Território. Estes elementos sinalizam um inadequado compartilhamento das relações de poder e uma fragilidade na capacidade de delegação de responsabilidades (Ostrom, 1992).

Por outro lado, à revelia destas fragilidades, o componente da confiança preconizada por Ostrom (1998), como fundamental para o funcionamento do que a autora chama de sistemas de autogoverno, mostrou-se bastante presente e forte na experiência da BSC. Isto foi constatado desde o nível de confiança que os agricultores demonstraram nos técnicos, até a confiança que técnicos e direção da Arribaça demonstraram mutuamente, ou a confiança do Codeter e de outros parceiros locais com relação a BSC.

Pelos depoimentos coletados junto aos técnicos, dirigentes da Arribaça e Colegiado Territorial, podemos dizer que esta confiança, mais pautada em valores éticos construídos anteriormente do que em contratos firmados, está muito relacionada com o reconhecimento das trajetórias pessoais e institucionais envolvidas. Este é um fator que, certamente, tem raiz na definição da SDT em apoiar entidades que pertencessem ao próprio Território, tendo relações anteriores com os entes territoriais ou com as organizações de agricultores.

No que se refere à participação dos agricultores, destaca-se inicialmente a ampliação do número de sócios das organizações de agricultores, pressupondo-se ser este um resultado da ação da BSC, uma vez que em vários depoimentos os entrevistados destacaram a credibilidade que a associação passou a receber da comunidade, a partir dos resultados obtidos pela ATER prestada pela BSC.

Confrontando-se o número de associados declarados nos relatórios dos técnicos da BSC, logo no início de sua atuação, os números atuais de sócios, declarados pelos entrevistados, temos o seguinte quadro: a Acodeca, ampliou de 13 (treze) para 70 (setenta) sócios; a Acomca, ampliou de 13 (treze) para 43 (quarenta e três) sócios (no caso desta, houve também a legalização da entidade a partir da ATER recebida); a Ecoborborema ampliou de 60 (sessenta) para 260 (duzentos e sessenta) sócios; os jovens de Chã de Jardim registraram uma ampliação de 10 (dez) para 200 (duzentos) sócios, mas no caso destes, destaca-se o trabalho feito pelo SEBRAE; as Mulheres do Camará saltaram de 13 (treze) para 16 (dezesesseis) mulheres.

Destacam-se, ainda, os resultados de fortalecimento da atuação no Codeter, onde Acomca e Ecoborborema, que já dispunham de assento no colegiado, relataram fortalecimento de participação, afirmando passarem a discutir melhor as questões em torno da comercialização. As demais organizações de agricultura familiar entrevistadas (Acodeca, Assent. de Queimadas, Chã de Jardim e Mulheres do Camará) destacaram que as suas demandas passaram a ser discutidas no Codeter a partir da atuação da BSC.

A Acomca, Assentamento de Queimadas, Ecoborborema, Chã de Jardim e Mulheres do Camará destacaram, como resultados positivos, a melhoria das relações com consumidores, caracterizando-se por maior proximidade e confiança.

Finalmente, os entrevistados destacaram a constituição de novas parcerias, como sendo um dos indicadores de melhoria da participação dos agricultores no Codeter: 1) Acodeca, destacou a parceria com a prefeitura municipal de Remígio; 2) Acomca, o fortalecimento da relação com o Pólo Sindical da Borborema, a Articulação pela Vida no Semiárido (ASA) e o apoio do Codeter; 3) Assentamento de Queimadas, destacou a parceria com Prefeitura e melhor relação com EMATER; 4) Ecoborborema deu destaque ao fato do Codeter passar a discutir suas demandas e a possibilidade de apoio às mesmas; 5) os jovens de Chã de Jardim, destacaram a parceria com Sebrae, UFPB e BNB; e 6) as Mulheres do Camará deram destaque à Parceria com Prefeitura e Banco de Alimentos.

De um modo geral, todos os entrevistados deram relatos de ampliação da confiança construída no ambiente do Codeter, das organizações de agricultores e entre agricultores e assessores técnicos da BSC.

b) Economia solidária

Pelos dados coletados na pesquisa, foi possível perceber que a economia solidária, menos como conceito e mais como prática de cooperação e autogestão, já estava presente no território da Borborema, no seio das organizações de agricultores assistidas pela BSC. Isso converge para a compreensão de Singer (2002) de que, enquanto método de organização autogestionária, cooperativa e solidária, dos processos produtivos pela classe trabalhadora, a economia solidária não seria um fenômeno recente, mas sim um processo próprio de resistência dos trabalhadores, sobretudo, diante das exclusões promovidas pelo modo capitalista de organização econômica.

Embora se reconheça o papel que BSC desempenhou para evidenciar e imprimir maior força nos processos de organização autogestionária, cooperativa e solidária das atividades econômicas da agricultura familiar no território, os relatos evidenciam a existência de uma prática pautada na cooperação e na autogestão dos grupos, desde antes da introdução da BSC em seu contexto.

Todavia, a capacidade e intencionalidade da organização coletiva dos agricultores da Borborema parece ter caminhado mais na direção do que Singer (2002) chamava de “estar

juntos para superar seus níveis de pobreza”, do que para uma reivindicação das pautas da economia solidária.

Segundo análise dos depoimentos coletados e de documentos institucionais pesquisados, a SDT pareceu imprimir demasiada expectativa, ao definir a incorporação da economia solidária, como perspectiva estratégica para a dinamização econômica dos territórios rurais. Mais do que fortalecer processos de organização para acesso a mercados, a Secretaria almejou que os entes territoriais se apropriassem da economia solidária, em sua perspectiva mais abrangente de novos paradigmas e práticas de organização econômica, que disputaria os paradigmas e práticas da economia capitalista que marcam os territórios rurais.

Isso quer dizer que, na intenção da SDT, além de ofertar assistência técnica, as organizações de agricultores e as redes sociotécnicas geradas pela presença da BSC no Território, passariam a disputar, por exemplo, outros recursos e políticas locais, ajudando a estrutura da economia solidária na agenda pública do território, para além do atendimento imediato das necessidades dos agricultores assistidos pela Base.

Todavia, os resultados da pesquisa mostram uma relação instrumental dos entes territoriais com a economia solidária, no sentido de reduzi-la a construção de mecanismos para acesso imediato a mercados, sinalizando uma redução do potencial emancipatório da mesma na estratégia territorial.

Chamou atenção, em alguns depoimentos, como o componente da confiança parece ter justificado para os agricultores uma certa transferência de representatividade e de responsabilidade. Por exemplo, deixaram a cargo da BSC o processo de definição de preços a partir de uma lógica de “média de preço de mercado”, abrindo mão da autonomia na definição do preço justo praticado na economia solidária. Embora não se possa negar que pode ser também um indicativo do nível de confiança instituído entre agricultores e assessores técnicos.

Esta transferência de responsabilidade para a assistência técnica se evidencia, também, nos depoimentos que atestam a BSC como a articuladora de novos apoios e projetos nas instâncias do Codeter; em particular, para definir quais seriam os mercados prioritários (PAA, PNAE e Feiras agroecológicas). Ao que os resultados indicam, faltaram processos educativos à introdução da BSC na dinâmica territorial da Borborema, para que a economia solidária de fato estivesse mais presente e concreta: o que Singer (2002) chama de fortalecimento da democratização do poder e da autogestão como princípio e prática essenciais.

Apesar desses limitantes, foi importante observar como a BSC da Borborema ajudou a introduzir práticas da economia solidária, junto às organizações de agricultores assessoradas,

tomando-se por base as referências da SENAES (BRASIL/MTE, 2012), que consideram como instrumentos da economia solidária, os mecanismos vinculados a quatro grandes áreas: 1) produção, comercialização e consumo solidários; 2) crédito e finanças solidárias; 3) educação e conhecimentos para autogestão; e 4) ambiente institucional.

Aqui se enquadram, por exemplo: a constituição do fundo solidário, citado pela Acomca; o estímulo a organização em redes de cooperação solidária, que resultou na entrada da Acomca e do Assentamento de Queimadas na coordenação da Rede Ecoborborema de Agroecologia ou nos fóruns e conferências de Ecosol; e a implementação de mutirões na construção da sede da Acomca, entre outros exemplos.

A defesa dos processos de produção agroecológica relacionados com a materialização dos princípios da solidariedade e sustentabilidade, preconizados na economia solidária, foi uma tônica fundamental da ação da BSC junto aos agricultores. Todos, sem exceção, afirmaram esta perspectiva nas entrevistas.

O estímulo a formação, fortalecimento e/ou integração das redes de cooperação solidária foi, de fato, outra linha do trabalho da BSC, junto aos grupos assessorados. Para a Acomca, o Assentamento de Queimadas e a Ecoborborema, esta foi uma ação fundamental. Isto os aproximou de espaços importantes, de fortalecimento das relações com outros atores territoriais e lutas sociais, contribuindo para que acumulassem forças dentro e fora do território, conforme atestado nos depoimentos.

Numa visão geral, foram estes os seguintes destaques de resultados no campo da ampliação da autogestão entre as organizações de agricultores entrevistadas: maior organização interna (documentação e funcionamento legal); aumento da capacidade de planejamento (todas, menos a associação Senhor do Bonfim); organização da logística, adequação às exigências do mercado e acompanhamento das vendas (todas, menos a associação Senhor do Bonfim).

Resultados foram percebidos, também, no tocante a introdução de mecanismos concretos de economia solidária, na dinâmica de funcionamento das organizações entrevistadas, tais como: a constituição do fundo solidário (Mulheres do Camará e Acomca); estímulo a organização em redes de cooperação solidária (Acomca e Assentamento de Queimadas); a implementação de mutirões na construção das sedes e cisternas (Acomca e Acodeca); ampliação das práticas de produção agroecológica (todas as organizações entrevistadas, a exceção do Senhor do Bonfim).

Finalmente, registram-se resultados também quanto à inserção de agricultores em grandes redes/ fóruns, como no caso da Rede Ecoborborema de Agroecologia, os fóruns locais de economia solidária e as conferências nacionais de economia solidária.

c) Renovação da ATER e participação social

A pesquisa de campo no Território da Borborema, bem como a pesquisa documental sobre as concepções das BSC nos territórios mostram que, desde a sua idealização como instrumento de ATER para apoio às atividades mercantis da agricultura familiar, as BSC tinham a intenção de incorporar as inovações previstas na PNATER.

Esta constatação está diretamente vinculada às orientações dadas pela SDT e à incorporação prática dos assessores técnicos da BSC na Borborema, de diretrizes contidas na PNATER (MDA, 2004), como:

- 1) A priorização pelo fortalecimento de processos coletivos, cooperativos e autogestionários, em contraposição à tradicional assistência técnica prestada à uma unidade produtiva familiar em específico;
- 2) A incorporação da agroecologia como referência fundamental para construção do sentido entre fortalecimento da capacidade produtiva dos agricultores e promoção do desenvolvimento sustentável;
- 3) O reconhecimento e incentivo à formação de redes como novas dinâmicas organizativas da agricultura familiar, para acumular força econômica e política para disputa de perspectiva de desenvolvimento no território;
- 4) A construção dialógica de saberes, na relação educador e educando; dentre outras diretrizes e perspectivas presentes na PNATER e evidenciadas na ação da Arribaça como BSC no território da Borborema;
- 5) A definição por um arranjo institucional mais próximo da realidade dos atores territoriais, assumindo uma configuração institucional de ATER que fortalece o tecido social local, pelo envolvimento de instituições presentes nos territórios.

Do ponto de vista da renovação de ATER e da participação social, o estudo apontou orientações nacionais e esforços locais/territoriais para o alinhamento da ação da BSC às diretrizes da PNATER 2004.

Particularmente, foram evidenciados os seguintes avanços e resultados: i) a oferta de serviço de ATER em comercialização, exclusivamente para organizações coletivas; ii) o

fortalecimento da agroecologia, como campo de resultado da ATER; iii) o incentivo à formação de redes como novas dinâmicas organizativas; iv) a construção dialógica de saberes na relação assessor/agricultor; v) a constituição da ATER para comercialização à partir de entidade territorial, favorecendo um serviço mais alinhado com a realidade dos atores (território); vi) a rede sociotécnica formada deixou impactos, como incorporação da economia solidária na agenda pública de Remígio.

Essas constatações situam a prática da BSC no que Pettan (2010) chamou de tendências da assistência técnica e extensão rural no Brasil em assumir as perspectivas da chamada “Extensão Rural Agroecológica”, em contraposição à “Extensão Rural Convencional”, tanto na sua configuração institucional quanto na ação extensionista.

Todavia, as convergências da política de fomento às BSC com as novas diretrizes da PNATER evidenciaram limitantes, especialmente do ponto de vista do adequado preparo dos agentes territoriais, para incorporar todas as dimensões de inovação pretendidas pela SDT/MDA com a BSC.

Durante as entrevistas, foi evidente a crítica dos assessores técnicos da BSC e dos gestores locais entrevistados, quanto ao pouco investimento da SDT na formação territorial nos temas trabalhados pela BSC. Bem como a insuficiência dos mecanismos de formação dos próprios técnicos para exercer adequadamente sua ação.

Essa deficiência de estratégia na formação de capacidades locais, converge para o que Coudel (2010) alerta sobre as necessidades implícitas nas políticas de desenvolvimento rural territorial, de formarem um corpo sociotécnico, adequadamente preparado, em termos de competências, saberes, conhecimentos necessários para o exercício do protagonismo dos atores locais no estímulo a projetos de desenvolvimento territorial e sua concretização.

Por outro lado, a pesquisa de campo revelou que, mesmo os poucos investimentos em processos formativos de atores locais, deixaram sementes que geraram impacto importante nas políticas locais. É o caso do Município de Remígio, que concentra, atualmente, vários atores que, de alguma forma, estavam envolvidos com a ação das BSC na Paraíba. Por exemplo, residem e atuam em Remígio vários dos entrevistados, que assumiam funções estratégicas nas ações de políticas públicas do território rural da Borborema, tais como: o, então, Delegado do MDA, o dirigente da Arribaça, os assessores técnicos da BSC, o articulador territorial da Borborema e o articulador estadual em dinamização econômica dos territórios. Todos estão, atualmente, participando, em alguma medida, nas ações e/ou na gestão da prefeitura de Remígio.

Em síntese, a rede sociotécnica gerada pela experiência da BSC deu lugar à incorporação de vários instrumentos da economia solidária nas políticas públicas locais, como a implantação de Bancos Comunitários e o fortalecimento do cooperativismo na política da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar.

Portanto, mesmo com fragilidades no desenho institucional (pela insuficiência de se ter somente uma BSC por território, pelos limites de financiamento e/ou pela fragilidade na participação dos agricultores), a observação do caso da Borborema permite dizer que as BSC deixaram aprendizados e resultados importantes, sobre o que Coudel (2010) qualifica de processos de formação de competências territoriais.

Do ponto de vista da inovação de desenho institucional, o fomento às BSC mostrou que é possível pensar ações que fortaleçam o tecido social local, valorizando os conhecimentos acumulados nos territórios, para manter vivos os saberes apreendidos. Esses saberes e esse saber fazer podem funcionar como alavancas para políticas públicas locais, mesmo diante das tendências de descontinuidades de apoio do governo federal.

Infelizmente, a SDT não provocou um balanço e uma reflexão mais profunda, no ambiente dos Colegiados Territoriais sobre o sentido, os resultados estratégicos e o desenho institucional do fomento às BSC. Hoje isto dificulta a identificação e adequada apropriação dos aprendizados locais sobre a potencialidade das BSC, para ajudar a qualificar as concepções e práticas de ATER no Território.

Mas, é inegável a aproximação da experiência com aqueles que eram os preceitos fundamentais da PNATER, que a SDT queria aportar: o fortalecimento da agroecologia, o reconhecimento das formas coletivas de organização da agricultura familiar (em organizações coletivas e redes de cooperação solidária), a participação social como método de gestão (ainda que com limitações) e o fortalecimento de novas lógicas de relações econômicas, sobretudo entre produtores e consumidores dentro do Território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dedicou-se a estudar a experiência das Bases de Serviço de Comercialização (BSC), fomentadas na política da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre os anos 2007 e 2011. Teve intenção de analisar os processos de interação entre a Assistência Técnica (ATER) e as organizações dos agricultores em contexto de territórios rurais, para a implementação das novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Esse estudo não pretendeu (e não poderia) constituir uma análise definitiva sobre a experiência das BSC, como referência para revisão de processo de ATER, com abordagem territorial. Antes, mostrou a necessidade de análises mais profundas sobre as informações e dados evidenciados.

No entanto, considera-se ter alcançado os dois campos de resultados inicialmente pretendidos:

- 1) Uma contribuição para os debates acadêmicos sobre o tema de ATER para comercialização, em processos de promoção do desenvolvimento sustentável, com fortalecimento da agricultura familiar;
- 2) Elementos para um exercício de revisão e aperfeiçoamento de políticas públicas de ATER, para acesso da agricultura família a mercados com abordagem territorial.

Consideramos que o estudo de caso confirmou, em boa parte, a hipótese inicial de que, hipótese considerada é a de que, ao propiciarem a interação entre ATER, organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, na lógica da economia solidária, as BSC contribuem para a consolidação da nova concepção de ATER, proposta pela PNATER, trazendo elementos para renovar o processo e os métodos de ATER para a promoção de territórios mais sustentáveis.

A experiência da BSC, no contexto do específico do território da Borborema, tem contribuído para inovar no apoio à comercialização e para materializar as inovações nos métodos de ATER, previstas pela PNATER, para o desenvolvimento territorial; embora de forma mais limitada, parcial ou pontual que o esperado no desenho desse instrumento de política pública.

Os três campos de análise escolhidos mostram resultados positivos com relação a situação inicial, antes da ação da BSC.

1. Houve identificação e caracterização qualificada de dinâmicas de ação coletiva, entre os agricultores familiares e as suas organizações, para o acesso a mercados. Aconteceram também mais relações, interações e ações coletivas entre organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais; embora a participação decisiva e qualificada das organizações da agricultura familiar na dinâmica das políticas públicas territoriais tenha sido frágil e reduzida, por falhas no desenho de coordenação.
2. Práticas da economia solidária, apoiadas pela BSC, foram identificadas e qualificadas, em particular, em termos de produção e venda de produtos agroecológicos, organização em redes de cooperação, ajuda mútua para o acesso a mercados, em particular nas feiras agroecológicas e compras públicas (PAA).
3. Houve identificação e qualificação de inovações promovidas em termos de ATER. Definidas num processo dialógico entre demanda e oferta, via o PRONAT, a BSC trouxe avanços metodológicos para a assistência técnica e extensão rural, ao assumir as perspectivas da chamada “Extensão Rural Agroecológica”, em contraposição à “Extensão Rural Convencional”. Pelo menos, essa tendência foi verificada no território da Borborema; embora, também, em função da existência anterior de uma dinâmica de produção agroecológica.

Em síntese, a experiência da BSC no Território da Borborema, ainda que com fragilidades, propiciou um nível de interação entre ATER, organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, na lógica da economia solidária, que deixam contribuições para a consolidação da nova concepção de ATER proposta pela PNATER.

Esses elementos, se adequadamente refletidos e incorporados pelas instituições e atores presentes no Território da Borborema, poderão contribuir como referências para renovar o processo e os métodos de ATER para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Uma vez que a Borborema vivencie esse exercício de reflexão que evidencie e promova novas práticas locais, esses aprendizados poderão gerar referência para as realidades de outros territórios rurais do Nordeste e Brasil.

Quanto à participação dos agricultores, em sua concepção as BSC incorporaram, em nível nacional, a proposta do diálogo entre organizações representativas da agricultura familiar, da economia solidária e representantes governamentais em espaços de concertação de interesses, que em determinada medida foram conflitantes, ou no mínimo limitados, mas não impediram tampouco uma ação conjunta para implementação da política. Contudo,

observou-se maior fragilidade em nível local, uma vez que o desconhecimento ou completo distanciamento do Codeter, por parte das organizações de agricultores, impediu a participação de representação dos mesmos nos processos de definição e implantação da BSC no Território.

A implantação da BSC no Território da Borborema passou pela definição de um desenho institucional, que envolvia um processo de articulação de atores nacional e atores territoriais, com o compartilhamento de poder e responsabilidade entre SDT e Codeter na gestão social da ação.

Esse compartilhamento de decisões e responsabilidades esteve presente desde a constituição dos critérios de seleção da BSC; passando pelos aportes de recursos para a BSC; até as definições das ações prioritárias para o plano de ação das mesmas, que se traduziu principalmente em pactos em torno do fortalecimento da agroecologia e da economia solidária.

Tais interações institucionais e acordos estabelecidos convergiram para o que Ostrom (2000) chama de definição de instituições, normas e regras firmadas para gerar valores éticos na relação de reciprocidade. Embora tenham sido observadas fragilidades no funcionamento do desenho em nível local, sobretudo com relação a participação dos agricultores familiares, no processo de gestão da BSC na Borborema, as informações coletadas na pesquisa evidenciaram a construção de um ambiente de confiança e interação entre as organizações de agricultores e assessores da BSC. Tal fato, contribuiu para a construção coletiva de saberes e práticas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em mercados territoriais.

Quanto às inovações ocorridas pela introdução dos conceitos e práticas da economia solidária, nos processos de ATER para comercialização, na Borborema, constatou-se a tendência de se sobressair entre os agricultores familiares a cultura da reciprocidade, da cooperação e da autogestão, como valores construídos em suas vivências comunitárias, anteriores a ação da BSC.

De fato, a BSC não introduziu os princípios da ajuda mútua e da solidariedade, mas ajudou a atualizar essas práticas, como um campo de saber e de organização econômica, numa lógica contra-hegemônica, frente ao domínio do mercado de troca capitalista. Contribuiu para traduzir essas práticas nas concepções da economia solidária, para que os agricultores superassem a perspectiva instrumental de acesso a mercados e se reconhecessem em um campo de disputa de um projeto político de desenvolvimento sustentável. Embora seja preciso dizer que esse foi um resultado muito mais localizado em duas organizações específicas (Acomca e Ecoborborema), do que no conjunto das organizações de agricultores assessorado.

Por outro lado, no território da Borborema, a BSC também assumiu o papel de introduzir mecanismos concretos de fortalecimento da autogestão e da cooperação, como método de organização. Para isto, incorporou o estímulo à organização em redes, à formação de fundo solidário, à pedagogia da autogestão na construção de conhecimentos, entre outros.

Finalmente, do ponto de vista da renovação de ATER e da participação social, o estudo apontou orientações nacionais e esforços locais/territoriais em alinhamento da ação da BSC às diretrizes da PNATER 2004.

Identificou-se em particular: i) a priorização pelo fortalecimento de processos coletivos, cooperativos e autogestionários, em contraposição à tradicional assistência técnica prestada à uma unidade produtiva familiar em específico; ii) a incorporação da agroecologia como referência fundamental para construção do sentido entre fortalecimento da capacidade produtiva dos agricultores e promoção do desenvolvimento sustentável; iii) o reconhecimento e incentivo à formação de redes como novas dinâmicas organizativas da agricultura familiar para acumular tanto força econômica, quanto política na perspectiva de desenvolvimento no território; iv) a construção dialógica de saberes na relação educador e educando.

Entre outras diretrizes e perspectivas, presentes na PNATER e evidenciadas na ação da BSC no território da Borborema, podemos citar a definição por um arranjo institucional mais próximo da realidade dos atores territoriais, assumindo uma configuração institucional de ATER que fortalece o tecido social local, pelo envolvimento de instituições presentes nos territórios.

Todavia, os aprendizados territoriais, do ponto de vista das inovações de ATER a partir da BSC, não foram suficientemente refletidos e incorporados pelos agentes territoriais (Colegiado, organizações de agricultores, instituições parceiras no território e mesmo instituições mais tradicionais de ATER). As organizações tiveram muita dificuldade em evidenciar esses aprendizados, focando muito mais no aprendizado dos agricultores familiares, em saberes relativos a organização e acesso a mercados.

Esta dificuldade de reflexão e internalização dos aprendizados parece ter relação direta com a deficiência da estratégia formativa da SDT/MDA no tema da economia solidária e dinamização econômica para os agentes territoriais (Colegiados, organização de agricultores, assessores técnicos, etc).

Mas, as sementes deixadas pela ação da BSC no território da Borborema, influenciam hoje as políticas públicas municipais. É o caso da prefeitura de Remígio, que instituiu uma política de fomento ao cooperativismo, aos bancos comunitários e fundos solidários,

demonstrando o potencial que pode ter no território uma ação voltada às entidades prestadoras de serviços de ATER para fortalecimento dos princípios da PNATER 2004 s.

De fato, o Prefeito atual de Remígio teve a oportunidade de acompanhar todos os resultados conquistados pela ação em economia solidária, no período em que Arribaça assumiu a BSC na Borborema. Por outra parte, a equipe atual da Prefeitura conta com vários técnicos que trabalharam no Território da Borborema, no período de atuação da BSC, tendo estado diretamente envolvidos nos debates em torno da Base e do papel da economia solidária na promoção do desenvolvimento sustentável.

A descontinuidade da política de BSC nos territórios, com a mudança de gestão da SDT/MDA em 2011 (e aprofundadas com o declínio da política de desenvolvimento territorial, com a retirada da Presidenta Dilma em 2016) trouxe de volta aos territórios uma realidade de dependência da agricultura familiar da ação dos atravessadores. Hoje, a Arribaça não atua mais como BSC na Borborema, por não ter recursos para custear a ação, semelhante ao que ocorreu com outras BSC em todo o território nacional. Mas, a entidade ainda atua fazendo assistência técnica e extensão rural, em outros temas dentro do Território, com recursos oriundos de outras fontes de apoio.

É importante analisar que a descontinuidade da política, em 2011, quando o governo federal estava sob o comando de Dilma Rousseff, evidencia a tendência a pouca centralidade e prioridade atribuída às políticas a favor da agricultura familiar e camponesa, mesmo em governos aparentemente mais próximos das lutas populares, como se presumiu ser o da Presidenta sucessora de Lula.

Essa análise é reforçada pelas considerações de Sabourin (2017), quanto lembra que, as políticas voltadas à agricultura familiar e camponesa são fruto de conquistas, a partir de enfrentamentos históricos dos movimentos sociais de resistência do campo. Esse setor enfrentou e enfrenta ainda relações de forças desiguais com outros grupos de interesses como a agricultura empresarial, agroindústria, mineração, etc, na disputa pelo acesso aos incentivos públicos e mesmo às perspectivas de desenvolvimento rural.

Essa reflexão tornou-se evidente, sobretudo, no descompasso entre a agenda institucional que a SDT/MDA definiu para as BSC e o volume objetivo de recursos para viabilizar a ação das mesmas, tendendo a uma precarização da ação de assistência técnica, pela presença insuficiente de basicamente dois assessores técnicos por território, com o duplo papel de fortalecer o tema da economia solidária e fortalecer as capacidades comerciais da agricultura familiar.

Sob o argumento de denúncias no repasse de recursos públicos, ocorridas em 2011, o governo federal adotou, como medida, a suspensão de contratos e convênios que viabilizavam a ação das organizações dos movimentos sociais, em contextos rurais e urbanos, atingindo as BSC e provocando o fechamento de várias destas.

Os resultados mais trágicos dessas medidas foram traduzidos pelos agricultores entrevistados, quando se referiram às consequências concretas na Borborema: perdas de mercados conquistados (com redução de compras do PAA, PNAE e de mercados do algodão agroecológico); redução da capacidade de geração de renda para as famílias dos agricultores; retorno do atravessador, como figura de comando nas relações de compra e venda dentro do território; desperdício de produção por falta de mercado, e o mais grave, a perda de confiança dos consumidores na capacidade de comercialização da agricultura familiar.

O pior impacto dessa ruptura, é sem dúvida, a volta da descrença por parte de alguns agricultores quanto à capacidade de organização coletiva da agricultura familiar a partir da autogestão.

Embora não se tenha, atualmente, no governo federal nenhuma sinalização de retomada das políticas de desenvolvimento territorial, com ênfase nas BSC, acredita-se que as reflexões aqui apresentadas, se adequadamente apropriadas para debates locais e nacionais, dos movimentos da luta camponesa, podem contribuir de alguma forma para subsidiar a interlocução e organização das demandas da agricultura familiar, em pautas reivindicatórias por políticas de assistência técnica e extensão rural, para o fortalecimento das capacidades econômicas das organizações de agricultores, nos territórios rurais do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 4, 1999.
- AGOSTINI, A. **Proposta para uma educação de qualidade no campo**. In Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 320.
- AMATO NETO, J. **Redes de Cooperação Produtiva e Clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. Ed. Atlas, São Paulo, 2000.
- ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In Pós-neoliberalismo: As Políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARGYRIS, C. e SCHON. **Teoria do Aprendizado Arco Duplo**. 1974. Disponível em <http://teste.planetaeducacao.com.br/professores/suporteaprof/pedagogia/teoria16aprearcoduplo.asp>. Acesso em 04.fev.2017
- _____. **Organizational learning: A theory of action perspective**. Reading, MA: AddisonWesley, 1978.
- ARROYO, Miguel G. **Diversidade**. In Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 238
- AVILA, M. L. ; SABOURIN, E; LECUYER, L.; MASSARDIER, G. **Jogos de poder e participação num dispositivo de desenvolvimento territorial rural: Águas Emendadas (DF-GO-MG)**. In: Encontro Internacional Participação, democracia e políticas públicas, 2013, Araraquara. Participação, Democracia e Políticas públicas, 2013. p.247- 269.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.
- _____. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. 2005.
- _____. **Referências para a Dinamização Econômica nos Territórios Rurais**. Série Documentos de Dinamização Econômica. 2010.
- _____. **Documentos de Referência para Elaboração do PPA 2012-2015**, Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003-2010**. Brasília, 2012.
- _____. **Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 004/2012. Apoio e Fortalecimento de Redes de Cooperação Constituídas por Empreendimentos Econômicos Solidários em Cadeias Produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e**

Setoriais de Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis e Solidários. Disponível em

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D39E4F4B1013A511BC556656C/EDITAL%20004%202012%20-%20REDES%20DE%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20FINAL.pdf>>

Acesso em 30 de Julho de 2016.

_____. **Atlas Digital da Economia Solidária do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.** Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em 29.nov.2016

_____. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010.** Brasília, 2012

_____. **Diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária.** Brasília: MT, 2005.

BRASIL, SDT/MDA. **Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Borborema.** Brasília, 2010.

BRUNI, M.; TURRIONI, J.B. e STANO, R.C.T. **Abordagens da aprendizagem no contexto organizacional.** In II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT´2005, Universidade Federal de Itajubá, 2005.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados.** In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.

CNES, Conselho Nacional de Economia Solidária. **Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária.** Brasília: MTE, 2010.

_____. **2a Caderno Temático da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária.** Brasília: MTE, 2010.

CONDRAF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** Brasília: MDA, 2008.

_____. **Relatório Final da a 1ª Conferência Nacional de ATER.** Brasília: MDA, 2012.

_____. **Documento de Referência para a 2ª Conferência Nacional de ATER.** Brasília: MDA, 2015.

COUDEL, E. e TONNEAU, J. **Formação para o Desenvolvimento Territoiral Sustentável: subsídios para a produção de conhecimentos úteis e utilizáveis.** In: **Desenvolvimento**

Territorial Sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, pp 447-480, 2010.

COUDEL, E.; TONNEU, J. e PIRAUX, M. **Articular Dispositivos de Formação e de Governança: um desafio para o desenvolvimento**. In: Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública. Raízes, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 143–153, 2010.

DELGADO, N. G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula**. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasil rural em debate. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, p. 28-78.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. **Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: Novas institucionalidades e protagonismo dos atores**. Revista Dados, v. 54, n. 1, 2011.

DEMO, P. Aos Pobres, **A Pobreza - Elegância da exclusão pela via da pedagogia inclusiva**. UnB, 2005.

DIAS, M. M. **Mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (PNATER) face ao difusionismo**. Revista Oikos, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

ECHEVERRI, R. **Principios básicos de la territorialidad rural y la economía del territorio**. Palestra apresentada no seminário internacional Enfoque Territorial del Desarrollo Rural 2, Veracruz, México, SAGARPA e IICA, out. 2002.

FAVARETO, A. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

_____, A. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Estudos Avançados, v. 24, n.68, 2010 : 299-319.

FLEXOR, Georges e LEITE, Sergio. (2007), **Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas**, in E. N. Fatima et alii (orgs.), Mundo Rural IV: Configuração Rural-Urbans: Poderes e Políticas. Rio de Janeiro, Mauad.

FREIRE, A. **Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal**. Opin. Publica vol.20 no.2 Campinas Aug. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014202273> . Acesso em 10.fev.2017

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**.

GONÇALVES, E. D. **Documento técnico contendo sistematização e análise das experiências e estratégias de comercialização adotadas pela Secretaria de**

Desenvolvimento Territorial (SDT) por meio de suas bases de serviços com recomendações técnicas e gerenciais para seu aperfeiçoamento. IICA. Brasília, 2011.

GRISA, C. (2010). **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva.** Desenvolvimento em Debate, 1, 83-109.

HESS, C., OSTROM, E (eds), 2007. **Understanding Knowledge as a Commons. From Theory to Practice.** Cambridge, MA: MIT Press, 381 pp.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

KINGDON, John. **Como chega a hora de uma idéia?.** In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi, orgs., Políticas Públicas, vol. I (Brasília: ENAP, 2006), pp. 219-223.

JOBERT, Bruno, MULLER, Pierre. **L'Etat en Action, Politiques Publiques et Corporatismes,** Paris, Presses Universitaires de France, 1987.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220 p.

_____. **Redes de Colaboração Solidária.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MATTEI, L. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa.** Cadernos do CEAM (UnB), v.7, 2007, p. 33-44.

MENDONÇA, S. R. **Estado.** In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, R. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 349-353.

MOLINA, M. C. **Políticas Públicas.** In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, R. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 585-594.

MOTTA, E. **Economia Solidária e Agricultura Familiar, uma interação necessária.** In Revista Democracia Viva No 35, IBASE 2007, p. 82 e 84. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/dv35_opiniao_ibase.pdf> Acesso em 02 nov. 2015.

OSTROM, E. **Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems.** In: American Economic Review 100, 2010, p.1-33.

_____. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action,** New York, Cambridge University Press.ou en espanol, 1990

_____. **El gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción colectiva.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000

_____. **A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action,** American Political Science Review, 92, 1998, p.1-22.

- PETTAN, K.B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, SP.
- PLOEG, J. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, P. (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 18-30.
- PRONKO, M.; FONTES, V. – **Hegemonia**. In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, R. et al (orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 389-395.
- RAUD-MATTEDI, C. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20, Número 57, Fevereiro de 2005.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- _____. **Educação, dádiva e reciprocidade**. In: Jornal do Mauss latino-iberoamericano, Ano 1- Ed nº 4 , Janeiro-Fevereiro/2008.
- _____. **Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate**. In: Sustentabilidade em Debate, 2010. Disponível em: http://www.iee.usp.br/sites/default/files/Sabourin_Manejo%20dos%20recursos%20comuns%20reicprocidade%20os%20aportes%20de%20Elinor%20Ostrom.pdf Acesso: 05.fev.2017
- _____. **Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**. In: Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.
- _____. **Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil**. In: Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, 2013: 5-33
- _____. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil**. In: Seminário sobre Agricultura Familiar Brasileira. Brasília, 2014.
- SAVOLDI, A. e CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, Pronaf e a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná na Década de 1970**. Curitiba: Revista Geografar, v.5, n.1, 2010.
- SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2010, pp. 139-171.
- SCHMITT, C. J. **Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos**. Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia, AS-PTA, v. 8, n. 3, p. 4-8, set. 2011.
- SILVA, R. F. **Acúmulos para a Constituição de uma Política Nacional de Fomento à Comercialização para a Agricultura Familiar na perspectiva da Economia Solidária**. In:

Relatório do 1º Encontro Nacional do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e dos Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Brasília, 2007.

_____. **Documento técnico Bases de Serviço de Comercialização – elementos para compreensão da estratégia.** IICA. Brasília, 2011.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 07-23.

_____. **Políticas públicas de economia solidária.** In: Mesa Redonda Dimensões sociais das políticas de inovação, 28/10/2005. In 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.

SOUZA, C., et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, 2006, vol. 8, no 16, p. 20-45.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** Trad: Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 91-175.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Rev. Adm. Pública. 2008, vol.42, n.3, pp. 529-550.

UNICAFES, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Redes de Cooperação Solidária se organizam para participar do 10º Encontro do Cooperativismo Solidário.** Disponível em <<http://unicafes.org.br/unicafes/redes-de-cooperacao-solidaria-se-organizam-para-participar-do-10o-encontro-do-cooperativismo-solidario>> Acesso em 30 de julho de 2016.

VALLE, J.C.V. **Experiência de comercialização no Distrito Federal.** Anais do I Workshop de Olericultura Orgânica na Região Agroeconômica do Distrito Federal. Brasília, 2001: Embrapa Hortaliças / EmATER-DF, 171p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológicoeconômico.** 2000. Mimeografado.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Convênio Fipe-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), ago. 2001 (Série Textos para Discussão, n. 1).

WILKINSON, J. **Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar.** Revista de Administração. Lavras: Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun., 1999.

ANEXOS

Anexo 1: Tabela 4 – Lista de organizações de agricultores assessoradas pela BSC no Território da Borborema

Nº	UF	Território	Nome do empreendimento acompanhado	Forma de organização	DAP Jurídica	Nº de Agric. atendidos
1	PB	Borborema	Agroindústria da Comum. Chã do Jardim, município Areia	Associação	não	10
2	PB	Borborema	Assoc. Comum. Negra do Camará	Associação	não	13
3	PB	Borborema	Assoc. dos Prod. Rurais do Munic. Remígio	Associação	Não	26
4	PB	Borborema	Assoc. Desenv. De Caiana	Associação	não	13
5	PB	Borborema	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Barra de Camará, Carrasco e Adjacências	Associação	não	30
6	PB	Borborema	Assoc. dos Benef. Fab. De Polpa de Frutas, Camará Frutas e Derivados	Associação	não	13
7	PB	Borborema	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Sítio Torre	Associação	Não	20
8	PB	Borborema	Assoc. Santa Rosa do Sítio Lagoa do Gravatá e Adjacências	Associação	Não	10
9	PB	Borborema	Assoc. do Prod. De Mandioca do Território da Borborema	Associação	Não	11
10	PB	Borborema	Assoc. de Avicultores Alternativos de Queimadas	Associação	não	11
11	PB	Borborema	ECOBORBOREMA	Associação	não	60

Anexo 2: Tabela 5 – Resultados do acesso ao PAA nas organizações de agricultores assistidas pela BSC no território da Borborema

Nº	UF	Território	Município	Modalidade	Nome da Cooperativa ou Associação	Valor do contrato (R\$)	Volume de prod. (ton)
1	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. Comum. Negra do Camará (Safra/2010)	R\$ 23.559,20	31
2	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. Comum. Negra do Camará (safra/2011)	R\$ 58.492,04	65
3	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. dos Prod. Rurais do Munic. Remígio (Safra/2010)	R\$ 49.029,45	61
4	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. dos Prod. Rurais do Munic. Remígio (Safra/2011)	R\$ 134.989,06	91
5	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. Desenv. De Caiana (safra/2010)	R\$ 46.611,50	63
6	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	Assoc. Desenv. De Caiana (safra/2011)	R\$ 53.998,33	51
7	PB	Borborema	Esperança	Doação Simultânea	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Barra de Camará, Carrasco e Adjacências (safra/2010)	R\$ 75.389,29	88
8	PB	Borborema	Esperança	Doação Simultânea	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Barra de Camará, Carrasco e Adjacências (safra/2011)	R\$ 134.989,06	124
9	PB	Borborema	Esperança	Doação Simultânea	Assoc. dos Benef. Fab. De Polpa de Frutas, Camará Frutas e Derivados (Safra/2010)	R\$ 44.456,00	17
10	PB	Borborema	Esperança	Doação Simultânea	Assoc. dos Benef. Fab. De Polpa de Frutas, Camará Frutas e Derivados (Safra/2011)	R\$ 58.499,48	58
11	PB	Borborema	Serra Redonda	Doação Simultânea	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Sítio Torre (Safra/2010)	R\$ 68.493,50	45

Nº	UF	Território	Município	Modalidade	Nome da Cooperativa ou Associação	Valor do contrato (R\$)	Volume de prod. (ton)
12	PB	Borborema	Serra Redonda	Doação Simultânea	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Sítio Torre (Safra/2011)	R\$ 81.037,31	37
13	PB	Borborema	Lagoa Seca	Doação Simultânea	ADESC (Safra/2010)	R\$ 44.389,45	43
14	PB	Borborema	Remígio	Doação Simultânea	ECOBORBOREMA (Safra/2010)	R\$ 52.489,98	51
15	PB	Borborema	Lagoa Seca	Doação Simultânea	Assoc. Santa Rosa do Sítio Lagoa do Gravatá e Adjacências (Safra/2011)	R\$ 41.776,60	33
16	PB	Borborema	Puxinanã	Doação Simultânea	Assoc. do Prod. De Mandioca do Território da Borborema (Safra/2011)	R\$ 31.055,71	9
17	PB	Borborema	Queimadas	Doação Simultânea	Assoc. de Avicultores Alternativos de Queimadas (Safra/2011)	R\$ 49.434,00	7

Fonte: SDT/MDA – 2011

Anexo 03: Relação de Entrevistados na pesquisa

Representantes das Organizações de Agricultores Familiares

Associação para o Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim (Adesco) – Município de Areias

- Luciana Balbino – presidente
- José Ribeiro do Nascimento – sócio

Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim – Município de Areias

- Luciano Wanderley Gomes de Maria – presidente
- Maria (não forneceu nome completo) – sócia

Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Borborema (Ecoborborema) – Município de Lagoa Seca

- Anilda Batista Pereira dos Santos – sócia
- José Irenaldo Nunes Bezerra – tesoureiro

Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (Acodeca) – Município de Remígio

- Josineide Gomes da Silva Santos (D. Rosa) – presidente
- Ana Thayse Nascimento dos Santos
- Antônia Josefa da Silva
- Cleane da Silva Gomes
- Francileide R. Vitorino
- Jacinta de Fátima Gonçalves
- José Adailton Gomes da Silva
- Maria das Virgens Gomes da Silva
- Veronica da Silva Santos

Associação Comunitária de Camará (Acomca) – Município de Remígio

- Rivaldo Pereira dos Santos – presidente
- Luciano Amaro dos Santos – sócio

Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Queimadas (Assentamento Queimadas) – Município de Remígio

- Alexandre Almeida da Silva – presidente
- Adriana Aguiar Almeida
- Almir Pereira Duarte
- Antônio Felipe Mendes
- Antônio Romão da Silva
- Aurineide Pedro dos Santos
- Damião Leonardo Cordeiro de Aguiar
- Elias Almeida da Silva
- Jacó Almeida da Silva
- João Romão da Silva
- José Cinésio da Silva
- José Pereira Duarte

Associação de Polpa de Frutas do Camará (Mulheres do Camará) – Município de Esperança

- Marizelda Salviano Duarte da Silva – presidente

Representantes da BSC Arribaça

- Marenildo da Silva Batista – Presidente da Arribaça
- Maria Amália da Silva –assessora técnica da BSC, no período em estudo
- Ranyfábio Cavalcante –assessor técnico da BSC, no período em estudo

Representantes da Gestão do Território

- Marenilson da Silva Batista (Delegado do MDA na Paraíba, no período em estudo)
- Antonio Souto (Articulador Estadual de Dinamização Econômica da Paraíba, no período em estudo)
- Antonio Júnior (Articulador Territorial da Borborema, no período em estudo)
- Elânia Duarte Gonçalves (Articuladora Regional Nordeste de Dinamização Econômica da Paraíba, no período em estudo)
- Robson Pereira de Oliveira (membro da Câmara Técnica de Comercialização e do Codeter Borborema)

Representantes Grupo de Trabalho Nacional

- Christiane Almeida (assessora nacional Unicafe, no período em estudo)
- Daniel Tygel (secretário executivo do FBES, no período em estudo)
- Jean Medaets (consultor nacional da SAF, no período em estudo)

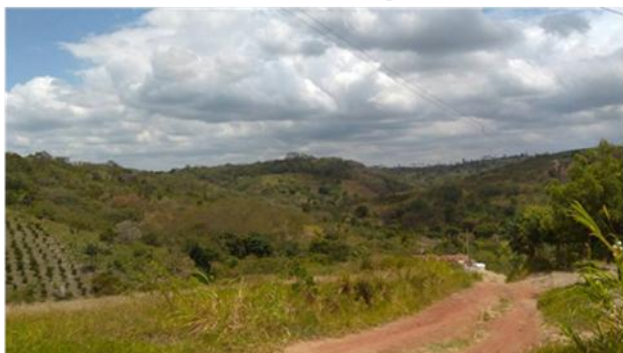
Representantes da SDT

- Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, de 2003 a 2011)
- Manoel Vital de Carvalho Filho (dirigente na SDT/MDA, no período de 2003 a 2011)

Anexo 04: Registros Fotográficos da pesquisa de campo



**Associação de Produtores da
Comunidade de Camará – Remígio**



**Associação de Produtores da
Comunidade de Caiana – Remígio**





Associação de Produtores do Assentamento de Queimadas – Remígio



Rua dos Empreendimentos do Município de Areia

Feiras Agroecológicas Ecoborborema





**Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim
(Quilombolas) = Município de Areia/PB**





Anexo 05: Roteiro de Entrevista da Pesquisa com Empreendimentos da Agricultura Familiar assessorados pela BSC

Entrevistado: _____

Função no Empreendimento: _____

Nome do Empreendimento: _____

Natureza da organização: () cooperativa () grupo informal () rede de empreendimentos () outro _____

Tempo de existência: _____ No de Membros: _____

Tipo de atividade produtiva: _____

Município: _____

Data: ___/___/2017

CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM O TERRITÓRIO

1. O empreendimento atua só no município ou em outras regiões do Território?

2. O empreendimento acompanhava as discussões e ações para desenvolvimento do território? () Sim () Não

Se sim, como? _____

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ATER

3. Como o empreendimento passou a receber apoio da BSC no território?

4. A assistência técnica é feita ao indivíduo/família ou a empreendimentos coletivos?

5. Além da BSC, já tinha recebido ou recebe alguma assistência técnica feita por outra instituição (EMATER, SEBRAE, outro)? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

6. Se sim, percebem alguma diferença entre esses serviços prestados pela BSC e o serviço prestado por outras instituições? () Sim () Não

Se _____ sim, _____ quais
diferenças? _____

7. Como é o processo formativo desenvolvido pela ATER junto aos empreendimentos?
Trabalham com mATERiais didáticos específicos? Como se dá isso?

8. Que tipos de orientações os empreendimentos recebiam da BSC:

- () Orientações para definição de mercados principais para onde queriam vender
- () Orientações para organização do grupo para a comercialização
- () Orientações para trabalhar a logística necessária
- () Orientações para definição de preços de venda dos produtos
- () Orientações para adequação às exigências de mercado (desenvolvimento de produtos, embalagem, identidade visual, contratualização, questões sanitárias e tributárias, etc)
- () Orientações para acompanhamento dos resultados de vendas

Comente um pouco sobre como eram essas orientações: _____

QUANTO AO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES

9. Poderiam dizer quais dessas orientações foram de fato aplicadas?

- () priorização de mercados () organização da comercialização
- () organização da logística () adequação para as exigências de mercado
- () definição dos preços () acompanhamento dos resultados de venda

10. Em que estas orientações modificaram a vida do grupo/empreendimento?

- () melhoraram a organização interna do grupo. Em que? _____
- () modificaram a relação com os consumidores. Como? _____
- () modificaram a relação do empreendimento com as instituições dos territórios. Quais instituições? Mudou em que a relação? _____

11. O que você destacaria como novidade na forma de trabalhar da BSC em relação a outros modelos de assistência técnica que conhece?

CARACTERIZAÇÃO DAS INTERAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS

12. Sabe dizer como surgiu a proposta de BSC no território?

() Sim () Não

Se sim, como? _____

13. Os empreendimentos tiveram participação na construção da proposta de Bases de Serviço no território? Tinham algum poder de decisão sobre como a Base deveria trabalhar? () Sim () Não

Se sim, como? _____

14. Saberia dizer que pactos foram firmados para a implantação da BSC no território?

() Sim () Não

Se sim, quais pactos foram feitos? _____

15. Quem definia o papel da Base e os acordos necessários para seu funcionamento?

16. Saberia dizer se existiram conflitos no processo de implantação da BSC no território?

() Sim () Não

Se sim, quais conflitos? _____

CARACTERIZAÇÃO SOBRE OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS E OS POSSÍVEIS APRENDIZADOS

17. No seu ponto de vista, o que houve de bom ou de ruim nos acordos feitos para funcionamento da BSC no território?

De bom: _____

De ruim: _____

18. Para você, qual foi o maior aprendizado do empreendimento a partir da experiência da Base de Serviço no Território?

19. Que tipos de resultado o trabalho da BSC trouxe de fato para o empreendimento?

fortaleceu a capacidade de organização e de autogestão do grupo. Dê exemplos:

fortaleceu as práticas de cooperação e solidariedade dentro do grupo. Dê exemplos:

ajudou a formar redes ou outra forma de trabalho coletivo para facilitar a entrada em mercados. Quais? (redes de produção? Redes de comercialização? outro?) _____

garantiu a entrada dos produtos em mercados mais próximos dos agricultores/empreendimentos. Quais? _____

contribuiu para promover as práticas de produção agroecológica no território. Dê exemplos: _____

ajudou a criar outra prática de prestação de serviços de ATER no território.

ajudou a fortalecer a confiança dentro do empreendimento.

fortaleceu a confiança do empreendimento com a assistência técnica e com outros atores no território. Dê exemplo: _____

deu mais poder aos grupos de agricultura familiar na relação com os colegiados territoriais. Como? _____

facilitou a construção de acordos dentro dos territórios sobre o tema da comercialização. Dê exemplo: _____

melhorou a definição de responsabilidades sobre o desafio da comercialização dentro do Território. O que mudou nisso? _____

() facilitou a relação com as políticas públicas de apoio a comercialização. Em que? _

Comentário Geral sobre esses resultados observados: _____

20. Com o fim do apoio do governo federal, em 2011, o que houve com a BSC no Território da Borborema?

() Acabou a ação da BSC () BSC continua existindo até hoje

Comente sua resposta: _____

21. Na sua opinião, o que levou o governo federal a parar de apoiar a Base de Serviço?

22. Para você qual foi o resultado da retirada de apoio do governo federal à Base de Serviço?

23. Que recomendações daria para um novo trabalho com as BSC no Território?
